

Proposta da Administração

AGOE de 30/04/2026

Sumário

Página

Proposta da Administração

3

Anexos

Anexo I	Proposta de destinação do lucro líquido de 2025 (Anexo A da Resolução CVM 81/2022)	12
Anexo II	Comentários da Administração sobre a situação financeira da Companhia (nos termos do item 2 do FRE – Resolução CVM 80/2022)	18
Anexo III	Orçamento de Capital	98
Anexo IV	Candidatos para composição do Conselho de Administração e Conselho Fiscal	99
Anexo V	Informações sobre Remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal (nos termos do item 8 do FRE – Resolução CVM 80/2022)	124
Anexo VI	Quadro comparativo do Estatuto Social e justificativas e comentários acerca das alterações	162
Anexo VII	Estatuto Social consolidado	180

NEOENERGIA S.A.
COMPANHIA ABERTA | CVM nº 01553-9
CNPJ/MF nº 01.083.200/0001-18 | NIRE 33.300.266.003

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
DE 30 DE ABRIL DE 2026**

A Administração da Neoenergia S.A. ("Companhia") submete aos senhores acionistas da Companhia ("Acionistas") a presente proposta da Administração, com relação às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia") a ser realizada em **30 de abril de 2026, às 09:00 horas**, na sede social da Companhia, de modo exclusivamente presencial para melhor eficiência e organização dos trabalhos, observadas as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e das Resoluções da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 80 e 81, ambas de 29 de março de 2022, conforme alteradas, bem como do Estatuto Social da Companhia ("Proposta da Administração").

Assembleia Geral Ordinária ("AGO"):

1. Apreciação das contas e do relatório anual dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal

As contas dos administradores são apresentadas por meio do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras aprovadas pela Diretoria da Companhia.

O Relatório da Administração contém informações sobre o cenário macroeconômico e o desempenho financeiro e das operações da Companhia, com comentários sobre as principais contas da Demonstração do Resultado do Exercício, assim como informações relacionadas aos colaboradores, responsabilidade social, mercado de energia, governança corporativa, dentre outras.

Já as Demonstrações Financeiras expressam a situação econômico-financeira da Companhia e as mutações patrimoniais ocorridas no exercício social. Através da análise das Demonstrações Financeiras é possível avaliar a situação patrimonial, os índices de liquidez, o nível de lucratividade e o grau de endividamento da Companhia.

As Demonstrações Financeiras são apresentadas conforme abaixo:

Destinação (em R\$ Milhões)				
Descrição	2025	2024	2023	2022
Lucro líquido do exercício	5.031	3.636	4.461	4.685
Lucro líquido por ação (em R\$)	4,1446	2,9957	3,6753	3,8600
Reserva Legal	252	182	223	234
Reserva de Lucros	3.431	2.513	3.045	3.267
Juros sobre Capital Próprio (1)	364	516	892	475
Dividendos Intermediários (2)	984	425	301	709
Total Proventos (1+2)	1.348	941	1.193	1.184

A Administração da Companhia propõe, “ad referendum” da Assembleia Geral dos Acionistas, a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de **R\$5.030.748.314,82 (cinco bilhões, trinta milhões, setecentos e quarenta e oito mil, trezentos e quatorze reais e oitenta e dois centavos)**, da seguinte forma:

- Destinar 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício, no montante de **R\$ 251.537.415,74 (duzentos e cinquenta e um milhões, quinhentos e trinta e sete mil, quatrocentos e quinze reais e setenta e quatro centavos)** para a constituição de Reserva Legal, conforme estabelecido no artigo 193 da Lei das S.A.;
- Destinar o montante de **R\$ 3.431.210.899,08 (três bilhões, quatrocentos e trinta e um milhões, duzentos e dez mil, oitocentos e noventa e nove reais e oito centavos)** para a Reserva de Retenção de Lucros para Investimentos, tendo como base o Orçamento de Capital proposto à deliberação da Assembleia Geral.
- Ratificar as declarações intermediárias de Juros Sobre Capital Próprio, no montante total bruto de **R\$ 364.000.000,00 (trezentos e sessenta e quatro milhões de reais)**, que integram o dividendo mínimo obrigatório, dos quais:
 - i. o valor de **R\$ 264.000.000,00 (duzentos e sessenta e quatro milhões de reais)** refere-se a Juros Sobre Capital Próprio com data base em 30/06/2025, declarados em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de junho de 2025, correspondente a R\$ 0,2174992573 por ação ordinária, os quais foram pagos aos acionistas a partir de 19 de dezembro de 2025; e
 - ii. o valor de **R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)**, refere-se a Juros Sobre Capital Próprio com base nos resultados do segundo semestre de 2025, declarados em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de dezembro de 2025, correspondente a R\$ 0,0823860823 por ação ordinária, a serem pagos em dezembro de 2026.
- Considera-se, ainda, a distribuição de Dividendos Intermediários, no montante total bruto de **R\$ 984.000.000,00 (novecentos e oitenta e quatro milhões de reais)** declarado em reunião do

Conselho de Administração realizada em 11 de dezembro de 2025, com base nos resultados apurados até setembro de 2025, correspondentes a R\$ 0,8106790501 por ação ordinária, os quais foram pagos aos acionistas em 09 de fevereiro de 2026.

A Administração esclarece que, com base na proposta de destinação do lucro líquido relativo ao exercício social de 2025 ora apresentada, o percentual do lucro líquido distribuído e efetivamente recebido pelos Acionistas, após as deduções legais e considerando o montante líquido do imposto de renda sobre os Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos Intermediários, corresponderá a 28,21%, acima do percentual de 25%, relativo ao dividendo mínimo obrigatório.

No quadro a seguir há um comparativo dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos distribuídos aos Acionistas nos 3 (três) últimos exercícios sociais:

As informações relativas ao lucro líquido do exercício e a proposta de sua destinação, bem como os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, constam do **Anexo I** (Anexo A - Resolução CVM 81) e do **Anexo II**, respectivamente, desta Proposta da Administração.

Deliberação	Natureza de remuneração	Data de pagamento	Valor deliberado (em R\$ Milhões)	Valor por ação ON
2025				
AGOE de 17 de abril de 2025	Dividendos mínimos obrigatórios 2024	dez/25	425	0,3500917
RCA de 12 de junho de 2025	Juros sobre Capital Próprio 2025	dez/25	264	0,2174992
RCA de 11 de dezembro de 2025	Juros sobre Capital Próprio 2025	dez/26	100	0,0823860
	Dividendos Intermediários 2025	fev/26	984	0,8106790
Total			1.773	
2024				
AGOE de 19 de abril de 2024	Dividendos mínimos obrigatórios 2023	dez/24	301	0,2486184
RCA de 24 de junho de 2024	Juros sobre Capital Próprio 2024	dez/25	200	0,1648592
RCA de 12 de dezembro de 2024	Juros sobre Capital Próprio 2024	dez/25	316	0,2605278
Total			817	
2023				
AGO de 27 de abril de 2023	Dividendos mínimos obrigatórios 2022	dez/23	709	0,5838428
RCA de 27 de junho de 2023	Juros sobre Capital Próprio 2023	dez/23	387	0,3193051
RCA de 11 de dezembro de 2023	Juros sobre Capital Próprio 2023	dez/24	505	0,4164935
Total			1.601	

3. Aprovação do Orçamento de Capital

A Lei das S.A. dispõe sobre a retenção de lucros e o orçamento de capital, conforme abaixo transcrito:

Artigo 196. A assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

§1º. O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento.

§2º. O orçamento poderá ser aprovado pela assembleia-geral ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.

A Administração da Companhia propõe, “ad referendum” da Assembleia Geral, a aprovação do Orçamento de Capital da Companhia abaixo demonstrado, bem como a aprovação da destinação do montante de **R\$ 3.431.210.899,08 (três bilhões, quatrocentos e trinta e um milhões, duzentos e dez mil, oitocentos e noventa e nove reais e oito centavos)** para a Reserva de Retenção de Lucros para Investimentos, tendo como base o Orçamento de Capital 2026 proposto à deliberação da Assembleia Geral, com a finalidade de dar continuidade aos investimentos da Companhia em curso. O Orçamento de Capital abaixo demonstrado contempla, também, as fontes de recursos para o exercício de 2026.

ORÇAMENTO DE CAPITAL - R\$ MM	2026
APLICAÇÕES DE RECURSOS	
REDES	7.267
Distribuição	7.227
Transmissão	40
RENOVÁVEIS	212
LIBERALIZADO	155
HOLDING	17
TOTAL	7.651
FONTE DE RECURSOS	
Retenção de lucros	3.431
Geração de caixa e recursos de terceiros líquidos	4.220
TOTAL	7.651

O Orçamento de Capital da Companhia encontra-se indicado, também, no **Anexo III** desta Proposta da Administração.

4. Ratificação das nomeações de conselheiros titulares e suplentes, realizadas com base no artigo 150 da Lei das S.A

Em conformidade com o disposto no Artigo 150 da Lei das S.A. e no Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração da Companhia, em reuniões realizadas em 14 de julho de 2025, 16 de setembro de 2025 e 12 de março de 2026, aprovou a nomeação:

(i) do **Sr. David José Mesonero Molina** como membro titular do Conselho de Administração da Companhia (em razão da vacância do cargo decorrente da renúncia apresentada pelo conselheiro titular Pedro Azagra Blazquez), para completar o prazo de gestão do membro substituído, até 21 de agosto de 2027;

(ii) do **Sr. Denísio Augusto Liberato Delfino** como membro titular do Conselho de Administração da Companhia (em razão de renúncia apresentada pelo conselheiro titular José Maurício Pereira Coelho), para completar o prazo de gestão do membro substituído, até 21 de agosto de 2027;

(iii) do **Sr. Félix Sobriño Martinez** como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia (em razão da vacância do cargo decorrente da renúncia apresentada pelo conselheiro suplente Justo Garzón Ortega), para completar o prazo de gestão do membro substituído, até 21 de agosto de 2027.

(iv) **Ana Teresa Lafuente González** como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia (em razão da vacância do cargo decorrente da saída do conselheiro suplente Tomas Enrique Guijarro Rojas), para completar o prazo de gestão do membro substituído, até 21 de agosto de 2027.

Conforme previsto no Artigo 11 da Resolução CVM 81, as informações referentes aos conselheiros ora indicados constam do **Anexo IV** deste Manual.

A Administração da Companhia propõe e recomenda a ratificação das nomeações ora mencionadas, referendando a nomeação do Sr. David José Mesonero Molina e do Sr. Denísio Augusto Liberato Delfino para os cargos de membros titulares, e do Sr. Félix Sobriño Martinez e da Sra. Ana Teresa Lafuente Gonzáles para os cargos de membros suplentes do Conselho de Administração da Companhia, todos com mandato coincidente com o dos demais membros do Conselho de Administração, findo em 21 de agosto de 2027.

MEMBRO TITULAR

David José Mesonero Molina

Denísio Augusto Liberato Delfino

MEMBRO SUPLENTE

Félix Sobriño Martinez

Ana Teresa Lafuente González

5. Definição do número de membros que irá compor o Conselho Fiscal e eleição dos seus membros titulares e respectivos suplentes

Conforme previsto no Artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal funcionará em caráter permanente, tendo como principais atribuições fiscalizar os atos dos administradores, examinar e opinar sobre as Demonstrações Financeiras e reportar suas conclusões aos Acionistas da Companhia.

O Conselho Fiscal será composto por de 3 (três) até 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. Os membros do Conselho Fiscal, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 28, exercerão seus cargos até a primeira assembleia geral ordinária que se realizar após a sua eleição, e poderão ser reeleitos.

De acordo com a Lei das S.A., somente podem ser eleitos para o Conselho Fiscal pessoas naturais, residente no País, diplomados em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por no mínimo 3 (três) anos, o cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal. Os membros do Conselho Fiscal eleitos firmarão o respectivo termo de posse e deverão firmar declaração de que não estão incurso em qualquer dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer a atividade mercantil.

Em cumprimento às instruções acima descritas, a Administração da Companhia propõe que o Conselho Fiscal seja composto de 4 (quatro) membros titulares e seus respectivos suplentes, cuja indicação encontra-se abaixo, com mandato até a primeira assembleia geral ordinária que se realizar após a sua eleição:

MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTE
Francesco Gaudio	Glaucia Janice Nitsche
Eduardo Valdés Sanchez	Antonio Carlos Lopes
João Guilherme Lamenza	José Antonio Lamenza
Rene Nunes dos Santos	Karen Motta Albuquerque

Nos termos do Artigo 161, §4º, letra “a” da Lei das S.A., os acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto, terão direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro e respectivo suplente do Conselho Fiscal.

Cumprir destacar o entendimento emitido pelo Colegiado da CVM nas reuniões de 06.05.2008 e de 23.09.2008 (Processo CVM RJ2007/11086), no sentido de que o requisito de “10% ou mais das ações com direito a voto” previsto no artigo 161, parágrafo 4º não se refere ao número de ações que o minoritário presente à assembleia precisa deter para eleger, em votação em separado, um membro e respectivo suplente do Conselho Fiscal, mas sim ao número de ações com direito a voto detidas por todos os acionistas não controladores da companhia.

Na hipótese de eleição em separado de 1 (um) membro titular e respectivo suplente do Conselho Fiscal pelos acionistas minoritários, o Conselho Fiscal deverá ser composto por 5 (cinco) membros.

Conforme previsto no Artigo 11 da Resolução CVM 81, as informações referentes aos conselheiros fiscais indicados constam do **Anexo IV** desta Proposta da Administração.

6. Fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia e do Conselho Fiscal

Conforme disposto Parágrafo 3º do Artigo 14 do Estatuto Social da Neoenergia, a remuneração dos membros da Administração será fixada pela Assembleia Geral. Após a aprovação pela Assembleia Geral do valor total da remuneração da Administração da Companhia, o Conselho de Administração distribuirá a remuneração fixada entre seus membros e a Diretoria.

A Administração da Companhia propõe aos Acionistas a aprovação da seguinte remuneração dos Administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2026.

Proposta de remuneração dos Administradores e membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026		
Órgão	Valor global (R\$) Líquido de encargos sociais	Valor global (R\$) Bruto de encargos sociais
Diretoria Estatutária	Até R\$ 57.261.461,32	Até R\$ 67.675.128,51
Conselho de Administração	Até R\$ 13.412.500,00	Até R\$ 16.095.000,00
Conselho Fiscal	Até R\$ 1.024.892,91	Até R\$ 1.229.871,49
Total	Até R\$ 71.698.854,23	Até R\$ 85.000.000,00

O Conselho Fiscal tem sua remuneração estabelecida conforme § 3º do Artigo 162, da Lei das S.A., que determina que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento (10%) da remuneração que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

As informações previstas no item 8 do Formulário de Referência, conforme determinado pela Resolução CVM 59, relativas à remuneração dos Administradores e membros do Conselho Fiscal, constam do **Anexo V** desta Proposta da Administração.

Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”):

1. Reforma do Estatuto Social da Companhia e atualização do Artigo 18 e do Artigo 25 do Estatuto Social, de modo a atualizar os valores ali previstos, conforme regra prevista no Artigo 39 do Estatuto Social

A Assembleia Geral Extraordinária examinará a reforma do Estatuto Social da Neoenergia proposta pela Administração da Companhia, considerando a extinção do Acordo de Acionistas entre Iberdrola e PREVI.

As alterações propostas visam (i) atribuir ao Conselho de Administração e à Diretoria novas alçadas relacionadas a matérias que, na vigência Acordo de Acionistas, eram objeto de reunião prévia, bem como (ii) excluir referências do Estatuto ao Acordo de Acionistas que deixaram de ser aplicáveis, além de (iii) implementar alguns ajustes de melhoria redacional.

A proposta também contempla a atualização dos montantes previstos nos Artigos 18 e 25 em atenção ao disposto no Artigo 39 do Estatuto Social, a seguir reproduzido:

Artigo 39 – Os valores constantes deste Estatuto serão atualizados anualmente, no dia 1º de janeiro de cada ano, na Assembleia Geral Ordinária, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA no período anterior, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou, à falta deste, de outro índice publicado pelo mesmo instituto comparativamente aplicável ao setor elétrico brasileiro.

A Administração esclarece que a proposta considera os montantes resultantes da atualização dos valores previstos nos Artigos 18 e 25 do Estatuto Social (na sua redação atual, aprovada na AGE de 2025) pela variação do IPCA calculado em janeiro de 2026 (4,26%), arredondados para baixo (a menor).

Assim, a Administração da Companhia propõe aos seus acionistas a aprovação da reforma do Estatuto Social e atualização dos montantes previstos nos seus Artigos 18 e 25 conforme regra prevista Artigo 39 do Estatuto Social, nos termos do **Anexo VI**, que contém as informações detalhadas das modificações propostas ao Estatuto Social e os comentários e justificativas da Administração para cada alteração ora proposta.

A Administração entende que não são esperados efeitos jurídicos e econômicos relevantes das alterações ora propostas.

2. Consolidação do Estatuto Social da Companhia

A Administração da Companhia propõe aos Acionistas que aprovem a consolidação do Estatuto Social, em razão das modificações mencionadas no item 1 acima da pauta da AGE, para que passe a vigorar com a redação constante do **Anexo VII**.

Cabe destacar que a Companhia considerou nesta Proposta da Administração que as alterações no Estatuto Social a serem deliberadas em Assembleia Geral Extraordinária serão aprovadas na forma proposta. Caso tais alterações não sejam aprovadas, a consolidação do Estatuto Social aqui proposta será passível das alterações definidas na referida Assembleia.

ANEXO I

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DE 2025

(ANEXO A DA RESOLUÇÃO CVM 81/2022)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido apurado pela Companhia no exercício social de 2025 é de R\$ 5.030.748.314,82 (cinco bilhões e trinta milhões e setecentos e quarenta e oito mil e trezentos e quatorze reais e oitenta e dois centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados juros sobre capital próprio já declarados

O montante global bruto de dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício 2025 é de R\$ 1.348.000.000,00 (um bilhão e trezentos e quarenta e oito milhões de reais), do qual:

- (i) o valor de R\$ 264.000.000,00 (duzentos e sessenta e quatro milhões de reais) refere-se a Juros Sobre Capital Próprio com data base em 30/06/2025, declarados em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de junho de 2025, correspondente a R\$ 0,2174992573 por ação ordinária, os quais foram pagos aos acionistas a partir de 19 de dezembro de 2025; e
- (ii) o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), refere-se a Juros Sobre Capital Próprio com base nos resultados do segundo semestre de 2025, declarados em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de dezembro de 2025, correspondente a R\$ 0,0823860823 por ação ordinária, a serem pagos até dezembro de 2026; e
- (iii) o valor de R\$ 984.000.000,00 (novecentos e oitenta e quatro milhões de reais), correspondentes a R\$ 0,8106790501 por ação ordinária, refere-se à distribuição de dividendos intermediários dos resultados apurados até setembro de 2025, declarados em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de dezembro de 2025, os quais foram pagos aos acionistas em 09 de fevereiro de 2026.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido distribuído do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de 28,21%, após as deduções legais e considerando o montante líquido do imposto de renda sobre os JSCP e Dividendos Intermediários.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável, uma vez que não há proposta de distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores a 2025.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Não aplicável.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

- (i) o valor de R\$ 264.000.000,00 (duzentos e sessenta e quatro milhões de reais), correspondente a R\$ 0,2174992573 por ação ordinária, a título de JSCP, os quais foram pagos aos acionistas em 19 de dezembro de 2025;
- (ii) o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), correspondente a R\$ 0,0823860823 por ação ordinária, a título de JSCP, a serem pagos em dezembro de 2026; e
- (iii) o valor de R\$ 984.000.000,00 (novecentos e oitenta e quatro milhões de reais), correspondentes a R\$ 0,8106790501 por ação ordinária, a título de Dividendos Intermediários, pagos em 09 de fevereiro de 2026.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Provento	Valor R\$	Data de Pagamento
Juros sobre Capital Próprio	264.000.000,00	19/12/2025
Juros sobre Capital Próprio	100.000.000,00	Serão pagos até dezembro 2026
Dividendos intermediários	984.000.000,00	09/02/2026

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

Descrição	2025	2024	2023	2022
Lucro líquido por ação (em R\$) - ON	4,1446	2,9957	3,6753	3,8600

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Deliberação	Natureza de remuneração	Data de pagamento	Valor deliberado (em R\$ Milhões)	Valor por ação ON
2025				
AGOE de 17 de abril de 2025	Dividendos mínimos obrigatórios 2024	dez/25	425	0,3500917
RCA de 12 de junho de 2025	Juros sobre Capital Próprio 2025	dez/25	264	0,2174992
	Juros sobre Capital Próprio 2025	dez/26	100	0,0823860
RCA de 11 de dezembro de 2025	Dividendos Intermediários 2025	fev/26	984	0,8106790
Total			1.773	
2024				
AGOE de 19 de abril de 2024	Dividendos mínimos obrigatórios 2023	dez/24	301	0,2486184
RCA de 24 de junho de 2024	Juros sobre Capital Próprio 2024	dez/25	200	0,1648592
RCA de 12 de dezembro de 2024	Juros sobre Capital Próprio 2024	dez/25	316	0,2605278
Total			817	
2023				
AGO de 27 de abril de 2023	Dividendos mínimos obrigatórios 2022	dez/23	709	0,5838428
RCA de 27 de junho de 2023	Juros sobre Capital Próprio 2023	dez/23	387	0,3193051
RCA de 11 de dezembro de 2023	Juros sobre Capital Próprio 2023	dez/24	505	0,4164935
Total			1.601	

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

É destinado 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, no montante de R\$ 251.537.415,74 (duzentos e cinquenta e um milhões e quinhentos e trinta e sete mil e quatrocentos e quinze reais e setenta e quatro centavos) para a Reserva Legal, conforme estabelecido no artigo 193 da Lei das S.A.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A Reserva Legal é calculada com base em 5% do lucro líquido apurado pela Companhia no exercício de 2025, limitada a 20% do capital social, ou, ainda, quando seu saldo, somado ao montante das Reservas de Capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social, conforme previsto na Lei das S.A., artigo 193.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendosfixos ou mínimos

Não se aplica.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não se aplica.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais e Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não se aplica.

10. Em relação ao dividendo obrigatório**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os Acionistas têm direito a receber o dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Artigo 202 da Lei das S.A.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção de dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**a. Informar o montante da retenção**

Não se aplica.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não se aplica.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não houve retenção de dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**a. Identificar o montante destinado à reserva**

Não se aplica.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não se aplica.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não se aplica.

d. Justificar a constituição da reserva

Não houve destinação de resultado para reserva de contingência.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

b. Identificar o montante destinado à reserva

c. Descrever como o montante foi calculado

Não houve destinação de resultado para reserva estatutária.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

R\$ 3.431.210.899,08 (três bilhões e quatrocentos e trinta e um milhões e duzentos e dez mil e oitocentos e noventa e nove reais e oito centavos)

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

O Orçamento de Capital proposto encontra-se no **Anexo III** desta Proposta da Administração.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

b. Explicar a natureza da destinação

Não houve constituição de reserva de incentivos fiscais.

ANEXO II

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(Item 2 DO FRE – RESOLUÇÃO CVM 80/2022)

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com (i) as demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 e suas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras auditadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM, e as demonstrações financeiras consolidadas intermediárias não auditadas foram preparadas de acordo com o IAS 34 – Demonstração Intermediária emitido pelo IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (Pronunciamento técnico - CPC 21 - “Informações Financeiras Intermediárias”).

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Neoenergia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades da Neoenergia, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Neoenergia revisa regularmente as principais métricas de liquidez e operacionais descritas a seguir para avaliar nossos negócios.

(Em R\$ milhões, exceto índices)	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Lucro Líquido	5.031	3.635
EBTIDA	14.290	12.517
Patrimônio líquido	36.584	32.747
Endividamento bruto	58.316	51.605
Endividamento líquido	48.742	43.220
Disponibilidades (considera caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários)	9.574	8.385
Índice de endividamento líquido/endividamento bruto + Patrimônio líquido	0,51	0,51
Índice de endividamento líquido/EBTIDA	3,41	3,45

(1) EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM nº 156/22, conciliada com suas demonstrações financeiras e/ou Informações Trimestrais – ITR. O EBITDA consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (“IFRS”). O EBITDA não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. Não poderá também ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos. O EBITDA não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para reconciliação do EBITDA para o lucro líquido, verificar a seção “2.5 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras”.

(2) O endividamento bruto refere-se à soma do saldo de empréstimos e financiamentos (incluindo encargos), debêntures e instrumentos financeiros derivativos, líquidos (circulante e não circulante). Para reconciliação do endividamento bruto, verificar a seção “2.5 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras”.

(3) O endividamento líquido corresponde ao endividamento bruto deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante). O endividamento líquido não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o endividamento líquido de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Endividamento Líquido é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira. Para reconciliação do endividamento líquido, verificar a seção “2.5 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras”.

(4) Índice representado pelo endividamento líquido dividido pela soma do endividamento líquido com o patrimônio líquido consolidado.

(5) Índice representado pelo endividamento líquido dividido pelo EBITDA dos últimos 12 meses.

A Diretoria avalia que a Companhia tem apresentado nos dois últimos exercícios sociais condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar as suas estratégias de negócio, bem como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazos junto ao órgão regulador.

Foram realizados investimentos ao longo dos últimos 2 exercícios sociais para: (i) concluir um ciclo de expansão dos segmentos de geração convencional e renovável; (ii) ampliar a rede de distribuição para atender a expansão do mercado e melhorar os padrões de qualidade e de eficiência operacional, bem como para o combate de perdas comerciais e técnicas, e (iii) implementar os projetos de transmissão. Neste mesmo período, a despeito de um contexto macroeconômico e político adversos, a companhia apresentou melhora nos indicadores de alavancagem, medida pela razão entre o endividamento líquido e o EBITDA, e de sua capacidade de honrar compromissos financeiros, medida pela razão entre o EBITDA e o resultado financeiro.

Em 2025, mantivemos nossa estratégia estruturada de valorização e rotação de nossos ativos, concluindo diversas transações relevantes ao longo do ano: finalizamos a venda de UHE Baixo Iguaçu, reforçamos a nossa parceria com o GIC com a venda de 50% da linha de transmissão de Itabapoana, nosso 9º ativo em conjunto, ampliamos nossa participação na UHE Corumbá e realizamos também a venda de 75% da UHE Dardanelos, usina cujo controle havíamos obtido em 2023 e assim maximizando o valor do ativo para nossos acionistas.

Preservamos também nossa estratégia de crescimento sustentável, baseado em um plano estratégico sólido e na rigorosa disciplina na alocação de capital. Em 2025, realizamos um Capex recorde de R\$ 10,1 bilhões, direcionados principalmente ao negócio de distribuição e ao fim do ciclo de investimentos na transmissão.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025

Em 2025 o EBITDA foi de R\$ 3.974 milhões no 4T25 (+29% vs. 4T24) e de R\$ 14.290 milhões em 2025 (+14% vs. 2024). Já o EBITDA Ajustado, sem VNR, IFRS e Operações Corporativas, foi de R\$ 3.248 milhões no 4T25 (+14% vs. 4T24) e R\$ 11.428 milhões em 2025 (+8% vs. 2024).

As despesas operacionais somaram R\$ 1.051 milhões no 4T25 (+7% vs. 4T24) e R\$ 4.295 milhões em 2025, crescendo apenas 1%, abaixo da inflação do período, e absorvendo ainda o incremento da nossa base de clientes e da entrada em operação de novos negócios.

Em Distribuição, foram R\$ 6,5 bilhões investidos na expansão da rede, na conexão de novos clientes e na digitalização e modernização das redes, tornando-as mais resilientes frente a eventos climáticos e garantindo maior qualidade e segurança para nossos 17 milhões de clientes. Como reflexo desse robusto investimento, encerramos o ano com todas as nossas 5 distribuidoras enquadradas nos limites regulatórios de Duração Equivalente de Interrupção (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção (FEC), valorizando e assegurando que nossos clientes recebam energia com qualidade, segurança e continuidade.

Clientes que seguem no centro de nossa estratégia: finalizamos em 2025 a reforma e padronização de 100% de nossas lojas de atendimento e fortalecemos ainda mais nossos canais de comunicação, esforços que nos garantiram o Prêmio CONAREC, principal reconhecimento de Customer Experience no Brasil.

Como consequência de todo esse investimento, fomos protagonistas no Prêmio ABRADÉE de 2025, conquistando um resultado histórico e reafirmando mais uma vez nossa excelência operacional: temos a melhor distribuidora do país - Neoenergia Cosern -, a melhor distribuidora da região Sudeste - Neoenergia Elektro - e ganhamos ainda outros 6 prêmios, com destaque para o prêmio de melhor evolução de desempenho operacional do país para a Neoenergia Brasília.

Outro marco importante no ano foi a assinatura do novo contrato de concessão da Neoenergia Pernambuco, a primeira e única distribuidora do país a obter em 2025 de forma antecipada a prorrogação da concessão por mais 30 anos. Também avançamos com os processos de prorrogação antecipada de Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro e Neoenergia Cosern, que já tiveram aprovação pela ANEEL.

Em transmissão, foram R\$ 3,3 bilhões investidos, finalizando o nosso ciclo atual de investimentos no negócio com a entrega dos últimos 4 lotes previstos para 2025, que adicionaram mais de R\$ 1 bilhão de Receita Anual Permitida (RAP) ao portfólio. A Neoenergia é hoje o 5ª maior player do país no segmento, com mais de 8 mil km de linhas em 15 estados e mais de R\$ 2 bilhões de RAP.

No negócio de Geração, mantivemos a alta disponibilidade de nossos ativos de geração renovável, mesmo diante de desafios setoriais como menor recurso eólico e curtailment.

No negócio de Comercialização, alcançamos recorde de venda de energia com foco no mercado varejista e entregamos nossos 2 primeiros projetos de eletrificação da indústria, além de ter iniciado o desenvolvimento de outros 5 projetos.

(Em R\$ milhões, exceto índices)	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Liquidez corrente (ativo circulante/ Passivo Circulante)	1,32	1,22
Liquidez seca (ativo circulante - estoques/ Passivo Circulante)	1,32	1,22

Considerando que a Neoenergia apresenta índices de liquidez compatíveis com o setor, a Diretoria entende que a companhia tem condições financeiras e patrimoniais para dar continuidade às suas atividades.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da Companhia (consolidado) teve a seguinte evolução nos últimos dois exercícios sociais:

Estrutura de Capital ⁽¹⁾ (Em R\$ milhões, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de			
	2025		2024	
	R\$	%	R\$	%
Capital de Terceiros	82.694	69,33%	76.794	70,11%
Capital Próprio	36.584	30,67%	32.747	29,89%
Total	119.278	100%	109.541	100%

(1) O Capital de Terceiros considera Passivo Circulante e Não Circulante. Capital Próprio considera o valor do Patrimônio Líquido Consolidado.

Ao final dos anos de 2025 e 2024, a participação de terceiros representava, respectivamente 69,33% e 70,11% do passivo total da Companhia, refletindo os investimentos em crescimento orgânico, aquisições e instalações de novos equipamentos em unidades existentes.

i. hipóteses de resgate

Não existe hipótese de resgate de ações ou quotas previstas no Estatuto Social da Companhia.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável, pois não existe fórmula de cálculo preestabelecida de cálculo do valor de resgate das ações ou quotas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A diretoria entende que a qualidade de seu portfólio de ativos, resultados e situação patrimonial registrados nos últimos exercícios proporciona plena capacidade de acessar o mercado de crédito assegurando a liquidez necessária para cumprir suas obrigações de curto e médio prazos, relacionadas e adequadas à condução de suas operações e atividades de investimento necessárias para o cumprimento de seu plano estratégico.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo total de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários circulante e não circulante da Companhia era de R\$ 9.574 milhões, frente aos R\$ 8.385 milhões em 31 de dezembro de 2024.

O endividamento bruto da Companhia em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 58.316 milhões e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 51.605 milhões. Já o endividamento líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 48.742 milhões e em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 43.220 milhões.

R\$ MM	2025	%	2024	%
Curto Prazo	7.893	13,5%	6.948	13,5%
Empréstimos e Financiamentos	7.705	-	7.502	-
Instrumentos Financeiros	188	-	(554)	-
Longo Prazo	50.423	86,5%	44.657	86,5%
Empréstimos e Financiamentos	50.022	-	45.098	-
Instrumentos Financeiros	401	-	(441)	-
Dívida Bruta	58.316	100%	51.605	100%

Disponibilidades	(9.574)	-	(8.385)	-
Dívida Líquida	48.742	-	43.220	-

Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio da dívida da Neoenergia estava em 5,70 anos, pouco menos alongada que o ano anterior, de 2024 (6,30 anos). A Companhia e as sociedades do Grupo Neoenergia utilizaram recursos oriundos de bancos comerciais, emissões de debêntures e agências de fomento para financiar seus planos de investimento e necessidade de capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha 81% de empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional e 19% em moeda estrangeira. Do total do endividamento bruto, 56% são indexados ao CDI, 43% são atrelados ao IPCA e 1% a TJLP. Todos os empréstimos, financiamentos e emissões de debêntures foram utilizados para financiamento dos investimentos nos segmentos da Companhia e para suportar as eventuais necessidades de capital de giro.

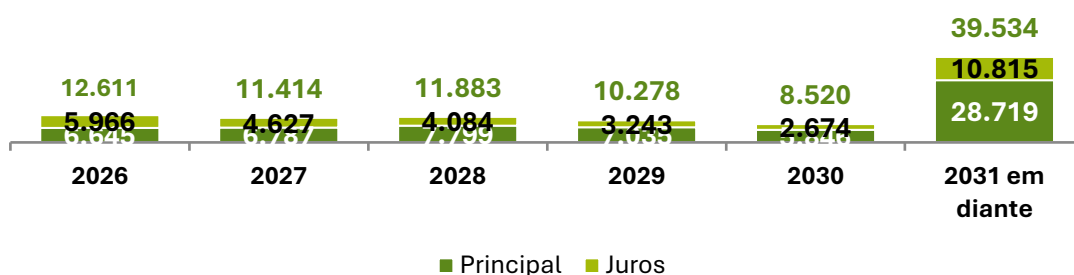
Dados os expressivos investimentos em distribuição, geração e transmissão de energia e a consequente necessidade de financiamento de capital de giro, nosso passivo circulante totalizou R\$ 21.000 milhões em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 20.470 milhões em 31 de dezembro de 2024.

Considerando (i) o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, (ii) a desconcentração de vencimentos, com alinhamento do perfil da dívida aos ciclos dos negócios, e (iii) o amplo acesso ao mercado de capitais e bancos comerciais e de fomento para financiamento do capital de giro e investimentos, os diretores concluem que a Companhia possui sólida capacidade de cumprir com seus compromissos financeiros junto a fornecedores, governos, acionistas e empregados, além de garantir os seus investimentos, de curto e longo prazo.

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida (em reais milhões), utilizando as curvas de mercado futuro para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2025. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado:

Cronograma de vencimento da dívida (em R\$ milhões)

R\$ Milhões



A tabela abaixo demonstra o valor total de dívida, segregando os instrumentos derivativos e por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual em 31 de dezembro de 2025:

	Principal	Juros	Instrumentos derivativos	Total
2026	6.888.000	4.987.308	736.188	12.611.496
2027	7.050.673	4.154.533	209.280	11.414.485
2028	8.023.274	3.681.470	178.131	11.882.874
2029	7.424.953	2.877.027	(24.106)	10.277.874
2030	6.109.975	2.404.452	6.000	8.520.427
Entre 2031 a 2035	21.745.894	7.860.908	(987.425)	28.619.377
Entre 2036 a 2040	5.574.394	1.954.171	(424.636)	7.103.930
2041 em diante	3.287.108	529.966	-	3.817.074
Total	66.104.271	28.449.835	(306.568)	94.247.538

Acreditamos que a nossa capacidade de pagamento das obrigações financeiras é evidenciada, dentre outros aspectos, pelos ratings atribuídos a nós e as nossas controladas.

Em 20 de Dezembro de 2023, a Standard & Poor's – S&P elevou os ratings de crédito corporativo atribuídos à Companhia e suas subsidiárias (Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Cosern) de 'BB-' para 'BB' na Escala Global, com perspectiva estável e reafirmou o rating 'brAAA' na escala nacional. Este movimento foi reflexo da elevação do Rating soberano do Brasil, em razão da aprovação Reforma Tributária.

Em 27 de março de 2024, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em "BB" na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

Em 25 de março de 2025, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em "BB" na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

O quadro abaixo apresenta a evolução dos ratings na escala nacional de créditos corporativos atribuídos pela S&P à Companhia e às suas controladas, além dos ratings atribuídos às emissões de debêntures das geradoras e da NC Energia, bem como a evolução dos ratings na escala nacional de créditos corporativos atribuídos pela Fitch à Neoenergia Elektro Redes, além das emissões de debêntures das geradoras.

	Rating Corporativo - Escala Nacional (Longo Prazo)	2024	2025
Rating Standard & Poor's	NEOENERGIA	AAA	AAA
	Perspectiva	Estável	Estável
	NEOENERGIA COELBA	AAA	AAA
	Perspectiva	Estável	Estável
	NEOENERGIA PERNAMBUCO	AAA	AAA
	Perspectiva	Estável	Estável
	NEOENERGIA COSERN	AAA	AAA
	Perspectiva	Estável	Estável
	NEOENERGIA ELEKTRO REDES	AAA	AAA
	Perspectiva	Estável	Estável
	ITAPEBI (Rating de Emissão)	-	AA+
	TERMOPERNAMBUCO (Rating de Emissão)	-	-

Rating Fitch	NC Energia (<i>Rating</i> de Emissão)	-	-
	NEOENERGIA ELEKTRO REDES	N/A	N/A
	Perspectiva	N/A	N/A
	Calango 6 (<i>Rating</i> de Emissão)	N/A	N/A
	Lagoa 1 (<i>Rating</i> de Emissão)	N/A	N/A

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Para realizar os investimentos em ativos não circulantes e suprir suas necessidades de capital de giro, a Companhia se utiliza majoritariamente do fluxo de dividendos recebidos das empresas operacionais e, eventualmente complementados com financiamentos de terceiros.

A Companhia e as suas subsidiárias têm como política financeira buscar o financiamento dos investimentos junto aos mercados de capitais, a bancos comerciais nacionais e internacionais, a organismos multilaterais e agências de fomento nacionais e internacionais, a exemplo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), BNB (Banco do Nordeste), BASA (BANCO DA AMAZÔNIA BEI (Banco Europeu de Investimentos), EDC (Export Development Canada), IFC (International Finance Corporation), JICA&MUFG dentre outros.

Por meio da Lei 12.431, a Companhia e suas subsidiárias vêm se financiando também por meio de emissão de debêntures de infraestrutura para projetos de geração, transmissão e distribuição. Em 2022, a Companhia captou R\$ 550 milhões via 4131 BRL Linked para capital de giro. Em 2023, a Companhia contratou um financiamento junto ao Instituto de Crédito Oficial (ICO), da Espanha, no valor total de USD 100 milhões (BRL 475 milhões), sendo este contrato um Super Green Loan com a finalidade principal de aportar recursos na transmissora Neoenergia Morro do Chapéu. O montante foi totalmente desembolsado no mês de julho de 2023. Este foi o terceiro Super Green Loan do Grupo Neoenergia, e o primeiro com lastro em um projeto de transmissão no Brasil. Em 2024 não houve novas contratações para a Neoenergia Holding.

A seguir apresentamos as captações realizadas para o grupo em 2025:

Empresa	Modalidade	Vencimento	Indexadores	Valor Captado (Em R\$ mil)
Contratos de Dívida no Mercado Internacional				
Dólar				
Neoenergia Elektro	4131	23/05/2028	CDI	200.000
Neoenergia Paraíso	4131	05/03/2026	CDI	50.000
Neoenergia Lagoa dos Patos	4131	05/03/2026	CDI	400.000
Neoenergia Estreito	4131	05/03/2026	CDI	80.000
Neoenergia Coelba	Financiamento	26/07/2035	CDI	194.768
Neoenergia Coelba	Financiamento	26/07/2035	CDI	1.752.914
Neoenergia Alto Paranaíba	4131	16/12/2026	CDI	300.000
Taxa Média/Subtotal			14,67%	2.977.683

Contratos de Dívida no Mercado Nacional

Neoenergia Guanabara	Financiamento	15/12/2045	IPCA	93.000
Neoenergia Alto Paranaíba	Financiamento	15/08/2045	IPCA	105.000
Neoenergia Morro do Chapéu	Financiamento	15/05/2047	IPCA	50.000
Neoenergia Vale do Itajaí	Financiamento	15/12/2045	IPCA	66.000
Neoenergia Coelba	Financiamento	15/05/2034	IPCA	394.000
Taxa Média/Subtotal			12,59%	708.000
Total e taxa média			14,27%	3.685.683

A seguir apresentamos as emissões de debêntures realizadas em 2025 (em R\$ mil):

Ativo	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Neoenergia Pernambuco - 16ª Debênture - Série única	10/04/2032	13,60%	700.000
Neoenergia Pernambuco - 17ª Debênture - 1ª série	15/08/2035	IPCA + 6,7929%	300.000
Neoenergia Pernambuco - 17ª Debênture - 2ª série	15/08/2040	IPCA + 6,7392%	300.000
Neoenergia Coelba - 20ª Debênture - Série única	25/04/2032	CDI - 0,49%	700.000
Neoenergia Coelba - 21ª Debênture - Série única	10/10/2035	CDI + 0,00%	500.000
Neoenergia Coelba - 22ª Debênture - 1ª série	15/11/2032	11,67%	2.100.000
Neoenergia Coelba - 22ª Debênture - 2ª série	15/11/2035	IPCA + 6,30%	1.200.000
Neoenergia Cosern - 13ª Debêntures - 1ª série	15/11/2032	11,67%	400.000
Neoenergia Cosern - 13ª Debêntures - 2ª série	15/11/2035	IPCA + 6,30%	300.000
Neoenergia Elektro - 15ª Debênture - Série única	25/04/2032	CDI - 0,49%	700.000
Neoenergia Elektro - 16ª Debênture - 1ª série	15/08/2035	IPCA + 6,8172%	300.000
Neoenergia Elektro - 16ª Debênture - 2ª série	15/08/2040	IPCA + 6,7636%	300.000
Neoenergia Elektro - 17ª Debênture - Série única	10/10/2035	CDI + 0,00%	500.000
Total			8.300.000

A seguir apresentamos as captações realizadas para o grupo em 2024:

Empresa (Em R\$ mil)	Modalidade	Vencimento	Indexadores	Valor Captado
Contratos de Dívida no Mercado Internacional				
Dólar				
Afluentes T	4131	10/12/2026	CDI	30.000
Neoenergia Coelba	4131	16/03/2026	CDI	200.000
Neoenergia Coelba	4131	04/04/2025	CDI	700.000
Neoenergia Elektro	4131	21/06/2027	CDI	200.000
Neoenergia Elektro	4131	13/09/2027	CDI	200.000
Neoenergia Brasília	4131	13/09/2027	CDI	200.000

Taxa Média/Subtotal			12,35%	1.530.000
JPY				
Neoenergia Lagoa dos Patos	4131	07/03/2025	CDI	350.000
Taxa Média/Subtotal			11,67%	350.000
Contratos de Dívida no Mercado Nacional				
Neoenergia Coelba	Financiamento	15/05/2034	IPCA	400.000
Neoenergia Itabapoana	Financiamento	15/12/2045	IPCA	22.000
Neoenergia Morro do Chapéu	Financiamento	15/12/2045	IPCA	950.000
Taxa Média/Subtotal			11,49%	1.372.000
Total e taxa média			11,91%	3.252.000

Nota: A taxa média calculada considera a ponta passiva das dívidas em moeda estrangeiras, e a conversão dos indexadores a uma taxa nominal, considerando o mês do desembolso. As dívidas em moeda estrangeira são integralmente convertidas para reais e taxa em CDI + % a.a. ou % do CDI, através de operações de swap, portanto inexistindo exposição a moeda estrangeira.

A seguir apresentamos as emissões de debêntures realizadas em 2024 (em R\$ mil):

Ativo	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Neoenergia Coelba - 17ª Debênture - 2ª série	15/11/2033	IPCA + 6,25%	610.054
Neoenergia Coelba - 18ª Debênture - 1ª série	10/06/2029	CDI + 0,95%	500.000
Neoenergia Coelba - 18ª Debênture - 2ª série	10/06/2031	CDI + 1,10%	500.000
Neoenergia Coelba - 19ª Debênture - 1ª série	10/12/2030	0,12776	790.000
Itapebi - 6ª Emissão de Debêntures	18/03/2029	CDI + 1,25%	150.000
Neoenergia Cosern - 12ª Emissão de Debêntures - 1ª série	15/03/2031	CDI + 0,96	450.000
Neoenergia Cosern - 12ª Emissão de Debêntures - 2ª série	15/03/2034	IPCA + 6,07%	200.000
Neoenergia Elektro - 12ª Debênture - Série única	18/03/2029	CDI + 1,15%	200.000
Neoenergia Elektro - 13ª Debênture - 1ª série	15/04/2031	CDI + 0,98%	900.000
Neoenergia Elektro - 13ª Debênture - 2ª série	15/04/2034	IPCA + 6,26%	300.000
Neoenergia Elektro - 14ª Debênture - Série única	08/02/2032	CDI + 0,80%	500.000
Neoenergia Pernambuco - 13ª Emissão de Debêntures	15/11/2033	IPCA + 6,10%	435.746
Neoenergia Pernambuco - 14ª Emissão de Debêntures	18/03/2029	CDI + 1,18%	500.000
Neoenergia Pernambuco - 15ª Emissão de Debêntures	10/12/2030	0,120688	670.000
Neoenergia Brasília - 6ª Emissão de Debêntures	18/03/2029	CDI + 1,35%	200.000
Neoenergia Morro do Chapéu - 1ª Emissão de Debêntures	15/12/2038	IPCA + 6,56%	432.000
Neoenergia Alto Paranaíba - 1ª Emissão de Debêntures	15/05/2038	IPCA + 6,42%	1.100.000
Neoenergia Alto Paranaíba - 2ª Emissão de Debêntures	15/05/2038	IPCA + 6,42%	1.000.000
Neoenergia Atibaia - 1ª Emissão de Debêntures*	05/07/2029	CDI + 1,10%	82.000
Neoenergia Biguaçu - 1ª Emissão de Debêntures*	05/07/2029	CDI + 1,10%	80.000
Total			9.599.800

Os Diretores da Companhia esclarecem, por fim, que estas operações são recorrentes e seguem o curso normal dos negócios da Companhia e suas subsidiárias dentro de uma gestão prudente de endividamento. Para informações mais detalhadas sobre os contratos relevantes de financiamento da Companhia, vide alínea (f) deste item 2.1.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Faz parte da estratégia da Companhia acompanhar e ajustar seus compromissos financeiros à geração de caixa operacional, evitando dessa forma captações de curto prazo. Eventualmente, pequenas operações poderão ser realizadas, como empréstimos pontes para financiamentos de longo prazo.

Ainda que a Administração entenda que possui uma gestão de caixa que assegura manutenção de liquidez robusta, a Companhia avalia permanente a contratação de linhas de Credit Facility junto a algumas instituições financeiras visando reduzir o custo de carregio da liquidez mantida.

A Diretoria acredita, com base em seus atuais planos operacionais e de investimento, que o saldo e a geração de caixa operacional das subsidiárias, somados à possibilidade de captação de recursos de terceiros, quando necessária, suportam a eventual necessidade de recursos para o financiamento do capital de giro e para a realização de investimentos em ativos não-circulantes, como, por exemplo, expansão orgânica, modernização, substituição de equipamentos, dentre outros.

A seguir está a tabela com histórico dos últimos dois anos de endividamento de curto e longo prazo (Passivo Circulante + Passivo não Circulante):

Estrutura de Capital	Exercício Social terminado em			
	2025		2024	
	R\$ MM	%	R\$ MM	%
Passivo Circulante	21.000	25,40%	20.470	26,65%
Passivo Não Circulante	61.687	74,60%	56.332	73,35%
Total	82.687	100%	76.802	100%

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Faz parte da política de riscos financeiros do Grupo Neoenergia, buscar constantemente alongamento de prazo e redução de custos da sua dívida.

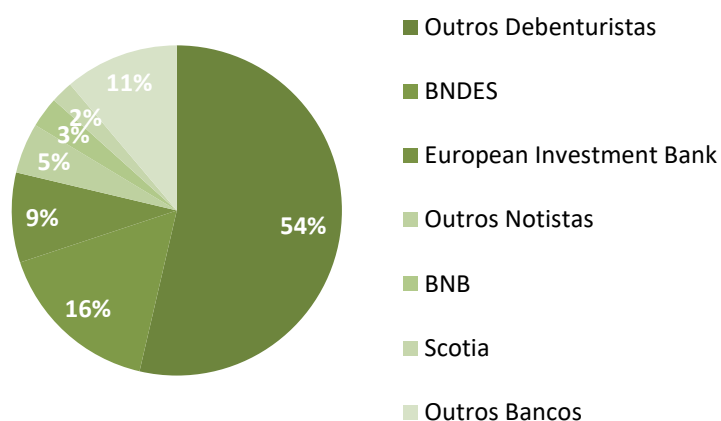
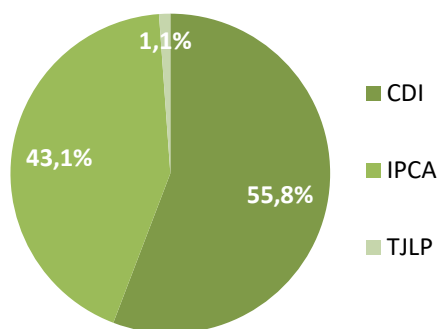
Em 31 de dezembro de 2025 o endividamento bruto da Companhia foi de R\$ 58.316 milhões, apresentando um crescimento de 13%, ou seja, R\$ 6.711 milhões em relação a 31 de dezembro de 2024. O endividamento líquido registrado foi de R\$ 48.742 milhões em 31 de dezembro de 2025, aumento de 13% em comparação a 31 de dezembro de 2024, ou seja R\$ 5.522 milhões. Em dezembro de 2025, a Companhia contava com 86,5% de seu endividamento bruto contabilizado no longo prazo e 13,5% no curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2024 o endividamento bruto da Companhia foi de R\$ 51.605 milhões, apresentando um crescimento de 9%, ou seja, R\$ 4.424 milhões em relação a 31 de dezembro de 2023. O endividamento líquido registrado foi de R\$ 43.220 milhões em 31 de dezembro de 2024, aumento de 10% em comparação a 31 de dezembro de 2023, ou seja R\$ 4.074 milhões. Em dezembro de 2024, a Companhia contava com 80,0% de seu endividamento bruto contabilizado no longo prazo e 20,0% no curto prazo.

No curso ordinário de seus negócios, a Companhia celebra diretamente ou como parte ou interveniente-garantidora, contratos financeiros em que pode haver previsão de hipótese de vencimento antecipado das obrigações contratadas em casos de alteração da composição do capital social da Companhia, dentre outras.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O gráfico e a tabela abaixo apresentam as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em 31 de dezembro de 2025 por credor:



Credor	Início	Vencimento	Valor de principal	Saldo em 31/12/2025
Outros Debenturistas	2016 a 2025	2026 a 2040	30.893.303	31.272.228
BNDES	2012 a 2024	2026 a 2047	9.679.951	9.491.163
European Investment Bank	2016 a 2025	2027 a 2036	4.979.871	5.134.349
Outros Notistas	2021 a 2022	2026 a 2029	2.690.000	2.878.030
bnb	2019 a 2025	2025 a 2044	1.752.904	1.753.109
Scotia	2021 a 2023	2026 a 2026	1.223.891	1.265.899
IFC	2022 a 2023	2030 a 2031	1.145.915	1.178.024
Bank of América	2023 a 2025	2026 a 2029	1.068.938	1.164.956
Santander	2024 a 2025	2026 a 2027	1.115.354	1.157.521
JICA	2021 a 2023	2031 a 2033	597.173	810.679
MUFG	2021 a 2023	2026 a 2028	532.114	605.577
Credit Agricole	2025 a 2025	2026 a 2026	563.927	545.852
ICO	2023 a 2023	2033 a 2033	550.240	509.368

Sumitomo	2021 a 2021	2026 a 2026	421.246	438.039
Banco do Brasil	2012 a 2012	2029 a 2030	115.320	106.005
CEF	2014 a 2014	2026 a 2026	6.111	6.134
Itaú			0	2.659
MORGAN STANLEY			0	1.032
hsbc			0	263
Bradesco			0	82
Outros			0	(4.854)
			58.316.115	

Os contratos de empréstimos são utilizados em geral para capital de giro. Os principais contratos de empréstimos vigentes em 31 de dezembro de 2025 são:

a. Neoenergia Coelba x Scotia: em 26 de junho de 2019, a Neoenergia Coelba realizou captação de recursos por meio de empréstimo realizado junto ao Scotia, na modalidade Step-up Loan com base na Resolução 4.131 do Banco Central do Brasil. A operação foi contratada no valor total de R\$ 350.000 mil com juros semestrais e amortização no vencimento em 25 de junho de 2024 em USD. Com o objetivo de eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira, foi contratada uma operação de swap para CDI com mesmo fluxo de liquidação do financiamento cuja contraparte é o próprio Scotia.

b. Neoenergia Brasília x Scotia: em 22 de dezembro de 2021, a Neoenergia Brasília realizou captação de recursos por meio de empréstimo realizado junto ao Scotia, na modalidade Step-up Loan com base na Resolução 4.131 do Banco Central do Brasil. A operação foi contratada no valor total de R\$ 300.000 mil com juros semestrais com vencimento em 22 de dezembro de 2026. Com o objetivo de eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira, foi contratada uma operação de swap com mesmo fluxo de liquidação do financiamento cuja contraparte é o próprio Scotia.

c. Neoenergia Coelba x Scotia: em 14 de março de 2023, a Neoenergia Coelba realizou captação de recursos por meio de empréstimo realizado junto ao Scotia, na modalidade Step-up Loan com base na Resolução 4.131 do Banco Central do Brasil. A operação foi contratada no valor total de R\$ 500.000 mil com juros semestrais e amortização no vencimento em 16 de março de 2026 em USD. Com o objetivo de eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira, foi contratada uma operação de swap para CDI com mesmo fluxo de liquidação do financiamento cuja contraparte é o próprio Scotia Bank.

d. Neoenergia Coelba x BNP: em 04 de abril de 2023, a Neoenergia Coelba realizou captação de recursos por meio de empréstimo realizado junto ao BNP, na modalidade Step-up Loan com base na Resolução 4.131 do Banco Central do Brasil. A operação foi contratada no valor total de R\$ 500.000 mil com juros anuais e amortização no vencimento em 04 de abril de 2025 em EUR. Com o objetivo de eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira, foi contratada uma operação de swap para CDI com mesmo fluxo de liquidação do financiamento cuja contraparte é o próprio BNP.

e. Neoenergia Lagoa dos Patos x HSBC: em 11 de março de 2024, a Neoenergia Lagoa dos Patos realizou a contratação de empréstimo junto ao HSBC, na modalidade Step-up Loan com base na Resolução 4.131 do Banco Central do Brasil. A operação foi contratada no valor total de R\$ 350.000 mil com juros e amortização no vencimento em 07 de março de 2025. Com o objetivo de eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira, foi contratada uma operação de swap para CDI com mesmo fluxo de liquidação do financiamento cuja contraparte é o próprio HSBC.

f. Neoenergia Coelba x BOFA: em 10 de dezembro de 2024, a Neoenergia Coelba realizou captação de recursos por meio de empréstimo realizado junto ao Bank of America, na modalidade Step-up Loan com base na Resolução 4.131 do Banco Central do Brasil. A operação foi contratada no valor total de R\$ 700.000 mil com juros anuais e amortização no vencimento em 10 de dezembro de 2026 em USD. Com o objetivo de eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira, foi contratada uma operação de swap para CDI com mesmo fluxo de liquidação do financiamento cuja contraparte é o próprio BOFA.

Os contratos de financiamentos são voltados para investimentos em infraestrutura. Os principais acordos de financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2025 foram celebrados pelas distribuidoras com órgãos de fomento como BNDES, BNB e o European Investment Bank (Banco Europeu de Investimentos – “BEI”):

a. Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Elektro e Neoenergia Cosern x BNDES: juntos, os programas de financiamento das distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Cosern totalizam R\$ 6.653.329.000,00 de valor contratado junto ao BNDES. São contratos de financiamento com lastro em projetos de investimento voltados para infraestrutura (implantação ampliação e modernização de ativos fixos; aquisição de máquinas e equipamentos; estudos e projetos de engenharia; investimentos ambientais e em P&D).

b. Neoenergia Coelba x BEI: em 07 de setembro de 2016, foi celebrado o contrato de financiamento com o BEI no volume de até EUR 200.000.000,00 com o objetivo de financiar parte dos investimentos para os anos de 2016 a 2018. Em 28 de março de 2017, ocorreu o primeiro desembolso, no valor de EUR 80.561.084,26, com previsão de repagamento semestral, em vinte parcelas, de 30 de setembro de 2019 a 28 de março de 2029. Em 30 de junho de 2017, ocorreu a segunda liberação de aproximadamente EUR 60.000.000,00 e com vencimento final previsto para junho de 2029. Em 23 de janeiro de 2018, ocorreu a terceira liberação de aproximadamente EUR 60.000.000,00 e com vencimento final previsto para janeiro de 2030. Com o objetivo de eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira, foram contratadas duas operações de swap com mesmo fluxo de liquidação do financiamento, cuja contraparte, em todos eles, é o Goldman Sachs para a primeira e segunda liberação enquanto para a terceira liberação foi contratada operação de swap junto ao Bank of America.

c. Neoenergia Elektro x BEI: em 31 de outubro de 2013, foi celebrado o contrato de financiamento com o BEI com desembolsos no volume de USD 230.023.257,24 e com o objetivo de financiar parte dos investimentos para os anos de 2013 a 2017. Em 31 de outubro de 2013 ocorreu o primeiro desembolso no valor de USD 128.898.257,24 com amortização anual a partir de outubro de 2016. Em 1º de julho de 2016 e 05 de julho de 2017 ocorreram a segunda e terceira liberações de aproximadamente USD 56.125.000,00 e USD 45.000.000,00 com vencimento final previsto para julho de 2027. Com o objetivo de eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap com mesmo fluxo de liquidação do financiamento, cuja contraparte são Santander, HSBC e Goldman Sachs.

d. Neoenergia Coelba x BNB: Em 14 de Setembro de 2018 foi celebrado o contrato de financiamento com o BNB no volume de até R\$ 800.000.000,00 com o objetivo de financiar parte dos investimentos para os anos de 2016 a 2018. Em 19 de junho de 2019, ocorreu o primeiro desembolso, no valor de R\$ 262.101.096,53, com previsão de pagamento de juros e principal mensal, com prazo de 12 anos. Em 31 de outubro de 2019, ocorreu a segunda liberação, no valor de R\$ 447.207.772,45, com previsão de pagamento de juros e principal mensal, com prazo de 12 anos. Em 03 de Dezembro de 2020 ocorreu a terceira e última liberação, no valor de R\$ 90.691.131,02 com previsão de pagamento de juros e principal mensal, com prazo de 12 anos.

- e. Neoenergia Pernambuco x BNB: Em 16 de Outubro de 2018 foi celebrado o contrato de financiamento com o BNB no volume de até R\$ 574.698.212,33 com o objetivo de financiar parte dos investimentos para os anos de 2016 a 2018. Em 25 de junho de 2019, ocorreu o primeiro desembolso, no valor de R\$ 318.081.824,01, e com previsão de pagamento de juros e principal mensal, com prazo de 11 anos. Em 21 de Julho de 2020, ocorreu o segundo desembolso, no valor de R\$ 106.896.868,59, com previsão de pagamento de juros e principal mensal, com prazo de 11 anos.
- f. Neoenergia x BEI: em 03 de Dezembro de 2019, foi celebrado o contrato de financiamento com o Banco Europeu de Investimentos com o objetivo de financiar parte dos investimentos de projetos de renováveis do grupo, cujo montante total atinge EUR 250.000.000,00. Em 05 de Outubro de 2020 ocorreu o desembolso da primeira tranche, no valor de EUR 125.000.000,00, equivalente a USD 148.038.00,00 (R\$ 835.538.453,75 liberados em reais) com amortização anual a partir de outubro de 2023 e juros semestrais. Em 30 de Novembro de 2021 ocorreu o desembolso da segunda e última tranche, no valor de EUR 125.000.000,00, equivalente a USD 142.494.855,18 (R\$ 795.805.267,18 liberados em reais) com amortização anual a partir de novembro de 2024 e juros semestrais. Com o objetivo de eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira, foi contratada operação de swap com o banco BNP Paribas, contemplando integralmente o fluxo de amortização da parcela sacada.
- g. Neoenergia x BEI: em 22 de Dezembro de 2022, foi celebrado o contrato de financiamento com o Banco Europeu de Investimentos com o objetivo de financiar parte dos investimentos de projetos de renováveis do grupo, cujo montante total atinge EUR 200.000.000,00. Em 19 de dezembro de 2022 ocorreu o desembolso da primeira tranche, no valor de EUR 166.000.000,00, equivalente a USD 174.728.755,00 (R\$ 922.358.151,89 liberados em reais), com amortização semestral a partir de junho de 2026. Em 18 de dezembro de 2023 ocorreu o desembolso da segunda tranche, no valor de USD 34.000.000,00, equivalente a USD 37.248.394,00 (R\$ 182.189.344,73 liberados em reais), com amortização semestral a partir de junho de 2027.
- h. Neoenergia Coelba x IFC: em 29 de junho de 2022, foi celebrado o contrato de financiamento com o IFC (International Finance Corporation), membro do Grupo Banco Mundial, no valor de R\$ 550.000.000,00, com o pagamento de juros e principal semestral e prazo de 8 anos. Esse financiamento um Super Green Loan, que consiste em uma dívida certificada como verde atrelada a metas ambiciosas e desafiadoras de ESG (Environmental, Social and Governance – ou ASG, em português, de Ambiental, Social e Governança). Em setembro de 2022 o valor foi totalmente desembolsado.
- i. Neoenergia Guanabara x BNDES: em 31 de março de 2022, foi celebrado o contrato de financiamento com o BNDES, no valor de até R\$ 693.000.000,00 de reais destinado a construção do projeto de transmissão. Em 2023 foi desembolsado um total de R\$ 600.000.000,00. Em 2025 foi desembolsado o saldo residual do contrato, no total de R\$ 93.000.000,00.
- j. Neoenergia Vale do Itajaí x BNDES: em 27 de dezembro de 2021, foi celebrado o contrato de financiamento com o BNDES, no valor de até R\$ 1.305.000.000,00 destinado a construção do projeto de transmissão. Em 2023 foi desembolsado um total de R\$ 589.000.000,00. Em 2024 foi desembolsado mais R\$ 650.000.000,00. Em 2025 foi desembolsado o saldo residual do contrato no total de R\$ 66.000.000,00.
- k. Neoenergia Pernambuco x JICA/MUFG: Em 30 de Março de 2023 foi celebrado o contrato de financiamento com o JICA e MUFG no volume de JPY 12.175.000.000,00, com o objetivo de financiar parte dos investimentos para os anos de 2023 a 2025. O desembolso ocorreu em 20 de abril de 2023: o valor da tranche do JICA foi de R\$ 464.916.000,00, com previsão de pagamento de juros e principal semestral, com

prazo de 10 anos; o valor da tranche do MUFG foi de R\$ 238.509.375,00, com previsão de pagamento de juros e principal semestral, com prazo de 5 anos

l. Neoenergia Elektro x BEI: em 31 de outubro de 2013, foi celebrado o contrato de financiamento com o BEI com desembolsos no volume de USD 230.023.257,24 e com o objetivo de financiar parte dos investimentos para os anos de 2013 a 2017. Em 31 de outubro de 2013 ocorreu o primeiro desembolso no valor de USD 128.898.257,24, com amortização anual a partir de outubro de 2016. Em 1º de julho de 2016 e 05 de julho de 2017 ocorreram a segunda e terceira liberações de aproximadamente USD 56.125 mil e USD 45.000 mil, com vencimento final previsto para julho de 2027. Com o objetivo de eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap com mesmo fluxo de liquidação do financiamento, cuja contraparte são Santander, HSBC e Goldman Sachs.

m. Neoenergia Elektro x IFC: em 23 de maio de 2023, foi celebrado o contrato de financiamento com volume de R\$ 800.000.000,00, que tem como objetivo de financiar parte dos investimentos para os anos de 2023 a 2025. Em 20 de junho de 2023 ocorreu o desembolso total, diretamente em reais, com amortização anual a partir de outubro de 2025 e vencimento em abril de 2031.

n. Neoenergia x ICO: em 28 de junho de 2023, foi celebrado o contrato de financiamento com o Instituto de Crédito Oficial E.P.E. (ICO) com o objetivo de financiar o Equity do projeto de transmissão Neoenergia Morro do Chapéu, com montante de US\$ 100.000.000,00. Em 27 de julho de 2023 ocorreu o desembolso total, equivalente a R\$ 474.960.000,00, com amortização semestral a partir de janeiro de 2027.

o. Neoenergia Morro do Chapéu x BNDES: em 09 de outubro de 2023, foi celebrado o contrato de financiamento com o BNDES, no valor de até R\$ 1.200.000.000,00 destinado a construção do projeto de transmissão. Em 2024 foi desembolsado um total de R\$ 950.000.000,00. Em 2025, foi desembolsado o saldo residual do financiamento, no total de R\$ 50.000.000,00.

p. Neoenergia Alto Paranaíba x BNB: em 25 de julho de 2025, foi celebrado contrato de financiamento junto ao BNB, no valor de R\$ 150.000.000,00, destinado à construção do projeto de transmissão. Em 2025, foram desembolsados R\$ 105.000.000,00.

q. Neoenergia Coelba x BEI: em 03 de julho de 2025, foi celebrado o contrato de financiamento com o BEI com o objetivo de financiar os investimentos da distribuidora, com montante de EUR 300.000.000,00. Em 25 de julho de 2025 ocorreu o desembolso total, equivalente a R\$ 1.947.682.590,00

As principais emissões de mercado de capitais vigente em 31 de dezembro de 2025 estão descritas a seguir:

a. Neoenergia - 6ª emissão de debêntures (duas séries): em 17 de julho de 2019, a Neoenergia realizou a 6ª emissão de debêntures (emissão de debêntures verdes, conhecida como greenbond), dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 802.746.000,00 e vencimento em 15 de junho de 2029; a segunda com valor de R\$ 491.703.000,00 e vencimento em 15 de junho de 2033. A destinação da emissão foi o desenvolvimento, construção e operação de usina hidrelétrica (UHE Baixo Iguaçu), parques eólicos (Complexo Chafariz) e ativos de transmissão (leilões de 2017 e 2018).

b. Neoenergia Elektro - 7ª emissão de debêntures (três séries): em 28 de junho de 2018, a Neoenergia Elektro Redes realizou captação de recursos por meio da 7ª emissão de debêntures, dividida em três séries: a primeira com valor de R\$ 661.275.000,00 e vencimento em 15 de maio de 2023; a segunda com valor de R\$ 338.725.000,00 e vencimento em 15 de maio de 2023; e a terceira com valor de R\$ 300.000.000,00 e vencimento em 15 de maio de 2025. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado como capital de giro.

- c. Neoenergia Coelba - 11ª emissão de debêntures (duas séries): em 28 de setembro de 2018, a Neoenergia Coelba realizou a 11ª emissão de debêntures, em uma única série, no valor R\$ 800.000.000,00 e vencimento em 15 de agosto de 2025. A finalidade desta emissão foi financiar seu plano de investimentos, enquadrado na lei 12.431.
- d. Neoenergia Coelba - 12ª emissão de debêntures (duas séries): em 26 de abril de 2019, a Neoenergia Coelba realizou a 12ª emissão de debêntures, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 309.070.000,00 e vencimento em 24 de abril de 2024; a segunda com valor de R\$ 390.930.000,00 e vencimento em 24 de abril de 2026. A finalidade desta emissão foi financiamento de capital de giro.
- e. Neoenergia Pernambuco - 9ª emissão de debêntures: em 29 de agosto de 2018, a Neoenergia Pernambuco realizou a 9ª emissão de debêntures no valor de R\$ 600.000.000,00 e vencimento em 15 de julho de 2025. A finalidade desta emissão foi financiamento de capital de giro.
- f. Neoenergia Pernambuco - 10ª emissão de debêntures (duas séries): em 29 de abril de 2019, a Neoenergia Pernambuco realizou a captação para a 10ª emissão de debêntures, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 300.018.000,00 e vencimento em 15 de abril de 2024; a segunda com valor de R\$ 200.008.000,00 e vencimento em 15 de abril de 2025. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.
- g. Neoenergia Neoenergia Cosern - 9ª emissão de debêntures (três séries): em 22 de maio de 2019, a Neoenergia Cosern realizou a captação para a 9ª emissão de debêntures, dividida em três séries: a primeira com valor de R\$ 179.500.000,00 e vencimento em 17 de abril de 2026; a segunda com valor de R\$ 38.500.000,00 e vencimento em 17 de abril de 2029, a terceira com valor de R\$ 282.000.000,00 e vencimento em 15 de abril de 2024. A finalidade desta emissão foi financiar seu plano de investimentos, enquadrado na lei 12.431.
- h. Neoenergia Itabapoana – 1ª emissão de Debêntures: em 15 de fevereiro de 2020, a Neoenergia Itabapoana realizou a 1ª emissão de debêntures em série única no valor total de R\$ 300.000.000,00 e vencimento em fevereiro de 2045. A finalidade desta emissão é de financiar o plano de investimentos, enquadrado na lei 12.431.
- i. Neoenergia Neoenergia Coelba - 13ª emissão de debêntures (três séries): em 29 de outubro de 2021, a Neoenergia Coelba realizou a captação para a 11ª emissão de debêntures, dividida em três séries: a primeira com valor de R\$ 160.000.000,00 e vencimento em 15 de outubro de 2026; a segunda com valor de R\$ 320.000.000,00 e vencimento em 15 de outubro de 2028; e a terceira com valor de R\$ 320.000.000,00 e vencimento em 15 de outubro de 2031. A finalidade desta emissão foi utilizar os recursos captados para investimento.
- j. Neoenergia Pernambuco - 11ª emissão de debêntures (três séries): em 29 de outubro de 2021, a Neoenergia Pernambuco realizou a captação para a 11ª emissão de debêntures, dividida em três séries: a primeira com valor de R\$ 100.000.000,00 e vencimento em 15 de outubro de 2026; a segunda com valor de R\$ 200.000.000,00 e vencimento em 15 de outubro de 2028; e a terceira com valor de R\$ 200.000.000,00 e vencimento em 15 de outubro de 2031. A finalidade desta emissão foi utilizar os recursos captados para capital de giro (primeira e segunda séries) e investimento (terceira série).
- k. Neoenergia Elektro - 9ª emissão de debêntures (duas séries): em 13 de maio de 2021, a Neoenergia Elektro realizou a captação para a 9ª emissão de debêntures, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 405.000.000,00 e vencimento em 11 de maio de 2026; a segunda com valor de R\$ 295.000.000,00 e

vencimento em 10 de maio de 2028; e a terceira com valor de R\$ 320.000.000,00 e vencimento em 15 de outubro de 2031. A finalidade desta emissão foi utilizar os recursos captados para liquidação da 1ª Série da 7ª Emissão de Debêntures e para capital de giro.

l. Neoenergia Elektro - 10ª emissão de debêntures (três séries): em 29 de outubro de 2021, a Neoenergia Elektro realizou a captação para a 10ª emissão de debêntures, dividida em três séries: a primeira com valor de R\$ 130.000.000,00 e vencimento em 15 de outubro de 2026; a segunda com valor de R\$ 260.000.000,00 e vencimento em 15 de outubro de 2028; e a terceira com valor de R\$ 260.000.000,00 e vencimento em 15 de outubro de 2031. A finalidade desta emissão foi utilizar os recursos captados para capital de giro (primeira e segunda séries) e investimento (terceira série).

m. Neoenergia Coelba – 1ª Emissão de Notas Comerciais (duas séries): em 20 de dezembro de 2021, a Neoenergia Coelba realizou a captação para a 1ª Emissão de Notas Comerciais, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 266.000.000,00 e vencimento em 20 de dezembro de 2026; a segunda com valor de R\$ 534.000.000,00 e vencimento em 20 de dezembro de 2028. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento (primeira série) e capital de giro (segunda série).

n. Neoenergia Pernambuco – 1ª Emissão de Notas Comerciais (duas séries): em 20 de dezembro de 2021, a Neoenergia Pernambuco realizou a captação para a 1ª Emissão de Notas Comerciais, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 166.667.000,00 e vencimento em 21 de dezembro de 2026; a segunda com valor de R\$ 333.333.000,00 e vencimento em 20 de dezembro de 2028. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para capital de giro.

o. Neoenergia Cosern – 1ª Emissão de Notas Comerciais (duas séries): em 22 de dezembro de 2021, a Neoenergia Cosern realizou a captação para a 1ª Emissão de Notas Comerciais, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 66.667.000,00 e vencimento em 21 de dezembro de 2026; a segunda com valor de R\$ 133.333.000,00 e vencimento em 20 de dezembro de 2028. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

p. Neoenergia Elektro - 3ª emissão de notas promissórias (cinco séries): em 31 de agosto de 2021, a Neoenergia Elektro realizou a captação para a 3ª emissão de notas promissórias, dividida em cinco séries: a primeira com valor de R\$ 65.000.000,00 e vencimento em 31 de outubro de 2022; a segunda com valor de R\$ 65.000.000,00 e vencimento em 31 de outubro de 2023; a terceira com valor de R\$ 65.000.000,00 e vencimento em 30 de outubro de 2024; a quarta com valor de R\$ 65.000.000,00 e vencimento em 30 de outubro de 2025; e a quinta com valor de R\$ 240.000.000,00 e vencimento em 31 de outubro de 2026. A finalidade desta emissão foi utilizar os recursos captados para investimento (emissão verde).

q. Neoenergia Coelba - 14ª emissão de debêntures (três séries): em 20 de abril de 2022, a Neoenergia Coelba realizou a captação para a 14ª emissão de debêntures, dividida em três séries: a primeira com valor de R\$ 470.000.000,00 e vencimento em 15 de abril de 2027; a segunda com valor de R\$ 330.000.000,00 e vencimento em 15 de abril de 2028; e a terceira com valor de R\$ 400.000.000,00 e vencimento em 15 de abril de 2032. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para capital de giro (primeira e segunda série) e investimento (terceira série).

r. Neoenergia Coelba – 2ª Emissão de Notas Comerciais (duas séries): em 04 de julho de 2022, a Neoenergia Coelba realizou a captação para a 1ª Emissão de Notas Comerciais, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 190.000.000,00 e vencimento em 20 de junho de 2027; a segunda com valor de R\$ 310.000.000,00 e vencimento em 20 de junho de 2029. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para capital de giro.

- s. Neoenergia Pernambuco - 12ª emissão de debêntures (três séries): em 20 de abril de 2022, a Neoenergia Pernambuco realizou a captação para a 12ª emissão de debêntures, dividida em três séries: a primeira com valor de R\$ 470.000.000,00 e vencimento em 15 de abril de 2027; a segunda com valor de R\$ 330.000.000,00 e vencimento em 15 de abril de 2029; e a terceira com valor de R\$ 400.000.000,00 e vencimento em 15 de abril de 2030. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para capital de giro (primeira e segunda série) e investimento (terceira série).
- t. Neoenergia Pernambuco - 2ª Emissão de Notas Comerciais (duas séries): em 04 de julho de 2022, a Neoenergia Pernambuco realizou a captação para a 2ª Emissão de Notas Comerciais, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 200.00.000,00 e vencimento em 20 de junho de 2027; a segunda com valor de R\$ 250.000.000,00 e vencimento em 20 de junho de 2029. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.
- u. Neoenergia Elektro – 11ª emissão de debêntures (três séries): em 15 de julho de 2022, a Neoenergia Elektro realizou a captação para a 11ª emissão de debêntures, dividida em três séries: a primeira com valor de R\$ 104.000.000,00 e vencimento em 15 de julho de 2027; a segunda com valor de R\$ 96.000.000,00 e vencimento em 15 de julho de 2029; e a terceira com valor de R\$ 300.000.000,00 e vencimento em 15 de julho de 2029. A finalidade desta emissão foi utilizar os recursos captados para investimento.
- v. Neoenergia Cosern – 10ª emissão de debêntures (três séries): em 15 de julho de 2022, a Neoenergia Cosern realizou a captação para a 10ª emissão de debêntures, dividida em três séries: a primeira com valor de R\$ 500.000.000,00 e vencimento em 15 de julho de 2027; a segunda com valor de R\$ 80.000.000,00 e vencimento em 15 de julho de 2029; e a terceira com valor de R\$ 220.000.000,00 e vencimento em 15 de julho de 2029. A finalidade desta emissão foi utilizar os recursos captados para capital de giro (primeira e segunda série) e investimento (terceira série).
- w. Neoenergia Coelba - 16ª emissão de debêntures (duas séries): em 21 de agosto de 2023, a Neoenergia Coelba realizou a captação para a 16ª emissão de debêntures, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 400.000.000,00 e vencimento em 15 de agosto de 2028; a segunda com valor de R\$ 800.000.000,00 e vencimento em 15 de agosto de 2030. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.
- x. Neoenergia Coelba - 17ª emissão de debêntures (duas séries): em 15 de novembro de 2023, a Neoenergia Coelba realizou a captação para a 17ª emissão de debêntures, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 800.000.000,00 e vencimento em 15 de novembro de 2028; a segunda com valor de R\$ 89.946.000,00 e vencimento em 15 de novembro de 2033, desembolsado parcialmente do montante de R\$ 700.000.000,00, a ingressar em 2024. Em 02 de janeiro de 2024 foi desembolsado o restante da segunda série, no valor de R\$ 610.054.000,00.. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para capital de giro (primeira série) e investimento (segunda série).
- y. Neoenergia Cosern – 11ª emissão de debêntures (série única): em 21 de julho de 2023, a Neoenergia Cosern realizou a captação para a 11ª emissão de debêntures, em série única, no valor de R\$ 500 milhões e vencimento em 15 de junho de 2028. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.
- z. Neoenergia Pernambuco - 13ª emissão de debêntures (duas séries): em 21 de dezembro de 2023, a Neoenergia Pernambuco iniciou a captação para a 13ª emissão de debêntures, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 700.000.000,00 e vencimento em 15 de novembro de 2028, desembolsada integralmente, e a segunda com valor de R\$ 64.254.000,00 e vencimento em 15 de novembro de 2033, desembolsado parcialmente do montante de R\$ 500.000.000,00, a ingressar em 2024. Em 02 de janeiro de

2024 foi desembolsado o restante da segunda série, no valor de R\$ 435.746.000,00. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para capital de giro (primeira série) e investimento (segunda série).

aa. Neoenergia Pernambuco - 14ª emissão de debêntures (série única): em 26 de março de 2024, a Neoenergia Pernambuco realizou a captação para a 13ª emissão de debêntures no valor de R\$ 500.000.000,00 e vencimento em 18 de março de 2029. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

bb. Neoenergia Pernambuco - 15ª emissão de debêntures (série única): em 19 de dezembro de 2024, a Neoenergia Pernambuco realizou a captação para a 15ª emissão de debêntures no valor de R\$ 670.000.000,00 e vencimento em 10 de dezembro de 2030, desembolsado parcialmente do montante de R\$ 700.000.000,00, a ingressar em 2025. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

cc. Neoenergia Elektro - 13ª emissão de debêntures (duas séries): em 14 de maio de 2024, a Neoenergia Elektro realizou a captação para a 13ª emissão de debêntures, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 900 milhões e vencimento em 15 de abril de 2031; a segunda com valor de R\$ 300 milhões e vencimento em 15 de abril de 2034. A finalidade desta emissão foi utilizar os recursos captados para investimento.

dd. Neoenergia Elektro - 14ª emissão de debêntures (série única): em 16 de agosto de 2024, a Neoenergia Elektro realizou a captação para a 14ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 500 milhões e vencimento em 08 de fevereiro de 2032. A finalidade desta emissão foi utilizar os recursos captados para investimento.

ee. Neoenergia Cosern – 12ª Emissão de debêntures (duas séries): em 12 de abril de 2024, a Neoenergia Cosern realizou a captação para a 12ª Emissão de debêntures, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 450.000.000,00 e vencimento em 15 de março de 2031; a segunda com valor de R\$ 200.000.000,00 e vencimento em 15 de março de 2034. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

ff. Neoenergia Coelba - 18ª emissão de debêntures (duas séries): em 14 de junho de 2024, a Neoenergia Coelba realizou a captação para a 18ª emissão de debêntures, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 500.000.000,00 e vencimento em 10 de junho de 2029; a segunda com valor de R\$ 500.000.000,00 e vencimento em 10 de junho de 2031. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

gg. Neoenergia Coelba - 19ª emissão de debêntures (série única): em 18 de dezembro de 2024, a Neoenergia Coelba realizou a captação para a 19ª emissão de debêntures, em série única, no valor de R\$ 790.000.000,00 e vencimento em 10 de dezembro de 2030. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

hh. Neoenergia Alto Paranaíba - 1ª emissão de debêntures (série única): em 29 de maio de 2024, a Neoenergia Alto Paranaíba realizou a captação para a 1ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 1.100.000.000,00 e vencimento em 15 de maio de 2038. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

ii. Neoenergia Alto Paranaíba - 2ª emissão de debêntures (série única): em 14 de junho de 2024, a Neoenergia Alto Paranaíba realizou a captação para a 2ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 1.000.000.000,00 e vencimento em 15 de maio de 2038. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

jj. Neoenergia Morro do Chapéu - 1ª emissão de debêntures (série única): em 18 de novembro de 2024, a Neoenergia Morro do Chapéu realizou a captação para a 1ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 432.000.000,00 e vencimento em 15 de dezembro de 2038. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

kk. Neoenergia Cosern – 13ª Emissão de debêntures (duas séries): em 28 de novembro de 2025, a Neoenergia Cosern realizou a captação para a 12ª Emissão de debêntures, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 400.000.000,00 e vencimento em 15 de novembro de 2032; a segunda com valor de R\$ 300.000.000,00 e vencimento em 15 de novembro de 2035. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

ll. Neoenergia Coelba - 20ª emissão de debêntures (série única): em 28 de abril de 2025, a Neoenergia Coelba realizou a captação para a 20ª emissão de debêntures, em série única, no valor de R\$ 700.000.000,00 e vencimento em 25 de abril de 2032. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

mm. Neoenergia Coelba - 21ª emissão de debêntures (série única): em 15 de outubro de 2025, a Neoenergia Coelba realizou a captação para a 21ª emissão de debêntures, em série única, no valor de R\$ 500.000.000,00 e vencimento em 10 de outubro de 2035. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento (programa Ecoinvest).

nn. Neoenergia Coelba - 22ª emissão de debêntures (duas séries): em 28 de novembro de 2025, a Neoenergia Coelba realizou a captação para a 22ª emissão de debêntures, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 2.100.000.000,00 e vencimento em 15 de novembro de 2032; a segunda com valor de R\$ 1.200.000.000,00 e vencimento em 15 de novembro de 2035. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

oo. Neoenergia Pernambuco - 17ª emissão de debêntures (duas séries): em 25 de abril de 2025, a Neoenergia Pernambuco realizou a captação para a 17ª emissão de debêntures, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 300.00.000,00 e vencimento em 15 de agosto de 2035; a segunda com valor de R\$ 300.000.000,00 e vencimento em 15 de agosto de 2040. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

pp. Neoenergia Elektro - 15ª emissão de debêntures (série única): em 25 de abril de 2025, a Neoenergia Elektro realizou a captação para a 15ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 700 milhões e vencimento em 25 de abril de 2032. A finalidade desta emissão foi utilizar os recursos captados para investimento.

qq. Neoenergia Elektro - 16ª emissão de debêntures (duas séries): em 22 de agosto de 2024, a Neoenergia Elektro realizou a captação para a 16ª emissão de debêntures, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 300 milhões e vencimento em 15 de agosto de 2035; a segunda com valor de R\$ 300 milhões e vencimento em 15 de agosto de 2040. A finalidade desta emissão foi utilizar os recursos captados para investimento.

rr. Neoenergia Elektro - 17ª emissão de debêntures (série única): em 15 de outubro de 2025, a Neoenergia Elektro realizou a captação para a 17ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 500 milhões e vencimento em 15 de outubro de 2035. A finalidade desta emissão foi utilizar os recursos captados para investimento (programa Ecoinvest).

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém contratos de prestação de serviços bancários com diversas instituições financeiras como contratos de arrecadação de contas de luz, contratos de administração de contas, contratos de escrituração de ações e debêntures, contratos de agente fiduciário, contratos de conta corrente e transferências bancárias e contratos de prestação e/ou administração de garantias, contratos de administração e gestão de recursos em fundos exclusivos, swaps, NDFs, fianças bancárias, seguros garantia e etc.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia possui dívidas de natureza quirográfica e de natureza real, cujas garantias são constituídas, principalmente, por aval da Neoenergia, fundos vinculados à dívida ou cessão, vinculação e centralização de recebíveis. No âmbito dos financiamentos contratados para projetos “greenfield”, a Companhia concedeu aos credores direitos reais de garantia sobre ações de emissão de algumas de suas subsidiárias não relevantes, SPEs constituídas exclusivamente para desenvolvimento dos respectivos projetos.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos financeiros do Grupo Neoenergia possuem algumas restrições impostas pelos credores, tais como:

- Limite de endividamento:

A maioria dos contratos restringe o endividamento apenas de forma indireta ao exigir o atendimento de certos indicadores financeiros, tais como Dívida Líquida/EBITDA e EBITDA/ Resultado Financeiro.

- Distribuição de dividendos:

A maioria dos contratos não possui restrição para pagamento de dividendos, desde que a Companhia esteja adimplente com suas obrigações. Algumas dívidas destinadas a financiamento de projetos, tal como dívidas do BNDES, possuem restrições para pagamentos de proventos acima do mínimo legal sem prévia anuência do credor.

- Alterações societárias:

A maioria dos contratos permite alterações societárias desde que realizadas dentro do Grupo Econômico.

O Grupo Neoenergia monitora constantemente suas restrições contratuais para que sejam atendidas. No entendimento da Companhia, as restrições dos últimos três exercícios foram atendidas de forma satisfatória.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

As empresas do grupo Neoenergia possuíam os seguintes financiamentos contratados e ainda não utilizados em 31 de dezembro de 2025:

Credor	Empresa	Taxa	Valor Contratado (R\$ Mil)	Valor Utilizado (R\$ Mil)	Saldo Utilizado
BNB	Alto Paranaíba	IPCA + 5,69%	150.000	105.000	70,00%

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras constantes das demonstrações de resultado e dos fluxos de caixa referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram extraídas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as com as International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). As demonstrações financeiras do exercício de 2025 e 2024 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Demonstrações de Resultado:

Comparação das Demonstrações de Resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

DRE CONSOLIDADO <i>Em R\$ milhões, exceto %</i>	2025	AV	AH 2025 X 2024	2024	AV
Receita líquida	52.633	100,0%	7,4%	48.993	100,0%
Custos dos serviços	(38.302)	-72,8%	6,7%	(35.896)	-73,3%
Custos com energia elétrica	(22.691)	-43,1%	9,1%	(20.800)	-42,5%
Custos de operação	(5.675)	-10,8%	2,1%	(5.558)	-11,3%
Custos de construção	(9.936)	-18,9%	4,2%	(9.538)	-19,5%
Lucro bruto	14.331	27,2%	9,4%	13.097	26,7%
Perda de crédito esperadas	(560)	-1,1%	1,4%	(552)	-1,1%
Despesas com vendas	(371)	-0,7%	29,7%	(286)	-0,6%
Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(2.296)	-4,4%	2,1%	(2.249)	-4,6%
Ajuste a valor justo/valor recuperável - Impairment	98	0,2%	-135,4%	(277)	-0,6%
Resultado de participações societárias	69	0,1%	-315,6%	(32)	-0,1%
Equivalência patrimonial	69	0,1%	-315,6%	(32)	-0,1%
Lucro operacional	11.271	21,4%	16,2%	9.701	19,8%
Receitas financeiras	1.271	2,4%	4,7%	1.214	2,5%
Despesas financeiras	(6.360)	-12,1%	21,1%	(5.250)	-10,7%
Outros resultados financeiros, líquidos	(718)	-1,4%	-24,9%	(956)	-2,0%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.464	10,4%	16,0%	4.709	9,6%
Imposto de renda e contribuição social	(407)	-0,8%	-60,4%	(1.027)	-2,1%
Corrente	(178)	-0,3%	-73,5%	(671)	-1,4%
Diferido	(229)	-0,4%	-35,7%	(356)	-0,7%
Lucro líquido do exercício	5.057	9,6%	37,3%	3.682	7,5%
Atribuível à					
Acionistas controladores	5.031	9,6%	38,4%	3.635	7,4%
Acionistas não controladores	26	0,0%	-44,7%	47	0,1%

Receita Líquida

A receita líquida é resultado das operações com energia elétrica, outras receitas operacionais e deduções da receita operacional (impostos e contribuições setoriais). No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a receita líquida totalizou R\$ 52.633 milhões, apresentando um aumento de R\$ 3.640 milhões, equivalente a 7% em relação ao exercício social de 2024, cuja receita líquida foi de R\$ 48.993 milhões.

Abaixo, demonstramos quadro comparativo com a composição da receita líquida da Companhia:

FATURAMENTO DE ENERGIA POR CLASSE	2025	2024	Variação (%) 2025 / 2024	
	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$	%
Residencial	22.489	22.575	(86)	0%
Industrial	7.839	8.837	(998)	-11%
Comercial	4.091	4.255	(164)	-4%
Rural	2.707	2.642	65	2%
Poder Público	2.760	2.710	50	2%
Iluminação Pública	1.348	1.331	17	1%
Serviço Público	997	1.317	(320)	-24%
Transferência – Disponibilidade da rede elétrica (i)	(22.399)	(22.577)	178	-1%
Subvenção à tarifa social	5.820	4.354	1.466	34%
Fornecimento Não Faturado	272	(9)	281	-3122%
Fornecimento de Energia Total	25.924	25.435	489	2%
Receita de Uso da Rede - Mercado Livre	5.711	5.182	529	10%
Disponibilidade do sistema de geração	247	58	189	326%
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	1.271	946	325	34%
Mecanismo de venda excedente – MVE	-	16	(16)	-100%
Receita de Uso da Rede - Mercado Cativo	22.928	22.808	120	1%
Valores a Receber da parcela A e Outros Itens Financeiros	1.792	(728)	2.520	-346%
Receita de construção da infraestrutura da concessão	10.422	9.942	480	5%
Valor de reposição estimado da concessão ¹	1.596	1.504	92	6%
Remuneração do ativo contratual	1.683	1.234	449	36%
Outras receitas	1.038	974	64	7%
Receita Operacional Bruta	72.612	67.371	5.241	8%
ICMS	(8.511)	(8.574)	63	-1%
PIS/COFINS	(5.215)	(4.911)	(304)	6%
ISS	(47)	(46)	(1)	2%
ENCARGOS SETORIAIS	(6.206)	(4.847)	(1.359)	28%
Deduções da receita bruta	(19.979)	(18.378)	(1.601)	9%
Total receita líquida	52.633	48.993	3.640	7%

Principais variações referente o exercício de 2025 comparado com 2024

O aumento da Receita Bruta em 2025 de R\$ 5.241 milhões (R\$ 4.977 milhões em 2024) e Deduções da receita em R\$ 1.601 milhões (R\$ 327 em 2024) foi impulsionada pelos seguintes efeitos:

- (i) Em 2025, quatro distribuidoras passaram por Reajuste Tarifário Anual (RTA) e uma passou por Revisão Tarifária Periódica (RTP), conforme demonstrado abaixo:

	Neoenergia Coelba	Neoenergia Cosern	Neoenergia Pernambuco	Neoenergia Elektro	Neoenergia Brasília
Consumidores alta tensão	1,88%	-0,33%	3,00%	12,39%	13,82%
Consumidores baixa tensão	2,53%	-0,30%	-7,10%	11,62%	10,88%
Reajuste médio na tarifa	2,05%	-0,32%	0,61%	11,88%	11,65%
Modelo do processo:	RTA	RTA	RTP	RTA	RTA
Nº da resolução homologatória	3.443	3.442	3.451	3.510	3.542
Data da resolução homologatória	22/04/2025	22/04/2025	29/04/2025	27/08/2025	22/10/2025

- (ii) Aumento da RAP pela entrada de operação das transmissoras Alto Paranaíba, Guanabara, Vale do Itajaí e Morro do Chapéu.

Custos dos serviços

Custo com energia elétrica

Os custos com energia elétrica são compostos pela energia comprada para revenda e pelos encargos do uso dos sistemas de transmissão e distribuição. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, totalizou R\$ 22.691 milhões, um aumento de R\$ 1.891 milhões, sendo 9% maior em relação ao período anterior.

CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	2025	Variação (%) 2025 / 2024		2024
	R\$ milhões	R\$	%	R\$ milhões
Energia elétrica comprada para revenda	(17.231)	(2.110)	14%	(15.121)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(5.460)	219	(4%)	(5.679)
TOTAL	(22.691)	(1.891)	9%	(20.800)

As principais variações do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 comparado com 2024 que ocasionaram esse resultado na linha de Energia comprada para revenda foram:

- aumento da Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado – ACR no montante de R\$ 1.250 milhões;
- aumento da Energia adquirida no Ambiente de Contratação Livre – ACL no montante de R\$ 192 milhões;
- aumento nos Custos Variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP no montante de R\$ 983 milhões para o exercício de 2025.
- Aumento do Custos de Energia MMD no montante de R\$ 213 milhões para o exercício de 2025.

Custos de operação e despesas operacionais

CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas / despesas gerais e administrativas	Total	Total	Variação (%) 2025 / 2024	
	2025				2024	R\$	%
	R\$ milhões				R\$ milhões		
Pessoal	(1.282)	(248)	(843)	(2.373)	(2.295)	(78)	3%
Administradores	-	-	(87)	(87)	(106)	19	-18%
Serviços de terceiros	(1.318)	(108)	(797)	(2.223)	(2.050)	(173)	8%
Operações fotovoltaicas	(11)	-	-	(11)	(9)	(2)	22%
Provisão pra processos judiciais	-	-	(189)	(189)	(170)	(19)	11%
Impostos, taxas e contribuições	(5)	-	(36)	(41)	(36)	(5)	14%
Outras (despesas)/receitas operacionais	(312)	(11)	43	(280)	(392)	112	-29%
GERENCIÁVEIS	(2.928)	(367)	(1.909)	(5.204)	(5.058)	(146)	3%
Combustível para produção de energia	(119)	-	-	(119)	(219)	100	(46%)
Depreciação e amortização	(2.628)	(4)	(387)	(3.019)	(2.816)	(203)	7%
NÃO GERENCIÁVEIS	(2.747)	(4)	(387)	(3.138)	(3.035)	(395)	3%
TOTAL	(5.675)	(371)	(2.296)	(8.342)	(8.093)	(731)	3%

Principais variações referentes ao exercício de 2025 comparado com 2024

As Despesas Gerenciáveis em 2025 totalizaram R\$ 5.204 milhões com um aumento de 3% em relação ao ano anterior (R\$ 5.058 milhões em 2024) absorvendo tanto a inflação quanto o crescimento da base de clientes das distribuidoras, confirmando a disciplina de custos e a busca por eficiências.

Custos de construção

CUSTO DE CONSTRUÇÃO	2025	Variação (%) 2025 / 2024		2024
	R\$ milhões	R\$	%	R\$ milhões
Pessoal	(632)	2	(0%)	(634)
Material	(4.184)	155	(4%)	(4.339)
Serviço de terceiros	(5.054)	(848)	20%	(4.206)
Juros sobre obras em andamento	(106)	(28)	36%	(78)
Outros	(523)	4	(1%)	(527)
Obrigações especiais	563	317	129%	246
TOTAL CUSTOS DE CONSTRUÇÃO	(9.936)	(398)	4%	(9.538)

Principais variações referentes ao exercício de 2025 comparado com 2024

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, os custos de construção, que são constituídos por investimentos em infraestrutura líquida de recursos de obrigações especiais nos negócios de distribuição e transmissão, totalizaram R\$ 9.936 milhões, representando um aumento de R\$ 398 milhões, equivalente a 4% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, cujo montante foi de R\$ 9.538 milhões.

Perdas de crédito esperadas

Perda de crédito esperadas	2025	2024	Variação (%) 2025 / 2024	
	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$	%
Perda de crédito esperadas	(560)	(552)	(8)	(1%)
Total	(560)	(552)	(8)	(1%)

Principais variações referentes ao exercício de 2025 comparado com 2024

A rubrica de Perdas de Crédito Esperadas (PCE) apresentou um aumento de -R\$ 8 milhões (redução de R\$ 80 milhões em 2024). Vale destacar que a Neoenergia encerrou o ano de 2025 com uma arrecadação consolidada de 97,80%, o que denota o controle da adimplência.

Ajuste a valor justo de ativos classificados como mantidos para venda

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, tivemos principalmente o efeito de Ajuste a valor justo conforme a seguir:

- Alienação da Geração Céu Azul, que em 31 de dezembro de 2024 estava classificada como ativos mantido para venda e passivos diretamente associados a ativo não circulante mantido para venda, impactando o resultado em 31 de dezembro de 2025, e registrou uma perda de R\$ 58 milhões referente a Ajuste a valor justo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, tivemos principalmente os efeitos de Ajuste a valor justo conforme a seguir:

- Administração reclassificou os saldos referentes a Geração Céu Azul para a rubrica de ativo não

circulante mantido para venda e passivos diretamente associados a ativo não circulante mantido para venda pelo menor valor entre o valor justo (líquido das despesas com vendas) e o valor de livros, impactando o resultado em 31 de dezembro de 2024, e registrou uma perda de R\$ 368 milhões referente a Ajuste a valor justo.

- Em junho de 2024, a Neoenergia Itabapoana iniciou sua operação comercial e, desde então, houve tentativas de furto de materiais e equipamentos entre outubro e dezembro de 2024. Desta forma, tais eventos acabaram por resultar em um alongamento nas negociações para concretização da transação de venda da participação de 50% na Neoenergia Itabapoana. Portanto, ao longo de 2024, a Companhia efetuou revisões do valor justo de sua participação na Neoenergia Itabapoana, considerando os impactos dos eventos ocorridos e uma previsão dos ajustes do preço de venda, e registrou uma perda de R\$ 76 milhões.

Lucro Operacional

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o lucro operacional totalizou R\$ 11.271 milhões, representando um aumento de R\$ 1.570 milhões, equivalente a um aumento de 16,2% em relação ao exercício social de 2024, que foi de R\$ 9.701 milhões.

Essa variação decorre das explicações detalhadas acima.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO	2025	Variação (%) 2025 / 2024		2024
	R\$ milhões	R\$	%	R\$ milhões
Renda de aplicações financeiras	920	37	4%	883
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(6.311)	(942)	18%	(5.369)
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(416)	90	(18%)	(506)
Juros, comissões e acréscimo moratório	338	5	2%	333
Variações monetárias e cambiais - outros	150	187	(505%)	(37)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(47)	94	(67%)	(141)
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	(215)	(53)	33%	(162)
Obrigações pós emprego	(102)	(8)	9%	(94)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(540)	(135)	33%	(405)
Total	(5.807)	(815)	16%	(4.992)

Principais variações referente o exercício de 2025 comparado com 2024

O resultado financeiro da Companhia atingiu despesa no total de R\$ 5.807 milhões (16% vs. 2024). Essa variação é explicada, principalmente, pela maior despesa com encargos de dívida, maior CDI, além do aumento do saldo médio da dívida devido às captações direcionadas para Capex de novos projetos de transmissão e das distribuidoras.

Na tabela abaixo apresentamos os principais indexadores:

Índices	2025	2024
CDI	14,32%	10,88%
TJLP	8,66%	6,89%
Δ USD ¹	-0,6899	+1,3510
IPCA ²	4,46%	4,87%
IPCA ³	4,26%	4,83%

Nota 1: variação cambial entre 30/dezembro a 30/dezembro.

Nota 2: considera a inflação contabilizada no ano (M-1).

Nota 3: considera a inflação contabilizada no ano.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, foi de R\$ 5.464 milhões, apresentando um aumento de R\$ 755 milhões, equivalente a um aumento de 16% em relação ao exercício social de 2024, no qual foi de R\$ 4.709 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, foi de R\$ 407 milhões, apresentando uma redução de R\$ 620 milhões, equivalente a uma redução de 60,4% em relação ao exercício social de 2024, no qual foi de R\$ 1.027 milhões.

Em 2025 observa-se o impacto positivo do indébito tributário gerando crédito no valor de R\$ 770 milhões, dada a exclusão da atualização da Selic dos débitos relativos à retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

Lucro Líquido

O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, de R\$ 5.057 milhões, apresentando um aumento de R\$ 1.375 milhões, equivalente a um aumento de 37,3% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no qual foi no montante de R\$ 3.682 milhões.

Segue abaixo a composição do lucro líquido atribuível aos controladores e não controladores:

Lucro Líquido (em R\$ milhões, exceto %)	2025	Variação (%) 2025 / 2024		2024
	R\$ milhões	R\$	%	R\$ milhões
Atribuível à				
Acionistas controladores	5.031	1.396	-27,7%	3.635
Acionistas não controladores	26	(21)	80,8%	47
	5.057	1.375	-27,2%	3.682

Demonstração dos Fluxos de Caixa:

Comparação das principais contas demonstrativas do fluxo de caixa entre os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

FLUXO DE CAIXA	2025	2024	Variação (%) 2025 / 2024	
	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$	%
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	1.923	3.242	(1.319)	(41%)
Caixa líquido utilizado em atividades de investimento	(6.544)	(5.798)	(725)	12%
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	5.344	2.838	2.485	87%
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	723	282	441	156%

Atividades Operacionais

O caixa líquido oriundo das atividades operacionais foi de R\$ 1.923 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, resultando em uma redução de R\$ 1.319 milhões quando comparado ao ano anterior.

Atividades de Investimento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento totalizou R\$ 6.544 milhões, apresentando um aumento de R\$ 725 milhões quando comparado com o exercício social de 2024. Este aumento na utilização de caixa líquido nas atividades de investimento em 2025 foi devido, principalmente pelo aumento nas expansões e melhorias das distribuidoras em 2025 pelo montante de R\$ 1.563.

Efeito em 2025 referente (i) à alienação de participação societária ao GIC de 50% do capital votante da Neoenergia Itabapoana Transmissão pelo montante de R\$ 115 milhões, e (ii) à alienação da hidrelétrica controlada Geração Céu Azul pelo montante de R\$ 1.050.

Atividades de Financiamento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$ 5.344 milhões, apresentando uma variação positiva de R\$ 2.485 milhões quando comparado com o exercício social de 2024. Esta variação deve-se, principalmente, ao efeito líquido dos seguintes fatores:

(i) Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$ 12.016 milhões em 2025, apresentado uma redução de R\$ 805 milhões em relação a 2024 que era de R\$ 12.821 milhões, explicado principalmente pela conclusão da execução de Capex dos projetos de redes;

(ii) Amortizações de empréstimos, financiamentos, debêntures e pagamento de custos de captação no montante de R\$ 6.640 milhões em 2025, com uma redução de R\$ 2.509 milhões em relação a 31 de dezembro de 2024 que era de R\$ 9.149 milhões; e

(iii) Aumento da posição passiva dos contratos de derivativos sendo em 2025 o montante de R\$ 801 milhões, apresentando o valor de R\$ 480 milhões superior em relação a 31 de dezembro de 2024 que era de R\$ 321 milhões.

2.2 - Os diretores devem comentar

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

2025

A Neoenergia apresenta os resultados de 2025 a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras intermediárias (International Financial Reporting Standards – IFRS).

Memória de Cálculo (CONSOLIDADO)	2025	2024	Correspondência nas Notas Explicativas
(+) Receita líquida	52.633	48.993	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(1.596)	(1.504)	Nota 5
(-) Outras receitas	(1.568)	(974)	Nota 5
(+) Ganho/perda na RAP	569	(18)	Nota 5.3
(+) Penalidades contratuais e regulatórias	(86)	0	Nota 5.3
(+) Receita de operação e manutenção	176	156	Nota 5.3
(+) Operações fotovoltaicas	0	3	Nota 5.3
(+) Outras receitas - Outras receitas	12	24	Nota 5.3
= RECEITA Operacional Líquida	50.140	46.680	
(+) Custos com energia elétrica	(22.691)	(20.800)	Demonstrações de resultado
(+) Combustível para produção de energia	(119)	(219)	Nota 8
(+) Custos de construção	(9.936)	(9.538)	Demonstrações de resultado
(+) Operações fotovoltaicas	(11)	(9)	Nota 8
= Custo com Energia	(32.757)	(30.566)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	1.596	1.504	Nota 5
= MARGEM BRUTA	18.979	17.618	
(+) Custos de operação	(5.675)	(5.558)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(371)	(286)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(2.295)	(2.249)	Demonstrações de resultado
(-) Combustível para produção de energia	119	219	Nota 8
(-) Operações fotovoltaicas	11	9	Nota 8
(-) Depreciação	3.019	2.816	Nota 8
(+) Outras receitas	1.568	974	Nota 5
(-) Ganho/perda na RAP	(569)	18	Nota 5.3
(-) Penalidades contratuais e regulatórias	86	0	Nota 5.3
(-) Receita de operação e manutenção	(176)	(156)	Nota 5.3
(-) Operações fotovoltaicas	0	(3)	Nota 5.3
(-) Outras receitas - Outras receitas	(12)	(24)	Nota 5.3
= Despesa Operacional (PMSO)	(4.295)	(4.240)	
(+) PECLD	(560)	(552)	Demonstrações de resultado
(+) Equivalência Patrimonial / (-) Ajuste valor justo - investimento	166	(309)	Demonstrações de resultado
EBITDA	14.290	12.517	
(+) Depreciação e Amortização	(3.019)	(2.816)	Demonstrações de resultado e Nota 8
(+) Resultado Financeiro	(5.807)	(4.992)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(407)	(1.027)	Demonstrações de resultado
(+) Minoritário	(26)	(47)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	5.031	3.635	Demonstrações de resultado

Em 2025, a Margem Bruta sem VNR foi de R\$ 17.383 milhões, +8% vs. 2024, em razão dos efeitos positivos de aumento da base de clientes, volume e variações positivas de parcela B nos últimos processos tarifários das distribuidoras (+8,1% em Neoenergia Coelba - reajuste abr/25, +6,6% em Neoenergia Cosern - reajuste abr/25, +16,2% em Neoenergia Pernambuco - revisão abr/25, +1,30% em Neoenergia Elektro - reajuste ago/25 e +8,3% em Neoenergia Brasília - reajuste out/25), além do reajuste em out/24 da Neoenergia Brasília (parcela B: +5%) e dos novos ativos de transmissão em operação. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelos reajustes tarifários negativos de Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco e

Neoenergia Cosern em 2024 (com variação da parcela B de -4,82%, -4,40% e -5,63%, respectivamente), além de menor margem de Termopernambuco, impactada pela alteração dos seus contratos bilaterais de venda de energia para o atual contrato de reserva de capacidade e menor margem em renováveis. A margem bruta foi de R\$ 18.979 milhões em 2025 (+8% vs. 2024), em razão dos efeitos supracitados, além do maior VNR no ano.

2024

A Neoenergia apresenta os resultados de 2024 a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras intermediárias (International Financial Reporting Standards – IFRS).

Memória de Cálculo (CONSOLIDADO)	2024	2023	Correspondência nas Notas Explicativas
(+) Receita líquida	48.993	44.343	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(1.504)	(1.222)	Nota 5
(-) Outras receitas	(974)	(802)	Nota 5
(+) Ganho/perda na RAP	(18)	(105)	Nota 5.3
(+) Receita de operação e manutenção	156	157	Nota 5.3
(+) Operações fotovoltaicas	3	7	Nota 5.3
(+) Outras receitas - Outras receitas	24	10	Nota 5.3
= RECEITA Operacional Líquida	46.680	42.388	
(+) Custos com energia elétrica	(20.800)	(19.306)	Demonstrações de resultado
(+) Combustível para produção de energia	(219)	(492)	Nota 8
(+) Custos de construção	(9.538)	(8.056)	Demonstrações de resultado
(+) Operações fotovoltaicas	(9)	(14)	Nota 8
= Custo com Energia	(30.566)	(27.868)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	1.504	1.222	Nota 5
= MARGEM BRUTA	17.618	15.742	
(+) Custos de operação	(5.558)	(5.259)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(286)	(344)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(2.249)	(2.193)	Demonstrações de resultado
(-) Combustível para produção de energia	219	492	Nota 8
(-) Operações fotovoltaicas	9	14	Nota 8
(-) Depreciação	2.816	2.560	Nota 8
(+) Outras receitas	974	802	Nota 5
(-) Ganho/perda na RAP	18	105	Nota 5.3
(-) Receita de operação e manutenção	(156)	(157)	Nota 5.3
(-) Operações fotovoltaicas	(3)	(7)	Nota 5.3
(-) Outras receitas - Outras receitas	(24)	(10)	Nota 5.3
= Despesa Operacional (PMSO)	(4.240)	(3.997)	
(+) PECLD	(552)	(632)	Demonstrações de resultado
(+) Equivalência Patrimonial / (-) Ajuste valor justo - investimento	(309)	1.246	Demonstrações de resultado
EBITDA	12.517	12.359	
(+) Depreciação e Amortização	(2.816)	(2.560)	Nota 8
(+) Resultado Financeiro	(4.992)	(4.843)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(1.027)	(429)	Demonstrações de resultado
(+) Minoritário	(47)	(66)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	3.635	4.461	Demonstrações de resultado

Em 2024, a Margem Bruta sem VNR de R\$ 16.114 milhões (+11% vs. 2023), impactada pelos efeitos de: (i) aumento da base de clientes, (ii) maiores volumes; (iii) Revisões Tarifárias de Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern em abril de 2023, variação da parcela B +2,5% e +0,25%, respectivamente; (iv) Reajuste Tarifário de 2023 da Neoenergia Brasília, vigente a partir outubro/23 (variação da parcela B: +7,14%); (v) Reajuste Tarifário de 2024 da Neoenergia Elektro, vigente a partir de agosto/24 (variação da parcela B: +0,69%); (vi) Reajuste Tarifário de 2024 da Neoenergia Brasília, vigente a partir outubro/24 (variação da parcela B: +5,0%); (vii) melhor resultado de geração eólica; e (viii) consolidação de Dardanelos a partir de setembro de 2023. Esses efeitos foram suavizados pela menor margem de Termopernambuco, devido a alteração dos seus contratos bilaterais de venda de energia para o atual contrato de reserva de capacidade, além da Revisão Tarifária de Neoenergia Elektro em agosto/23, com variação da parcela B de -3,9% e dos Reajustes Tarifários de Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Cosern em abril/24, variação da parcela B de -4,82%, -4,40% e -5,63%, respectivamente. A margem bruta foi de R\$ 17.618 milhões em 2024 (+12% vs. 2023), impulsionada pelo maior VNR, dado o maior IPCA no período.

Redes:

2025

O resultado do segmento de Redes contempla o desempenho tanto das distribuidoras como dos ativos de transmissão. Em 2025, a Margem Bruta sem VNR foi de R\$ 15.613 milhões, +12% vs. 2024, em razão dos efeitos positivos de aumento da base de clientes, volume e variações positivas de parcela B nos últimos processos tarifários das distribuidoras (+8,1% em Neoenergia Coelba - reajuste abr/25, +6,6% em Neoenergia Cosern - reajuste abr/25, +16,2% em Neoenergia Pernambuco - revisão abr/25, +1,30% em Neoenergia Elektro - reajuste ago/25 e +8,3% em Neoenergia Brasília - reajuste out/25), além do reajuste em out/24 da Neoenergia Brasília (parcela B: +5%) e dos novos ativos de transmissão em operação. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelos reajustes tarifários negativos de Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Cosern em 2024 (com variação da parcela B de -4,82%, -4,40% e -5,63%, respectivamente).

2024

O resultado do segmento de Redes contempla o desempenho tanto das distribuidoras como dos ativos de transmissão. No ano, a Margem Bruta sem VNR de R\$ 13.994 milhões (+15% vs. 2023), impactada pelos efeitos de: (i) aumento da base de clientes, (ii) maiores volumes; (iii) Revisões Tarifárias de Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern em abril de 2023, variação da parcela B +2,5% e +0,25%, respectivamente; (iv) Reajuste Tarifário de 2023 da Neoenergia Brasília, vigente a partir outubro/23 (variação da parcela B: +7,14%); (v) Reajuste Tarifário de 2024 da Neoenergia Elektro, vigente a partir de agosto/24 (variação da parcela B: +0,69%); (vi) Reajuste Tarifário de 2024 da Neoenergia Brasília, vigente a partir outubro/24 (variação da parcela B: +5,0%); e (vii) maior margem de transmissão, devido aos ajustes não recorrente via IFRS 15 ocorridos em 2023. Esses efeitos foram suavizados pela Revisão Tarifária de Neoenergia Elektro em agosto/23, com variação da parcela B de -3,9% e pelos Reajustes Tarifários de Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Cosern em abril/24, variação da parcela B de -4,82%, -4,40% e -5,63%, respectivamente. A margem bruta de Redes foi de R\$ 15.498 milhões em 2024 (+16% vs. 2023), impulsionada pelo maior VNR, dado o maior IPCA no período.

Geração e Clientes:

2025

O negócio de Geração e Clientes apresentou margem bruta de R\$ 1.823 milhões (-15% vs. 2024), resultado da menor margem de Termopernambuco, em razão da alteração dos seus contratos bilaterais de venda de energia para o atual contrato de reserva de capacidade, além da menor geração eólica e da redução da margem das hidros, em função da desconsolidação de Baixo Iguaçu a partir de jul/25, após o closing da venda do ativo.

2024

O negócio de Geração e Clientes apresentou margem bruta de R\$ 2.157 milhões em 2024 (-11% vs. 2023), decorrente do menor resultado de Termopernambuco, em razão da alteração de seus contratos de venda de energia com Neoenergia Coelba e Neoenergia Pernambuco, vigentes até 14/05/24, para o contrato de reserva de capacidade, vigente a partir de 01/10/24. Esse efeito foi parcialmente compensado pelo melhor resultado em Hidros explicado pela consolidação de Dardanelos a partir de setembro/23 e melhor resultado dos ativos eólicos, devido ao impacto positivo de *Claim* junto a fornecedor da ordem de R\$ 80 milhões.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Redes:

Distribuidoras

2025

A energia distribuída (cativo + livre + GD) foi 77.108 GWh em 2025 (+1,9% vs. 2024) em razão da maior base de clientes que compensaram as menores temperaturas. Vale destacar que conforme as distribuidoras passam por revisões tarifárias, seus mercados de referência são ajustados de modo a compensar as migrações para geração distribuída. A seguir, os valores de energia distribuída por distribuidora e por tipo de cliente e mercado:

Energia Distribuída (GWh)	Neoenergia Coelba			Neoenergia Pernambuco			Neoenergia Cosern			Neoenergia Elektro			Neoenergia Brasília			Consolidado		
	2025	2024	%	2025	2024	%	2025	2024	%	2025	2024	%	2025	2024	%	2025	2024	%
Residencial	8.022	8.132	(1,4%)	5.881	5.985	(1,7%)	2.385	2.474	(3,6%)	5.489	5.564	(1,4%)	2.597	2.582	0,6%	24.373	24.737	(1,5%)
Industrial	253	457	(44,7%)	186	312	(40,6%)	82	121	(32,1%)	413	714	(42,2%)	16	33	(53,2%)	949	1.638	(42,1%)
Comercial	2.134	2.566	(16,8%)	1.325	1.795	(26,2%)	579	687	(15,8%)	1.596	1.975	(19,2%)	1.137	1.353	(15,9%)	6.771	8.375	(19,2%)
Rural	2.755	2.528	9,0%	464	465	(0,2%)	360	383	(6,1%)	755	865	(12,7%)	116	127	(9,2%)	4.449	4.369	1,8%
Outros	2.323	2.552	(9,0%)	1.355	1.462	(7,3%)	625	622	0,6%	1.105	1.225	(9,8%)	932	1.208	(22,9%)	6.339	7.068	(10,3%)
Mercado Cativo	15.486	16.235	(4,6%)	9.210	10.018	(8,1%)	4.031	4.287	(6,0%)	9.358	10.343	(9,5%)	4.797	5.302	(9,5%)	42.881	46.188	(7,2%)
Industrial	4.865	4.594	5,9%	2.908	2.793	4,1%	1.304	1.194	9,2%	7.818	7.482	4,5%	588	548	7,2%	17.482	16.610	5,3%
Comercial	1.706	1.425	19,7%	1.576	1.313	20,0%	456	381	19,8%	1.453	1.186	22,5%	924	735	25,7%	6.114	5.040	21,3%
Rural	76	41	85,4%	69	49	38,8%	51	11	347,6%	264	239	10,5%	6	5	10,7%	465	346	34,5%
Outros	892	621	43,6%	524	477	9,8%	183	174	5,0%	777	639	21,5%	213	39	451,3%	2.588	1.951	32,7%
Suprimento	0	0	15,1%	254	237	7,2%	2	2	22,7%	0	0	-	145	154	(5,8%)	402	393	2,1%
Mercado Livre + Suprimento	7.539	6.682	12,8%	5.330	4.869	9,5%	1.995	1.762	13,3%	10.312	9.546	8,0%	1.876	1.481	26,6%	27.052	24.340	11,1%
Residencial	1.264	888	42,2%	879	614	43,1%	615	410	50,0%	552	394	40,1%	171	112	53,3%	3.480	2.418	43,9%
Industrial	76	48	58,5%	102	90	13,5%	29	27	6,9%	67	53	26,5%	9	6	58,2%	284	224	26,6%
Comercial	862	640	34,8%	681	521	30,7%	356	284	25,3%	485	343	41,3%	391	281	39,1%	2.775	2.069	34,1%
Rural	207	137	50,8%	85	65	31,8%	47	27	70,9%	174	130	34,3%	22	15	50,1%	535	374	43,2%
Outros	25	11	124,2%	24	24	(2,6%)	11	9	29,8%	30	22	36,5%	10	7	57,1%	100	73	38,1%
Energia de compensação GD	2.435	1.725	41,1%	1.771	1.314	34,8%	1.058	757	39,7%	1.307	941	38,9%	604	420	43,8%	7.174,3	5.157	39,1%
Residencial	9.285	9.020	2,9%	6.759	6.599	2,4%	2.999	2.884	4,0%	6.041	5.958	1,4%	2.768	2.694	2,8%	27.853	27.155	2,6%
Industrial	5.194	5.099	1,9%	3.196	3.195	0,0%	1.415	1.342	5,4%	8.297	8.248	0,6%	613	588	4,3%	18.715	18.472	1,3%
Comercial	4.702	4.631	1,5%	3.582	3.629	(1,3%)	1.390	1.351	2,9%	3.534	3.504	0,9%	2.452	2.369	3,5%	15.661	15.484	1,1%
Rural	3.039	2.707	12,3%	617	578	6,7%	458	422	8,4%	1.193	1.234	(3,3%)	143	147	(2,6%)	5.450	5.088	7,1%
Outros	3.240	3.185	1,7%	1.902	1.963	(3,1%)	819	805	1,8%	1.911	1.886	1,3%	1.155	1.253	(7,8%)	9.028	9.091	(0,7%)
Suprimento	0	0	-	254	237	7,2%	2	2	-	0	0	-	145	154	(5,8%)	402	393	2,1%
Total Energia Distribuída (cativo + livre + GD)	25.460	24.641	3,3%	16.311	16.203	0,7%	7.083	6.806	4,1%	20.977	20.829	0,7%	7.277	7.205	1,0%	77.108	75.684	1,9%

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

DISTRIBUIDORAS	Perdas 12 meses (%)														
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total				
	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25
 Neoenergia Coelba	10,91%	10,88%	10,87%	10,87%	10,87%	4,78%	4,91%	4,99%	4,98%	4,61%	15,69%	15,79%	15,86%	15,85%	15,48%
 Neoenergia Pernambuco	9,60%	9,61%	9,47%	9,46%	9,59%	8,33%	8,38%	8,64%	8,91%	8,67%	17,93%	17,98%	18,11%	18,37%	18,26%
 Neoenergia Cosern	7,72%	7,78%	8,22%	8,54%	8,85%	0,88%	(0,01%)	(0,22%)	(1,07%)	(1,77%)	8,60%	7,77%	7,99%	7,48%	7,08%
 Neoenergia Elektro	5,95%	5,95%	5,94%	5,98%	6,05%	0,83%	1,21%	0,42%	0,31%	0,36%	6,77%	7,16%	6,37%	6,29%	6,41%
 Neoenergia Brasília	8,34%	8,37%	8,44%	8,41%	8,40%	2,96%	3,64%	3,93%	4,02%	4,38%	11,30%	12,01%	12,38%	12,44%	12,77%

DISTRIBUIDORAS	Perdas Totais 12 meses (GWh)														
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total				
	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25
 Neoenergia Coelba	2.965	2.967	2.975	2.968	2.962	1.299	1.341	1.354	1.352	1.246	4.264	4.309	4.329	4.321	4.209
 Neoenergia Pernambuco	1.742	1.729	1.700	1.691	1.705	1.511	1.519	1.567	1.609	1.562	3.253	3.248	3.267	3.300	3.268
 Neoenergia Cosern	511	509	538	557	574	58	1	0,4	(57)	(109)	569	510	538	500	465
 Neoenergia Elektro	1.269	1.279	1.264	1.264	1.271	176	259	94	71	82	1.445	1.538	1.358	1.334	1.353
 Neoenergia Brasília	638	639	644	640	643	227	279	299	306	332	864	918	943	946	975

Em abril/25 a Aneel aprimorou a metodologia de cálculo da cobertura regulatória de perdas não técnicas em função dos impactos do crescimento da Geração Distribuída que reduz o faturamento das distribuidoras em função da energia compensada dos consumidores pertencentes ao sistema de compensação. A alteração vale a partir dos processos tarifários de 2025, e, portanto já ocorreu para Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Cosern em abr/25, para Neoenergia Elektro em ago/25 e para Neoenergia Brasília em out/25.

A Neoenergia Coelba apresentou perdas totais 12 meses de 15,48% no 4T25, abaixo do seu limite regulatório de 16,61%.

Na Neoenergia Pernambuco, o indicador encerrou o 4T25 em 18,26%, abaixo do 3T25 que foi de 18,37%, porém acima do seu patamar regulatório de 16,91%.

Já a Neoenergia Cosern finalizou o 4T25 em 7,08%, permanecendo abaixo do seu limite regulatório de 11,14%.

Assim como a Neoenergia Elektro, que encerrou o período em 6,41%, também abaixo do limite regulatório de 8,07%.

2024

A energia distribuída (cativo + livre + GD) foi 75.683 GWh em 2024 (+6,1% vs. 2023). Vale destacar que Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern e Neoenergia Elektro, que passaram por revisões tarifárias em 2023, tiveram seus mercados de referência ajustados de modo a compensar as migrações para geração distribuída.

Os valores de energia distribuída por distribuidora e por tipo de cliente são apresentados nas tabelas abaixo:

Energia Distribuída (GWh)	Neoenergia Coelba			Neoenergia Pernambuco			Neoenergia Cosern			Neoenergia Elektro			Neoenergia Brasília			CONSOLIDADO		
	2024	2023	%	2024	2023	%	2024	2023	%	2024	2023	%	2024	2023	%	2024	2023	%
Residencial	8.152	7.918	2,7%	5.985	5.729	4,5%	2.474	2.417	2,4%	5.564	5.276	5,5%	2.582	2.549	1,3%	24.737	23.888	3,6%
Industrial	457	698	(34,5%)	312	360	(13,3%)	121	151	(19,9%)	714	960	(25,6%)	33	41	(19,5%)	1.638	2.211	(25,9%)
Comercial	2.566	2.912	(11,9%)	1.795	1.967	(8,7%)	687	779	(11,8%)	1.975	2.052	(3,8%)	1.353	1.439	(6,0%)	8.375	9.149	(8,5%)
Rural	2.528	2.370	6,7%	465	491	(5,3%)	383	409	(6,4%)	865	812	6,5%	127	139	(8,6%)	4.369	4.220	3,5%
Outros	2.552	2.662	(4,1%)	1.462	1.794	(18,5%)	622	619	0,5%	1.225	1.268	(3,4%)	1.208	1.316	(8,2%)	7.068	7.659	(7,7%)
Total Energia Distribuída (ativo)	16.235	16.560	(2,0%)	10.019	10.341	(3,1%)	4.287	4.374	(2,0%)	10.343	10.368	(0,2%)	5.302	5.484	(3,3%)	46.187	47.127	(2,0%)
Industrial	4.594	4.142	10,9%	2.793	2.648	5,5%	1.194	1.100	8,5%	7.482	6.710	11,5%	548	551	(0,5%)	16.610	15.151	9,6%
Comercial	1.425	1.135	25,6%	1.313	1.041	26,1%	381	301	26,6%	1.186	998	18,8%	735	616	19,3%	5.040	4.090	23,2%
Rural	41	11	272,7%	49	34	44,1%	11	2	450,0%	239	163	46,6%	5	5	-	346	215	60,9%
Outros	621	420	47,9%	477	86	454,7%	174	161	8,1%	639	434	47,2%	39	0	-	1.951	1.101	77,2%
Suprimentos	0	0	-	237	219	8,2%	2	1	100,0%	0	0	-	154	134	14,9%	393	354	10,0%
Mercado Livre + Suprimento	6.682	5.709	17,0%	4.869	4.027	20,9%	1.762	1.564	12,7%	9.546	8.305	14,9%	1.481	1.305	13,5%	24.339	20.911	16,4%
Residencial	8.152	7.918	2,7%	5.985	5.729	4,5%	2.474	2.417	2,4%	5.564	5.276	5,5%	2.582	2.549	1,3%	24.737	23.888	3,6%
Industrial	5.051	4.841	4,3%	3.105	3.008	3,2%	1.315	1.251	5,1%	8.195	7.671	6,8%	582	592	(1,7%)	18.248	17.362	5,1%
Comercial	3.991	4.046	(1,4%)	3.108	3.008	3,3%	1.067	1.080	(1,2%)	3.161	3.050	3,6%	2.087	2.055	1,6%	13.415	13.239	1,3%
Rural	2.569	2.381	7,9%	514	524	(1,9%)	395	410	(3,7%)	1.104	975	13,2%	133	144	(7,6%)	4.715	4.435	6,3%
Outros	3.173	3.082	3,0%	1.939	1.880	3,1%	796	779	2,2%	1.864	1.702	9,5%	1.246	1.316	(5,3%)	9.018	8.759	3,0%
Suprimentos	0	0	-	237	219	8,2%	2	1	100,0%	0	0	-	154	134	14,9%	393	354	10,0%
Total Energia Distribuída (ativo + livre)	22.917	22.269	2,9%	14.888	14.368	3,6%	6.049	5.938	1,9%	19.889	18.673	6,6%	6.784	6.789	(0,1%)	70.926	68.038	3,7%
Energia de compensação GD	1.725	1.039	66,0%	1.314	759	73,1%	757	532	42,3%	941	619	52,0%	420	331	26,9%	5.157	3.280	57,2%
Total Energia Distribuída (ativo + livre + GD)	24.641	23.308	5,7%	16.202	15.127	7,1%	6.806	6.470	5,2%	20.829	19.292	8,0%	7.204	7.120	1,2%	75.683	71.318	6,1%

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

DISTRIBUIDORAS	Perdas 12 meses (%)														
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total				
	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24
Neoenergia Coelba	10,74%	10,81%	10,73%	10,91%	10,91%	5,31%	5,31%	5,38%	4,81%	4,78%	16,05%	16,12%	16,11%	15,72%	15,69%
Neoenergia Pernambuco	9,09%	9,19%	9,16%	9,31%	9,60%	8,37%	8,95%	8,95%	8,46%	8,33%	17,46%	18,15%	18,11%	17,77%	17,93%
Neoenergia Cosern	7,86%	7,85%	7,76%	7,85%	7,72%	0,33%	0,93%	0,95%	0,32%	0,88%	8,19%	8,77%	8,71%	8,18%	8,60%
Neoenergia Elektro	5,99%	5,93%	5,93%	5,94%	5,95%	1,93%	1,57%	1,82%	1,39%	0,83%	7,92%	7,50%	7,75%	7,33%	6,77%
Neoenergia Brasília	8,15%	8,17%	8,20%	8,23%	8,34%	3,26%	2,98%	2,95%	2,78%	2,96%	11,41%	11,15%	11,15%	11,02%	11,30%
Limite Regulatório	15,44%	15,44%	15,44%	15,44%	15,44%	15,44%	15,44%	15,44%	15,44%	15,44%	15,44%	15,44%	15,44%	15,44%	15,44%

DISTRIBUIDORAS	Perdas totais 12 meses (GWh)														
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total				
	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24
Neoenergia Coelba	2.850	2.913	2.928	2.987	2.965	1.407	1.430	1.466	1.318	1.299	4.258	4.343	4.394	4.304	4.264
Neoenergia Pernambuco	1.583	1.628	1.648	1.681	1.742	1.457	1.585	1.609	1.528	1.511	3.040	3.213	3.257	3.209	3.253
Neoenergia Cosern	509	515	514	520	511	21	61	63	21	58	530	576	577	541	569
Neoenergia Elektro	1.215	1.229	1.255	1.267	1.269	392	326	386	297	176	1.607	1.555	1.640	1.563	1.445
Neoenergia Brasília	625	630	639	639	638	250	230	230	216	227	874	861	868	856	864
Limite Regulatório	4.167	4.167	4.167	4.167	4.167	4.167	4.167	4.167	4.167	4.167	4.167	4.167	4.167	4.167	4.167

NOTAS: (1) Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2024 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2023 foram ajustados para a apuração definitiva. (2) Limite regulatório 12 meses

A Neoenergia Coelba apresentou perdas totais 12 meses de 15,69% em 2024, reforçando a tendência de queda do indicador ao longo de 2024 e se aproximando do seu limite regulatório, de 15,44%.

Na Neoenergia Pernambuco, as perdas totais 12 meses encerraram 2024 em 17,93%, ainda acima do patamar regulatório de 15,26%.

Já a Neoenergia Cosern encerrou 2024 em 8,60%, permanecendo abaixo do seu limite regulatório de 10,31%.

As perdas totais 12 meses na Neoenergia Elektro encerraram o período em 6,77%, também abaixo do limite regulatório de 7,72%.

Por fim, a Neoenergia Brasília registrou perdas totais 12 meses de 11,30% em 2024, permanecendo abaixo do seu limite regulatório de 11,74%.

Transmissoras:

Ao final de 2025, nosso portfólio era de 18 ativos de transmissão, conforme tabela a seguir:

Leilão	Lote	Ativo	Participação Neoenergia	Localização	Extensão (Km)	Subestação ²	RAP ³ (R\$ MM)
-	-	Afluentes T	100%	BA	483	3 subestações	76
Leilão Jun/08	E	Narandiba ¹		BA		1 subestação	17
Leilão Jun/11	G	Extremoz II ¹	50%	BA		-	5
Leilão Mai/12	D	Brumado II ¹		RN		-	12
Leilão Jan/13	G	Potiguar Sul	100%	RN/PB	190	-	36
Leilão Abr/17	4	Dourados	50%	MS	610	1 subestação	98
	20	Atibaia	50%	SP		-	20
	22	Biguaçu	50%	SC		-	20
	27	Sobral	50%	CE		-	18
Leilão Dez/17	4	Jalapão	50%	BA/TO/PI/MA	728	-	185
	6	Santa Luzia	50%	CE/PB	346	1 subestação	84
Leilão Dez/18	1	Vale do Itajaí	100%	SC/PR	964	4 subestações	278
	2	Guanabara	100%	RJ	629	2 subestações	173
	3	Itabapoana	50%	RJ/MG/ES	445	-	99
	14	Lagoa dos Patos	100%	RS/SC	488	-	111
Leilão Dez/19	9	Rio Formoso	50%	BA	202	1 subestação	25
Leilão Dez/20	2	Morro do Chapéu	100%	BA/MG/ES	1039	1 subestação	228
Leilão Dez/21	4	Estreito	100%	MG		-	47
Leilão Jun/22	11	Paraíso	100%	MS	285	1 subestação	46
Leilão Jun/22	2	Alto Paranaíba	100%	SP/MG	1595	1 subestação	432

NOTA: Afluentes T foi oriunda do processo de desverticalização da Neoenergia Coelba.

¹ Narandiba é formada por 3 subestações: SE Narandiba, SE Extremoz II e SE Brumado II.

² Subestações próprias

³ RAP homologada (Ciclo 2025-2026) e Despacho 2580/2025 (Brumado II)

Os lotes arrematados no leilão de abril de 2017 foram entregues ao longo de 2019 a 2021 e tiveram sua última entrega em 11 de agosto de 2021 com o último trecho de Dourados. Com essa entrega os projetos arrematados no Leilão de Abril de 2017 tiveram antecipação média de 15 meses em relação ao prazo Aneel e saving de Capex de 20% em relação ao estimado originalmente pelo Regulador.

Em janeiro de 2022, entrou em operação comercial a linha de Jalapão (lote 4 do Leilão de dez/17). A linha, LT 500 kV Miracema - Gilbués II - Barreiras II, conta com 728 km de extensão, é a maior linha em operação da Neoenergia, passando pelos estados de Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia. O Lote de Jalapão conta com uma RAP anualizada total de R\$ 149 milhões e foi entregue com antecipação de 15 meses e um saving de Capex 34%, ambos em relação ao estimado pela Aneel. Com esta entrega, a Neoenergia finalizou a entrega de todos os projetos arrematados no Leilão de Dezembro de 2017 com antecipação média de 15,6 meses em relação ao prazo Aneel e saving de Capex de 33% em relação ao estimado originalmente pelo Regulador.

Em janeiro de 2023 entrou em operação a linha de Rio Formoso. Energizado em dezembro de 2022, com liberação de RAP em 2023, o lote foi entregue com 25% de saving de Capex frente ao sinalizado pela Aneel e antecipação de 14 meses do prazo regulatório, confirmando mais uma vez a capacidade de execução da Neoenergia.

Em 2023, ocorreu o anúncio e *closing* da operação de venda de participação societária de 50% em oito ativos de transmissão em operação (Jalapão, Santa Luzia, Dourados, Atibaia, Biguaçu, Sobral, Narandiba e Rio Formoso) para o GIC, com entrada de R\$ 1,1 bilhão de caixa, no terceiro trimestre de 2023.

Em 2024, foram liberadas 100% da RAP de: Itabapoana (Lote 3 - Leilão de Dezembro/2018), cuja LO foi emitida com atraso em função da greve do IBAMA, Paraíso (Lote 11 - Leilão de Junho/2022), antecipando o *business plan* e Estreito (Lote 4 - Leilão de Dezembro/2021).

Em 2025, chegamos ao fim do ciclo de investimentos em transmissão, atingindo R\$2,0 bilhões de RAP total.

Geração e Clientes:

2025

Os ativos de geração da Companhia ao final de 2024 totalizavam 44 parques eólicos (1.554 MW), 2 parques solares (149 MWp), 4 usinas hidrelétricas (1.914 MW) e 1 usina térmica (550MW).

A energia eólica gerada foi de 5.193 GWh em 2025 (-2,7% vs. 2024), impactada por menor disponibilidade. Já a geração de energia solar foi de 225 GWh em 2025 (-9,0% vs. 2024), impactado por menor recurso solar. Vale destacar que o impacto dos curtailments (eólico e solar) foi de 7,9% da energia gerada em 2025.

A energia hídrica gerada foi de 5.496 GWh em 2025 (-1% vs. 2024), explicada pela venda UHE Baixo Iguaçu em 30/06/2025.

Sob o novo de Contrato de Capacidade, Termopernambuco gerou 23 GWh em 2025.

2024

O portfólio de geração da Companhia em 2024 era de participação em 44 parques eólicos (1.554 MW), 2 parques solares (149 MWp), 5 usinas hidrelétricas (2.159 MW) e 1 usina térmica (550MW).

A energia eólica e solar gerada no ano a geração foi de 5.585 GWh, +7% vs. 2023, pela maior potência instalada do Complexo de Oitis e Luzia. Vale destacar que o impacto dos curtailments foi de 6% da energia gerada em 2024. A energia hídrica gerada foi de 5.551 GWh, -33,5% vs. 2023, explicada pela permuta de ativos com a Eletrobras.

Em 24 de setembro de 2024, a ANEEL aprovou a antecipação do Contrato de Reserva de Capacidade (CRCAP), decorrente do Leilão de Reserva de Capacidade de 2021, mantendo todas as condições ofertadas no certame, antecipando o início do contrato para 1º de outubro de 2024. O termo aditivo para esta antecipação foi assinado em 26 de setembro de 2024.

Em 2024, Termopernambuco gerou 87 GWh, (-7% vs. 2023), já que a planta ficou descontratada de maio a outubro de 2024. Vale destacar que até 14/05/2024, o resultado da Companhia estava preservado pelos seus antigos contratos de venda e estrutura de custos.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Redes | Distribuidoras

As Tarifas de Energia Elétrica são fixadas pela Aneel para cada concessionária de energia conforme características específicas de cada área de concessão (território geográfico onde cada empresa é contratualmente obrigada a fornecer energia elétrica), refletindo peculiaridades de cada região, como número de consumidores, quilômetros de rede e tamanho do mercado (quantidade de energia atendida por uma determinada infraestrutura), custo da energia comprada, tributos estaduais e outros.

Conforme contrato de concessão da Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro, o Poder Concedente procederá, a cada 4 anos, e para o contrato de concessão da Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern e Neoenergia Brasília, o Poder Concedente procederá, a cada 5 anos as revisões dos valores das tarifas de comercialização de energia, alterando-as para mais ou para menos, de forma a assegurar a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Para este fim, o Poder Concedente deve considerar as alterações na estrutura de custos e de mercado da concessionária, os níveis de tarifas observados em empresas similares no contexto nacional e internacional, os estímulos à eficiência e a modicidade das tarifas.

- Neoenergia Coelba

Em 15 de abril de 2025, foi aprovado o Reajuste Tarifário da Neoenergia Coelba. As novas tarifas entraram em vigor em 22 de abril de 2025, com efeito médio 2,05%, sendo 1,88% para a baixa tensão e 2,53% para clientes da alta e média tensão. A variação da Parcela A foi de 3,2%, totalizando R\$ 8.771,5 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 15,2% nos encargos setoriais. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 266,00/MWh. Já a variação da Parcela B foi de 8,1% (R\$ 6.270 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 8,58%, deduzida do Fator X, de 0,51%.

Em 16 de abril de 2024, foi aprovado o Reajuste Tarifário da Neoenergia Coelba. As novas tarifas entraram em vigor em 22 de abril, com efeito médio 1,53%, sendo 1,62% para a baixa tensão e 1,28% para clientes da alta e média tensão. A variação da Parcela A foi de 8,23%, totalizando R\$ 8.538,1 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 26,11% nos encargos setoriais e 9,73% nos custos com Transmissão de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 253,27/MWh. Já a variação da Parcela B foi de -4,82% (R\$ 5.513 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de -4,26%, deduzida do Fator X, de 0,57%.

- Neoenergia Pernambuco

Em 17 de setembro de 2025 foi assinado o Termo Aditivo da Prorrogação da Concessão da Neoenergia Pernambuco, sem qualquer onerosidade, por um período de 30 anos com vigência de 30 de março de 2030 até 30 de março de 2060, nos termos da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995.

Em 29 de abril de 2025, a Aneel aprovou a Revisão Tarifária da Neoenergia Pernambuco. As novas tarifas entraram em vigor em 29 de abril, com efeito médio 0,61%, sendo 3,00% para a baixa tensão e -7,10% para clientes da em alta e média tensão. A Parcela B atingiu R\$ 2.818 milhões, com variação no período de 16,2% em relação à verificada nos últimos 12 meses, valor líquido de outras receitas e das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos. A Parcela A teve valor fixado em R\$ 5.328 milhões, apresentando variação no período de 3,9%, contribuindo com o índice final com 2,66%. Os componentes financeiros participaram no índice final com -7,25. Para a Base de Remuneração Líquida, o valor homologado foi de R\$ 8.284 milhões, a valores de abril de 2025, refletido o reconhecimento dos investimentos realizados. Quanto às Perdas Elétricas Totais Regulatórias reconhecidas na tarifa, a Aneel estabeleceu o percentual equivalente

a 16,11% sobre a energia injetada (inclui a da MMGD compensada), um aumento de 0,91 p.p. em relação à cobertura anterior.

Em 23 de abril de 2024, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário da Neoenergia Pernambuco. As novas tarifas entraram em vigor em 29 de abril, com efeito médio -2,69%, sendo -2,63% para a baixa tensão e -2,85% para clientes da em alta e média tensão. A variação da Parcela A foi de -1,4%, totalizando R\$ 5.284,4 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 21,5% nos encargos setoriais, 5,9% nos custos com Transmissão de energia e pela redução de -8,3% nos custos de compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 257,00/MWh. Já a variação da Parcela B foi de -4,40% (R\$ 2.365,0 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de -4,26%, deduzida do Fator X, de 0,14%.

- Neoenergia Cosern

Em 15 de abril de 2025, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário da Neoenergia Cosern. As novas tarifas entraram em vigor em 22 de abril, com efeito médio -0,32%, sendo -0,33% para a baixa tensão e -0,30% para clientes da alta e média tensão. A variação da Parcela A foi de 3,7%, totalizando R\$ 2.227,5 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 19,7% dos encargos setoriais. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 288,17/MWh. Já a variação da Parcela B foi de +6,6%, (1.312,1 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 8,58%, deduzida do Fator X, de 1,95%.

Em 16 de abril de 2024, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário da Neoenergia Cosern. As novas tarifas entraram em vigor em 22 de abril, com efeito médio 7,84%, sendo 8,08% para a baixa tensão e 7,05% para clientes da alta e média tensão. A variação da Parcela A foi de 7,96%, totalizando R\$ 2.167,8 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 28,5% dos encargos setoriais e 15,6% nos custos com Transmissão de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 268,51/MWh. Já a variação da Parcela B foi de -5,63%, (R\$ 1.182,7 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de -4,26%, deduzida do Fator X, de 1,37%.

- Neoenergia Elektro

Em 19 de agosto de 2025, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário da Neoenergia Elektro. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 27 de agosto, com efeito médio de 11,88%, sendo 11,62% para a baixa tensão e 12,39% para clientes da alta e média tensão. A Parcela A teve valor fixado em R\$ 7.266 milhões, apresentando variação no período de 12,83%, impactada principalmente pelo aumento de 28,26% nos encargos setoriais. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 252,83/MWh. A Parcela B atingiu R\$ 3.107 milhões, com variação no período de 1,30% em relação à verificada nos últimos 12 meses, reflexo da inflação acumulada (IGP-M), de 2,96%, deduzida do Fator X, de 1,67%.

Em 27 de agosto de 2024, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário da Neoenergia Elektro. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 27 de agosto, com efeito médio de -5,64%, sendo -5,60% para a baixa tensão e -5,72% para clientes da alta e média tensão. A Parcela A teve valor fixado em R\$ 6.628 milhões, apresentando variação no período de -4,87%, contribuindo com o índice final com -3,42%. Os componentes financeiros participaram no índice final com -2,43%. A Parcela B atingiu R\$ 2.977 milhões, com variação no período de 0,69% em relação a verificada nos últimos 12 meses, reflexo da inflação acumulada (IGP-M), de 3,82%, deduzida do Fator X, de 3,13%, contribuindo para o índice final com 0,21%.

- Neoenergia Brasília

Em 14 de outubro de 2025, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário da Neoenergia Brasília, o qual entrou em vigor em 22 de outubro, com efeito médio de 11,65% para os consumidores (13,82% para alta tensão e 10,88%, para baixa tensão). A variação da Parcela A foi de 9,8%, totalizando R\$ 3.190,3 milhões, impactada principalmente pelo aumento de 27,4% nos encargos setoriais, pelo aumento de 7,8% nos custos com transmissão e pelo aumento de 1,0% nos custos de compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 288,82/MWh. Já a variação da Parcela B foi de 8,3%, reflexo da inflação acumulada no período (IPCA) de 5,24%, deduzido do Fator X de -1,59%, bem como das variações das Outras Receitas e Receitas de Ultrapassagens de Demanda e Reativos auferidas no período, resultando no valor da Parcela B de R\$ 721,5 milhões.

Em 15 de outubro de 2024, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário da Neoenergia Brasília, o qual entrou em vigor em 22 de outubro, com efeito médio de -3,32% para os consumidores (-4,19% para alta tensão e -2,98% para baixa tensão). Os fatores que mais impactaram no reajuste foram os componentes financeiros e os encargos setoriais. A variação da Parcela A foi de -2,8%, totalizando R\$ 3.108,9 milhões, impactada pelas reduções de -7,7% nos encargos setoriais e -11,7% nos custos com transmissão e pelo aumento de 2,13% nos custos de compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 276,20/MWh. Já a variação da Parcela B, foi de 5,0% reflexo da inflação acumulada no período (IPCA) de +4,46%, menos o Fator X que foi de -0,03%, resultando no valor da Parcela B de R\$ 647,8 milhões.

Redes | Transmissoras

Em 17 de julho de 2025, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.481/2025, que estabeleceu as RAPs para o ciclo 2025-2026. O valor da RAP das transmissoras da Neoenergia foi reajustado em 5,46% com relação ao ciclo anterior. As principais razões do aumento são o índice de reajuste previsto nos contratos de concessão e os efeitos das revisões das receitas das concessionárias.

Adicionalmente, houve o incremento na RAP da Afluente T de R\$ 3,61 milhões referente à implantação de reforços e melhorias autorizados em instalações de transmissão sob sua responsabilidade.

Em 19 de julho de 2024, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.348, que estabeleceu as RAP para o ciclo 2024-2025. O valor da RAP das transmissoras da Neoenergia foi reajustado em 3,44% com relação ao ciclo anterior. As principais razões do aumento são o índice de reajuste previsto nos contratos de concessão e os efeitos das revisões das receitas das concessionárias.

Adicionalmente, houve o incremento na RAP da Neoenergia Guanabara de R\$ 2,26 milhões referente a Resolução Autorizativa ANEEL nº 15.411 de julho de 2024 que alterou o Despacho nº 4.921, de 14 de dezembro de 2023, que autorizou a transmissora a implantar reforços em instalações de transmissão sob sua responsabilidade, bem como estabeleceu os valores correspondentes das parcelas da RAP.

Renováveis

As tarifas dos contratos de venda das geradoras são reajustadas anualmente de acordo com os índices definidos nos respectivos contratos.

- c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Adicionalmente ao apresentado, os principais indicadores e índices macroeconômicos que influenciam as operações realizadas pela Companhia são:

Receitas

- PIB: Um crescimento do PIB tende a refletir um aumento do consumo de energia elétrica.
- Inflação: os índices IGP-M e IPCA reajustam as tarifas de fornecimento de energia elétrica e receita de transmissão.
- Taxa de câmbio (dólar americano): índice de parte da parcela de reajuste das tarifas de fornecimento de energia elétrica.
- CDI: indicador ao qual a maioria das aplicações está vinculada.

Despesas

- CDI: Parcela considerável às quais as dívidas da Companhia estão indexadas. Na hipótese de elevação das taxas de juros, as despesas financeiras da Companhia também aumentarão, afetando negativamente sua capacidade de pagamento.
- Taxa de Câmbio: o preço do gás para geração da energia tem como parâmetro os preços internacionais que são cotados em dólares. Além disso, algumas das dívidas são indexadas a moedas estrangeiras, especificamente, o Dólar Americano e o Euro. Existem instrumentos financeiros derivativos para proteção das variações nos fluxos de caixa dos pagamentos, entretanto, por motivos contábeis, ainda remanesce no resultado parcela da variação apurada.
- Inflação: Repercute de forma generalizada nos custos e despesas do Grupo, porém, apresentamos os principais componentes diretamente afetados:
 - i. Os contratos de fornecimento de energia comprada para revenda pelas distribuidoras estão indexados a índices de preços e são reajustados anualmente.
 - ii. Os serviços contratados de terceiros têm seus preços reajustados nas negociações em função do aumento dos preços dos insumos utilizados em nosso atendimento, tais como: mão-de-obra, equipamentos, material sobressalente, combustível, alimentação, entre outros.
 - iii. Parte do custo com pessoal varia em função do índice de inflação, em virtude dos dissídios salariais.
 - iv. A maior parcela da dívida está indexada ao IPCA.

Ambiente Macroeconômico

O ano de 2025 foi marcado por tensões geopolíticas no cenário global, contribuindo para um ambiente de maior risco. Nos Estados Unidos, a economia manteve crescimento moderado, com inflação dentro das bandas da meta e mercado de trabalho aquecido, sustentando um PIB resiliente. O Federal Reserve (FED) adotou postura cautelosa, mantendo juros elevados durante boa parte do ano antes de promover alguns cortes no segundo semestre. A taxa de juros americana encerrou 2025 em 3,75%.

No Brasil, a inflação apresentou trajetória de desaceleração, encerrando 2025 com alta de 4,23%, dentro das bandas da meta do Banco Central. A atividade econômica permaneceu aquecida, reforçada pela taxa de desemprego em patamar historicamente baixo, e pela projeção de crescimento do PIB em 2,3% no ano. Apesar desse desempenho, a deterioração do quadro fiscal segue como fonte de preocupação quanto à sustentabilidade das contas públicas. Em resposta às pressões inflacionárias e ao ambiente externo desafiador, a política monetária manteve postura restritiva, com a taxa Selic encerrando o período em 15% ao ano.

Apesar das tensões geopolíticas e da volatilidade nos mercados globais, o enfraquecimento do dólar, que recuou 11% frente ao real, favoreceu a migração de fluxos para economias emergentes, incluindo o Brasil.

Esse movimento impulsionou a retomada do investidor internacional na Bolsa brasileira, que registrou entrada líquida de aproximadamente R\$27 bilhões em 2025, contribuindo para a forte valorização do Ibovespa, que encerrou o ano com alta de 34%.

2025

O Resultado Financeiro Consolidado foi de R\$ 5.807 milhões em 2025 (vs. R\$ 4.992 milhões em 2024), explicado, principalmente, pela maior despesa com encargos de dívida em razão do aumento no saldo médio da dívida em relação a 2024, devido às captações direcionadas para Capex, e pelo aumento do CDI acumulado no período (47% da dívida da Companhia está atrelado a esse índice).

Vale destacar que em 2025, a rubrica de variações monetárias e cambiais foi positivamente impactada pelo crédito de R\$ 99 milhões referentes à atualização monetária sobre os indébitos tributários.

2024

O Resultado Financeiro Consolidado foi de R\$ 4.992 milhões em 2024 (-R\$ 149 milhões vs. 2023), explicado, principalmente, pela maior despesa com encargos de dívida em razão do aumento de 10% no saldo médio da dívida em relação ao ano anterior, devido às captações direcionadas para Capex de transmissão e distribuição.

Segue quadro demonstrativo com os principais indicadores dos 2 últimos anos:

Índices	2025	2024
CDI	14,32%	10,88%
TJLP	8,66%	6,89%
Δ USD ¹	-0,6899	+1,3510
IPCA ²	4,46%	4,87%
IPCA ³	4,26%	4,83%

Nota 1: variação cambial entre 30/dezembro a 30/dezembro.

Nota 2: considera a inflação contabilizada no ano (M-1).

Nota 3: considera a inflação contabilizada no ano.

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

(i) Durante o exercício de 2025

As alterações nos pronunciamentos contábeis emitidas pelo CPC e com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025 não produziram impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(ii) Durante o exercício de 2024

As alterações nos pronunciamentos contábeis emitidas pelo CPC e com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 não produziram impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(iii) Durante o exercício de 2023

As alterações nos pronunciamentos contábeis emitidas pelo CPC e com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 não produziram impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras consolidadas.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases nos relatórios dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

2.4 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram introduzidos ou alienados nenhum segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**Ano 2025**

No exercício de 2025 ocorreram os seguintes eventos com efeitos relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo: **i)** conclusão da venda da participação societária das controladas Geração Céu Azul e Itabapoana classificadas anteriormente na rubrica de “Ativo não circulante mantido para venda” e reclassificação da participação societária em Energética Águas da Pedra da rubrica “Investimentos” para “Ativo não circulante mantido para venda”; **ii)** alienação de participação societária das controladas Oitis 2, 4 e 6 por meio da controlada Neoenergia Renováveis e incorporação de controladas do grupo também pela controlada Neoenergia Renováveis, conforme detalhado a seguir:

i) Ativo não circulante mantido para venda**• Geração Céu Azul**

Em 05 de fevereiro de 2025, foi celebrado o Share Purchase Agreement and Other Covenants (Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças) (SPA) com a EDF Brasil Holding S.A. (EDF) e STOA S.A. (STOA), referente a operação de venda de totalidade das ações do capital social da controlada Geração Céu Azul S.A., que, por sua vez, detém uma participação de 70% no Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (“CEBI”), pelo valor equity value de R\$ 1.000 (sendo R\$ 16 de Earn-Out), sujeito a ajustes de preços usuais, que inclui a atualização do equity value por CDI desde junho de 2024 até a data do closing.

Em 20 de fevereiro de 2025, a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel) exerceu o direito de preferência, de forma irrevogável e irretroatável, nos exatos termos do Termo de Adesão, para a aquisição da totalidade da participação direta da Neoenergia na Geração Céu Azul e, indiretamente, de sua participação correspondente a 70% (setenta por cento) no CEBI.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia e a Copel cumpriram todas as suas condições precedentes e concluíram a operação, mediante alienação pela Companhia da totalidade das ações da Geração Céu Azul S.A. pelo valor total de R\$ 1.050.

A mutação dos saldos classificados à conta Ativos não circulantes mantidos para venda no período de 2025 foi conforme apresentado a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.030
Ajustes ao valor da oferta	27
Outros ajustes do valor justo	(25)
Impacto total reconhecido à rubrica "Ajustes ao valor justo"	2
Mutações patrimoniais na Geração Céu Azul	4
<i>Earn-out</i> transferido à outras contas a receber ⁽¹⁾	(16)
Saldos a pagar à assessores transferidos à outras contas a pagar	19
Caixa recebido pela venda	(1.050)
Outros	11
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-

(1) A Companhia mantém em aberto contas a receber da Copel no montante de R\$ 16, referentes à *Earn-Out* do SPA, conforme anteriormente mencionado, que será atualizado pelo IPCA e deverá ser recebido quando cumpridas as condições estabelecidas no SPA.

• Neoenergia Itabapoana

Em 22 de abril de 2025, a Companhia e o fundo de investimentos Unique Power, detido pela Warrington, firmaram um contrato para a venda de 50% das novas ações da Neoenergia Transmissão S.A. (Neoenergia Transmissão). As novas ações da Neoenergia Transmissão serão emitidas através de aumento de capital, integralizado pela participação acionária de 100% da Companhia na Neoenergia Itabapoana, considerando equity value de R\$ 234.

Em 7 de agosto de 2025, a Companhia e o Unique Power cumpriram todas as suas condições precedentes e concluíram a operação, mediante alienação pela Companhia de 5,7% das ações da Neoenergia Transmissão por R\$ 115, valor que corresponde à 50% do valor da Itabapoana, utilizada pela Companhia para aumentar o capital social da Neoenergia Transmissão em R\$ 230.

Como resultado da transação, a Companhia e o GIC, de forma indireta, mantém o controle compartilhado com participação de 50% cada no portfólio de ativos da Neoenergia Transmissão, que passou a contar também com Itabapoana.

Portanto, a mutação dos saldos classificados à conta Ativos não circulantes mantidos para venda correspondente à participação em Itabapoana no período findo em 30 de setembro de 2025 foi conforme apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	267
Ajustes ao valor da oferta	(30)
Outros ajustes do valor justo	(28)
Impacto total reconhecido à rubrica "Ajustes ao valor justo"	(58)
Mutações patrimoniais na Itabapoana	32
<i>Earn-out</i> transferido à outras contas a receber ⁽¹⁾	(11)
Valor transferido à conta investimentos	(115)
Caixa recebido pela venda	(115)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-

(1) A Companhia mantém em aberto contas a receber do GIC no montante de R\$ 11, referentes à *Earn-Outs*, que deverão ser recebidos quando cumpridas as condições estabelecidas no SPA.

• Energética Águas da Pedra

Em novembro de 2025, a Companhia e a EDF Brasil Hidro Participações S.A. (EDF Hidro) celebraram o Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, no qual a Companhia alienará a totalidade das ações no capital da EAPSA considerando um enterprise value de R\$ 2.515, sujeito a ajustes usuais ao preço de venda.

Na mesma data, a Companhia celebrou com a EDF Brasil Holding S.A. (EDF Brasil) o Acordo de Investimento, por meio do qual a Companhia realizará um aporte de R\$ 94 na EDF Hidro para deter 25% de participação no capital social desta. Em até 2,5 anos da conclusão da venda da EAPSA, a EDF Brasil terá o direito de adquirir a totalidade das ações de emissão da EDF Hidro detidas pela Companhia, e a Companhia terá o direito de saída da sociedade, através do qual poderá alienar a totalidade de sua participação na EDF Hidro.

Desde então, a Companhia reclassificou os saldos dos ativos e passivos referentes a EAPSA para as rubricas “Ativo não circulante mantido para venda” e “Passivos diretamente associados a ativo não circulante mantido para venda” pelo valor de livros, que representa o menor valor na comparação com o valor justo (líquido das despesas com vendas) da EAPSA.

Em dezembro de 2025, a EDF Hidro efetuou o depósito de R\$ 275 na conta garantia (“escrow account”), controlada pela Companhia, a título de antecipação de parte do valor a ser pago pela venda das ações da EAPSA. Para fins das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o referido valor foi reconhecimento na rubrica “Outros passivos” e a entrada do referido caixa apresentado na atividade de investimentos na demonstração do fluxo de caixa, na rubrica “Antecipação de caixa para alienação de investimento”.

A conclusão da transação está sujeita a condições precedentes usuais desse tipo de transação, tais como obtenção de anuências do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), pela ANEEL, entre outras.

ii) Alienação e Aquisição de Participação Societária

• Neoenergia Renováveis

Em janeiro de 2025, a Companhia, por meio de sua controlada Neoenergia Renováveis S.A., concluiu o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças firmado com as subsidiárias da CCR S.A., alienando as seguintes participações acionárias: (a) 2,84% do capital social da Oitis 2; (b) 6,75% do capital social da Oitis 4; e (c) 5,25% do capital social da Oitis 6. O valor atualizado da transação recebido pela Neoenergia Renováveis S.A. foi de R\$ 24.

Em 31 de janeiro de 2025, a Companhia concluiu a incorporação da Geração CIII S.A. (GER3), sociedade constituída com o objetivo de participar do Consórcio Empreendedor Corumbá III. Após a operação, o consórcio passou a ser composto por Neoenergia Renováveis (60%) e Energética Corumbá III (40%). Cabe destacar que, com essa incorporação, a Neoenergia Renováveis passou a deter 25% de participação na Energética Corumbá III, sociedade que também conta com a participação da Neoenergia Brasília (NDB) e da Companhia Energética de Goiás (CELG);

Em 26 de maio de 2025, a Companhia concluiu a incorporação das sociedades Força Eólica do Brasil 1 S.A. (FEB1) e Força Eólica do Brasil 2 S.A. (FEB2), ambas constituídas com a finalidade de participar em outras sociedades do segmento de geração de energia eólica. Com a incorporação da FEB1, a Neoenergia Renováveis passou a controlar diretamente os parques eólicos Calango 1, Calango 4, Calango 5, Caetité 1 e Caetité 2. Já com a incorporação da FEB2, a Neoenergia Renováveis assumiu o controle direto da FE Participações S.A., detentora dos parques eólicos Calango 2, Calango 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2.

Ano 2024

No exercício de 2024 ocorreram os seguintes eventos com efeitos relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo: **a)** reclassificação da participação societária em Geração Céu Azul da rubrica “Investimentos” para “Ativo não circulante mantido para venda”; **b)** manutenção da reclassificação da participação societária em Neoenergia Itabapoana da rubrica “Investimentos” para “Ativo não circulante mantido para venda”; e **c)** aquisição da participação dos minoritários da Neoenergia Cosern pela Neoenergia S.A através do leilão de oferta pública para conversão de registro, conforme detalhado a seguir:

Ativo não circulante mantido para venda

a) Geração Céu Azul

Em dezembro de 2024, a Companhia recebeu ofertas indicativas vinculantes para a compra da Geração Céu Azul. Em conformidade com as políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa 15.9.

Em 31 de dezembro de 2024 a Administração reclassificou os saldos referentes a Geração Céu Azul para a rubrica de ativo não circulante mantido para venda e passivos diretamente associados a ativo não circulante mantido para venda pelo menor valor entre o valor justo (líquido das despesas com vendas) e o valor de livros.

As ofertas preveem ajustes de valor, tais como o pagamento condicionado à manutenção de certos níveis de garantia física da UHE Baixo Iguaçu, atualização financeira atrelada ao Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) até a data da conclusão da compra, e ajustes associados às variações do caixa da Céu Azul entre a data de fechamento do valor da oferta base e a data da conclusão da compra. Desta forma, o valor utilizado para referência de valor justo em 31 de dezembro de 2024 para mensuração do valor reconhecido como ativo não circulante mantido para venda, considera os referidos ajustes, cujo cálculo é conforme apresentado a seguir:

Valor da oferta	1.000
(+/-) Atualização financeira e outras variações de caixa previstas	48
Valor da oferta ajustada	1.048
(+/-) Despesas estimadas de venda	(18)
Valor reconhecido como ativo não circulante mantido para venda	1.030
Valor em livros da Geração Céu Azul	(1.284)
Baixa parcial do <i>goodwill</i> da UGC Hidro (I)	(114)
Efeito total no resultado	(368)

(I) A Administração da Companhia em sua avaliação para identificação de suas unidades geradoras de caixa (UGC) para fins de análise do valor recuperável de seus ativos, entende que o conjunto de ativos de geração de energia elétrica por meio de usinas hidroelétricas sob seu controle representam uma mesma unidade, a UGC Hidros. Portanto, o *goodwill* reconhecido em combinações de negócios envolvendo ativos da mesma natureza são alocados à UGC Hidros. Desta forma, ao momento de uma alienação de um ativo componente da UGC Hidros, deve ocorrer a baixa parcial do *goodwill* alocado à esta, baseado no enfoque do valor relativo.

b) Neoenergia Itabapoana

Em outubro de 2024, a Companhia recebeu oferta indicativa não vinculante para a compra da Neoenergia Itabapoana no valor de R\$ 270.

Em conformidade com as políticas contábeis da Companhia descritas na nota 15.9 e seguindo a estratégia da Companhia, de recuperar parte de seus ativos de transmissão através da venda, em 31 de dezembro de 2023 a Administração havia reclassificado os saldos referentes a Neoenergia Itabapoana para a rubrica de ativo não circulante mantido para venda e passivos diretamente associados a ativo não circulante mantido para venda pelo menor valor entre o valor justo (líquido das despesas com vendas) e o valor de livros.

Em junho de 2024, a Neoenergia Itabapoana iniciou sua operação comercial e, desde então, houve tentativas de furto de materiais e equipamentos entre outubro e dezembro de 2024. Desta forma, tais intempéries acabaram por resultar em um alongamento nas negociações para concretização da transação de venda da participação de 50% na Neoenergia Itabapoana. Portanto, ao longo de 2024, a Companhia efetuou revisões do valor justo de sua participação na Neoenergia Itabapoana, considerando os impactos dos eventos ocorridos e uma previsão dos ajustes do preço de venda, conforme apresentado a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	266
Aumentos de capital realizados	84
Resultado de participação nos resultados	(7)
Ajuste ao valor justo	(76)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	267

O saldo classificado na rubrica de ativo não circulante mantido para venda reflete o seguinte:

Valor da oferta	270
Ajuste ao valor da oferta base	(2)
Valor da oferta ajustada	268
Despesas estimadas de venda	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	267

c) Leilão da Oferta Pública de Conversão de Registro Neoenergia Cosern

Em 13 de março de 2024, a Neoenergia divulgou fato relevante informando que, o Conselho de Administração da Neoenergia aprovou o lançamento de oferta pública de aquisição de ações ordinárias (“ON”) e de ações preferenciais classe “A” (“PNA”) e classe “B” (“PNB”), para conversão de registro de emissor categoria A para categoria B da Neoenergia Cosern (“OPA”).

A OPA de Conversão de Registro (a) foi destinada à aquisição de até a totalidade das ações em circulação de emissão da Neoenergia Cosern, e (b) lançada ao preço de R\$ 13,73 por ON; R\$ 15,10 por PNA e R\$ 15,10 por PNB, a ser pago em moeda corrente nacional aos acionistas que aderirem à OPA de Conversão de Registro, nos três casos deduzido e ajustado (a) pelo valor de dividendos, juros sobre capital próprio e outros proventos eventualmente declarados pela Neoenergia Cosern até a data do leilão da OPA e (b) por eventuais alterações no capital social da Neoenergia Cosern, como bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos de ações, realizadas até a data do leilão da OPA (“Preço por Ação”). Os outros termos e condições da OPA, incluindo os demais relativos ao Preço por Ação, estarão descritos no edital da OPA.

Em 21 de agosto de 2024, a Neoenergia divulgou novo fato relevante informando que, naquela data ocorreu o resultado do leilão da OPA. Como resultado do Leilão, a Neoenergia adquiriu 8.193.221 ONs, 1.325.007 PNAs e 1.186.304 PNBs, as quais, em conjunto, representam 6,37% do capital social da Neoenergia Cosern, calculado com base no total de ações emitidas, excluía as ações em tesouraria. As ações foram adquiridas pelos preços de R\$ 12,98 por ON, R\$ 14,27 por PNA e R\$ 14,27 por PNB, totalizando o valor de R\$142.184.417. Com a liquidação do Leilão, que ocorreu em 23 de agosto de 2024, remanesceram em circulação 654.410 ONs, 173.920 PNAs e 80.978 PNBs, que representam 0,54% do capital social total da Neoenergia Cosern. Em 26 de setembro de 2024 foram resgatadas pela Neoenergia todas as ações de emissão da Neoenergia Cosern que remanesceram em circulação, representativas de 0,54% do seu capital social.

c) Eventos ou operações não usuais

Ano 2025

Não aplicável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram eventos ou operações não usuais

Ano 2024

Não aplicável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram eventos ou operações não usuais.

Ano 2023

Em 28 de fevereiro de 2023 foi aprovada a cisão parcial da Termopernambuco correspondente ao seu investimento na Itapebi, com a incorporação do acervo cindido pela própria Itapebi. Desta forma, a Neoenergia passa a deter 100% de participação direta em ambas as companhias, Termopernambuco e Itapebi.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

O valor do EBITDA da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 foi de R\$14.290 milhões, R\$12.517 milhões e R\$12.359 milhões, respectivamente.

O valor do endividamento líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 foi de R\$48.742 milhões, R\$43.220 milhões e R\$39.146 milhões, respectivamente.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA e EBITDA por segmento

EBITDA

O EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA - Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 156"), conciliada com suas demonstrações financeiras. O EBITDA consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização.

O EBITDA e o EBITDA por segmento não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"). O EBITDA e o EBITDA por segmento não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devem ser considerados como um lucro líquido alternativo, bem como não são substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez. Não poderão também ser considerados para o cálculo de distribuição de dividendos. O EBITDA e o EBITDA por segmento não possuem um significado padrão e podem não serem comparáveis a medidas com títulos semelhantes divulgadas por outras companhias.

A tabela abaixo apresenta a conciliação do EBITDA com os valores das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia.

CONSOLIDADO (Em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em		
	2025	2024	2023
(=) Lucro Líquido	5.057	3.682	4.527
(+) Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	407	1.027	429
(+) Depreciação e Amortização	3.019	2.816	2.560
(+) Resultado Financeiro (Líquido)	5.807	4.992	4.843
(=) EBITDA	14.290	12.517	12.359

Tabela 1: Conciliação do EBITDA do Emissor.

EBITDA por Segmento Operacional

Em seguida, o Emissor apresenta o EBITDA por segmento operacional para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, consolidados com os valores das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia.

Redes

REDES (Em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em		
	2025	2024	2023
(=) Lucro Líquido	5.044	3.733	2.560
(+) Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	279	1.054	302
(+) Depreciação e Amortização	2.328	2.101	1.932
(+) Resultado Financeiro (Líquido)	5.643	4.670	4.354
(=) EBITDA	13.294	1.558	9.148

Renováveis

RENOVÁVEIS (Em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em		
	2025	2024	2023
(=) Lucro Líquido	615	452	2.220
(+) Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	153	(10)	79
(+) Depreciação e Amortização	424	421	373
(+) Resultado Financeiro (Líquido)	57	200	208
(=) EBITDA	1.249	1.063	2.880

Liberalizado

LIBERALIZADOS (Em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em		
	2025	2024	2023
(=) Lucro Líquido	44	136	457
(+) Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	3	14	60
(+) Depreciação e Amortização	39	52	62
(+) Resultado Financeiro (Líquido)	(22)	(15)	30
(=) EBITDA	64	187	609

Outros

OUTROS (Em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em		
	2025	2024	2023
(=) Lucro Líquido	(646)	(639)	(710)
(+) Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	(28)	(31)	(12)
(+) Depreciação e Amortização	228	242	193
(+) Resultado Financeiro (Líquido)	129	137	251
(=) EBITDA	(317)	(291)	(278)

RECONCILIAÇÃO EBITDA CONSOLIDADO (Em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em		
	2025	2024	2023
Redes	13.294	11.558	9.148
Liberalizado	1.249	1.063	2.880
Renováveis	64	187	609
Holding	(317)	(291)	(278)
EBITDA CONSOLIDADO	14.290	12.517	12.359

Endividamento Líquido

O Endividamento Líquido é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras que corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante). O Endividamento Líquido não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

A tabela abaixo apresenta a conciliação do Endividamento Líquido com os valores das demonstrações financeiras auditadas da Companhia:

DÍVIDA LÍQUIDA (Em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em		
	2025	2024	2023
(+) Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não circulante)	57.727	52.600	45.883
(+) Instrumentos financeiros derivativos passivos (Circulante e não circulante)	1.044	693	1.929
(-) Instrumentos financeiros derivativos ativo (Circulante e não circulante)	(455)	(1.688)	(631)
Endividamento bruto	58.316	51.605	47.181
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(8.453)	(7.730)	(7.448)
(-) Títulos e valores mobiliários (Circulante e não circulante)	(1.121)	(655)	(587)
Endividamento líquido	48.742	43.220	39.146

ENDIVIDAMENTO (Em R\$ milhões, exceto índices)	Exercício social encerrado em		
	2025	2024	2023
Resultado Financeiro	5.807	4.992	4.843
EBITDA (12 meses)	14.290	12.517	12.359
EBITDA/Resultado financeiro	2,46	2,51	2,55
Dívida Líquida/EBITDA	3,41	3,45	3,17

ENDIVIDAMENTO (Em R\$ milhões, exceto índices)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Patrimônio líquido	36.584	32.747	30.076
EBITDA (12 meses)	14.290	12.517	12.359
Índice endividamento líquido/endividamento líquido + Patrimônio líquido	0,57	0,57	0,57

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e EBITDA por segmento

O EBITDA e o EBITDA por segmento são apresentados como informações adicionais porque a Companhia acredita se tratar de indicadores importantes de seu desempenho operacional para os investidores. No entanto, nenhuma informação deverá ser considerada isoladamente, como um substituto para o lucro líquido apurado de acordo com as IFRS ou as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou, ainda, como medida da lucratividade da Companhia.

Uma vez que o EBITDA e o EBITDA por segmento não consideram determinados custos e despesas intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os resultados da Companhia, tais como despesas financeiras, impostos, depreciações e amortizações, o uso do EBITDA e EBITDA por segmento apresentam limitações que afetam seu uso como indicador da rentabilidade da Companhia.

Endividamento Líquido

A divulgação de informações sobre o endividamento líquido visa apresentar uma visão geral do endividamento e da posição financeira da Companhia. O endividamento líquido é igual ao somatório do passivo circulante e não circulante de empréstimos e financiamentos (incluindo encargos), debêntures e instrumentos financeiros derivativos, deduzido dos saldos de instrumentos financeiros derivativos contabilizados no ativo circulante e não circulante, diminuído dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de títulos e valores mobiliários contabilizados no ativo circulante e não circulante. O endividamento líquido não é uma medida de desempenho financeiro ou de liquidez segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS. Outras empresas podem calcular o endividamento líquido de maneira diferente da Companhia. Na gestão de nossos negócios, utilizamos o endividamento líquido como forma de avaliar nossa posição financeira. A Companhia entende que essa medida funciona como uma ferramenta importante para comparar, periodicamente, a posição financeira da Companhia, analisar o grau de alavancagem financeira, bem como para embasar determinadas decisões gerenciais, como decisões de investimento e de gestão do fluxo de caixa.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Pagamento de Dividendos

Em 09 de fevereiro de 2026 foi realizado o pagamento aos acionistas de Dividendos Intermediários aprovados na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11/12/2025, no valor de R\$ 984.

Captação de Dívida

Controlada	Natureza	Montante	Vencimento	Data de recebimento
Neoenergia Elektro	Mercado de capitais	R\$ 200	3 anos	09/01/2026
		R\$ 200		09/02/2026

Conforme detalhamento abaixo foi realizado as seguintes captações:

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

A Diretoria Executiva das empresas do Grupo Neoenergia, quanto a destinação dos resultados sociais, levará em consideração, em seu planejamento estratégico, objetivos específicos e mensuráveis que buscam otimizar a rentabilidade e criação de valor para o acionista de forma sustentável considerando a legislação aplicável e princípios de governança corporativa reconhecidos.

	2025	2024
a. Regras sobre retenção de lucros	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") poderão deliberar e reter parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, o Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social") estabelece que (i) 5% do lucro líquido da Companhia será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social; e (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das formadas em exercícios anteriores. A Companhia não possui previsão estatutária de retenção de lucro, com exceção da constituição de reserva legal e reservas previstas em lei.	
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Reserva legal: R\$ 252 milhões Reserva de retenção de lucros: R\$ 3.431 milhões	Reserva legal: R\$ 182 milhões Reserva de retenção de lucros: R\$ 2.513 milhões

a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	73,21%	74,12%
b. Regras sobre distribuição de dividendos	A Política de Dividendos passou a vigorar a partir do IPO, em 01 de julho de 2019. O Estatuto Social da Companhia prevê que (i) o pagamento de 25% do lucro líquido ajustado à título de dividendo mínimo obrigatório após as deduções previstas nas regras sobre retenção de lucros descritos no item 2.7.a, e caso ultrapasse esse montante propor à Assembleia Geral aprovar a destinação do excesso a constituição de reserva de lucro a realizar; e (ii) o valor dos juros, pago ou creditado, a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.429, de 26/12/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais; (ii) que a Companhia poderá levantar balanços semestrais, e o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. A Diretoria Executiva das empresas do GRUPO NEOENERGIA levará em consideração em seu planejamento estratégico, objetivos específicos e mensuráveis que buscam otimizar a rentabilidade e criação de valor para o acionista de forma sustentável considerando a legislação aplicável e princípios de governança corporativa reconhecidos.	
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos da Companhia segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição de lucro líquido uma vez ao ano. Entretanto, nos termos do Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos intermediários e Juros sobre Capital Próprio mais de uma vez ao ano.	
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<u>Financiamento:</u> Os contratos de financiamentos não possuem restrições de pagamentos de dividendos acima do mínimo obrigatório, desde que a companhia esteja adimplente com suas obrigações contratuais. Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Companhia não possui restrições à distribuição de dividendos, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Política de Dividendos vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração da Neoenergia em reunião realizada no dia 26 de outubro de 2017, com eficácia condicionada a realização de oferta pública inicial de ações da Companhia, sendo assim, a nova política passou a vigor e surtir efeito a partir da oferta pública inicial de ações da Companhia realizada em 01 de julho de 2019. A Política completa pode ser consultada no site de relações com investidores da Neoenergia em: https://www.neoenergia.com/pt/politicas-governanca-corporativa ou site da CVM: www.cvm.gov.br	

2.8 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Comentários sobre os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Comentários sobre carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve transações (ativas ou passivas) de natureza material, individualmente ou quando agregadas que não tenham sido registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações contábeis.

ii. Comentários sobre contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

	2027	2028	2029	2030	2031	2032 em diante
Compra de energia	16.666	17.366	17.395	18.546	19.346	115.904

iii. Comentários sobre contratos de construção não terminada

A companhia possui compromissos relacionados a contratos de construção de infraestrutura de longo prazo como segue:

	2027	2028	2029	2030	2031	2032 em diante
Construção de infraestrutura	6.360	6.579	6.251	6.555	6.562	35.080

iv. Comentários sobre contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve transações (ativas ou passivas) de natureza material, individualmente ou quando agregadas que não tenham sido registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações contábeis.

b. Comentários sobre outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve transações que alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens, que não tenham sido registrados nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**a. investimentos, incluindo:****i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

O Grupo Neoenergia encerrou 2025 com investimento total de R\$ 10.098 milhões, montante que compreende todos os investimentos realizados pelas companhias as quais o Grupo Neoenergia consolida. Estão abaixo discriminados os investimentos consolidados gerenciais, separados por segmento nos anos de 2025, 2024 e 2023:

CAPEX Neoenergia (R\$ milhões)	2025	2024	2023
Redes	(9.796)	(9.602)	(8.210)
Renováveis	(237)	(165)	(620)
Liberalizado	(52)	(28)	(59)
Holding	(13)	(15)	(14)
TOTAL	(10.098)	(9.811)	(8.903)

De acordo com os planos de investimentos divulgados por nossa Controladora, a Iberdrola planeja realizar investimentos de aproximadamente EUR 5,0 bilhões no Brasil durante o período de 2025 até 2028.

REDES:**Distribuição**

Os investimentos realizados e projetados pelas distribuidoras do Grupo Neoenergia buscam aprimorar a robustez das suas redes, melhorar a qualidade do fornecimento de energia, reduzir as perdas comerciais e técnicas e atender a expansão vegetativa dos seus mercados, estando desta forma em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo órgão regulador.

Neoenergia Coelba

Em 2025, a NEOENERGIA COELBA investiu um montante de R\$ 3.997.322 mil e investimento direto líquido de R\$ 3.490.846 mil, dos quais R\$ 2.737.472 mil na expansão do sistema elétrico com construção e ampliação de subestações, construção de linhas e ligações de clientes, conforme detalhado na tabela a seguir para 2025, bem como para os anos de 2024 e 2023:

Investimento em R\$ mil Natureza Investimento	2025	2024	2023
Expansão de Rede	(2.737.472)	(2.153.554)	(1.825.396)
Programa Luz para Todos	(337.019)	(320.121)	(366.873)
Novas Ligações	(1.298.236)	(1.133.700)	(957.983)
Novas SE's e RD's	(1.102.216)	(699.748)	(500.572)
Compromisso ECV	(0)	16	-
Renovação de Ativos	(404.295)	(395.599)	(320.252)
Melhoria da Rede	(250.830)	(149.057)	(123.985)
Perdas e Inadimplência	(95.270)	(85.737)	(104.718)
Outros	(378.984)	(232.202)	(158.910)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(130.472)	23.062	(176.687)
(=) Investimento Bruto	(3.997.322)	(2.993.087)	(2.709.948)
SUBVENÇÕES	376.005	145.910	134.362
(=) Investimento Líquido	(3.621.318)	(2.847.177)	(2.575.586)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	130.472	(23.062)	176.687
(=) Investimento Direto Líquido	(3.490.846)	(2.870.240)	(2.398.899)

Neoenergia Pernambuco

Em 2025, a NEOENERGIA PERNAMBUCO investiu um montante de R\$ 1.124.849 mil e investimento direto líquido de R\$ 1.075.660 mil, dos quais R\$ 594.256 mil na expansão do sistema elétrico com construção e ampliação de subestações, construção de linhas e ligações de clientes, conforme detalhado na tabela a seguir para 2025, bem como para os anos de 2024 e 2023:

Investimento em R\$ mil Natureza Investimento	2025	2024	2023
Expansão de Rede	(594.256)	(462.902)	(459.819)
Programa Luz para Todos	-	-	-
Novas Ligações	(455.053)	(345.661)	(331.552)
Novas SE's e RD's	(137.619)	(113.550)	(122.027)
Compromisso ECV	(1.585)	(3.691)	-
Renovação de Ativos	(185.358)	(207.534)	(157.773)
Melhoria da Rede	(79.706)	(58.783)	(58.141)
Perdas e Inadimplência	(118.513)	(112.470)	(86.994)
Outros	(109.919)	(58.794)	(57.897)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(37.095)	13.699	(26.607)
(=) Investimento Bruto	(1.124.849)	(886.784)	(847.231)
SUBVENÇÕES	12.093	19.774	16.831
(=) Investimento Líquido	(1.112.756)	(867.010)	(830.401)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	37.095	(13.699)	26.607
(=) Investimento Direto Líquido	(1.075.660)	(880.709)	(803.794)

Neoenergia Cosern

Em 2025, a NEOENERGIA COSERN investiu um montante de R\$ 590.724 mil e investimento direto líquido de R\$ 536.606 mil, sendo R\$ 345.259 mil na expansão do sistema elétrico com construção e ampliação de subestações, construção de linhas e ligações de clientes, conforme detalhado na tabela a seguir para 2025, bem como para os anos de 2024 e 2023:

Investimento em R\$ mil Natureza Investimento	2025	2024	2023
Expansão de Rede	(345.259)	(242.540)	(230.943)
Programa Luz para Todos	-	-	-
Novas Ligações	(204.076)	(151.587)	(147.524)
Novas SE's e RD's	(141.184)	(90.953)	(83.419)
Compromisso ECV	-	-	-
Renovação de Ativos	(74.319)	(90.955)	(75.369)
Melhoria da Rede	(67.201)	(42.262)	(54.013)
Perdas e Inadimplência	(11.261)	(14.019)	(19.055)
Outros	(62.100)	(44.829)	(39.139)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(30.584)	(25.096)	(6.914)
(=) Investimento Bruto	(590.724)	(459.701)	(425.433)
SUBVENÇÕES	23.534	10.095	5.446
(=) Investimento Líquido	(567.190)	(449.606)	(419.987)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	30.584	25.096	6.914
(=) Investimento Direto Líquido	(536.606)	(424.510)	(413.073)

Neoenergia Elektro

Em 2025, a NEOENERGIA Elektro investiu um montante de R\$ 1.182.463 mil e investimento direto líquido de R\$ 1.057.536 mil, sendo R\$ 686.835 mil na expansão do sistema elétrico com construção e ampliação de subestações, construção de linhas e ligações de clientes, conforme detalhado na tabela a seguir para 2025, bem como para os anos de 2024 e 2023:

Investimento em R\$ mil Natureza Investimento	2025	2024	2023
Expansão de Rede	(686.835)	(626.605)	(502.520)
Programa Luz para Todos	-	-	-
Novas Ligações	(483.686)	(397.319)	(329.004)
Novas SE's e RD's	(203.149)	(229.286)	(173.341)
Compromisso ECV	-	-	-
Renovação de Ativos	(175.900)	(187.325)	(197.660)
Melhoria da Rede	(90.570)	(114.494)	(99.906)
Perdas e Inadimplência	(9.563)	(11.383)	(18.246)
Outros	(178.630)	(120.212)	(108.213)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(40.965)	(5.086)	(67.590)
(=) Investimento Bruto	(1.182.463)	(1.065.106)	(994.135)
SUBVENÇÕES	83.962	42.346	65.989
(=) Investimento Líquido	(1.098.501)	(1.022.760)	(928.146)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	40.965	5.086	67.590
(=) Investimento Direto Líquido	(1.057.536)	(1.017.675)	(860.556)

Neoenergia Brasília

A Neoenergia Brasília foi incorporada ao Grupo em 02 de março de 2021 e a partir desta data os resultados foram 100% consolidados. Na Neoenergia Brasília avançamos no plano plurianual de investimentos para a Distribuidora, com foco na padronização, melhoria da qualidade do serviço e atendimento dos clientes do Distrito Federal.

Em 2025, a NEOENERGIA Brasília investiu um montante de R\$ 409.398 mil e investimento direto líquido de R\$ 363.435 mil, sendo R\$ 112.697 mil na expansão do sistema elétrico com construção e ampliação de subestações, construção de linhas e ligações de clientes, conforme detalhado na tabela a seguir para 2025, bem como para os anos de 2024 e 2023:

Investimento em R\$ mil Natureza Investimento	2025	2024	2023
Expansão de Rede	(112.697)	(75.490)	(90.499)
Programa Luz para Todos	-	-	-
Novas Ligações	(52.446)	(33.742)	(44.110)
Novas SE's e RD's	(60.251)	(41.747)	(46.389)
Compromisso ECV	-	-	-
Renovação de Ativos	(93.239)	(60.801)	(57.171)
Melhoria da Rede	(56.836)	(39.077)	(51.256)
Perdas e Inadimplência	(37.367)	(18.134)	(13.351)
Outros	(76.527)	(100.688)	(52.478)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(32.732)	(81)	9.633
(=) Investimento Bruto	(409.398)	(294.269)	(255.122)
SUBVENÇÕES	13.232	18.883	16.655
(=) Investimento Líquido	(396.167)	(275.386)	(238.467)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	32.732	81	(9.633)
(=) Investimento Direto Líquido	(363.435)	(275.305)	(248.100)

Transmissão:

A Neoenergia atua no segmento de transmissão, que compreende a operação e manutenção de linhas de transmissão e de subestações em tensão igual ou superior a 230 kV e que, portanto, fazem parte do SIN - Sistema Interligado Nacional. A remuneração destes ativos se dá por meio de Receitas Anuais Permitidas - RAP resultante dos Leilões de Transmissão (projetos greenfield) e/ou de resoluções autorizativas (reforços em instalações existentes) arrecadadas junto aos os usuários do sistema, tanto geração como carga.

No 4T25, estavam em operação dezesseis ativos de transmissão (Afluentes T, Narandiba, Potiguar Sul, Atibaia, Biguaçu, Sobral, Dourados, Jalapão, Santa Luzia, Rio Formoso, Estreito, Paraíso, Itabapoana Trechos 2, 3, 4 e 5 de Lagoa dos Patos, Trecho 2 e 4 de Vale do Itajaí, Trecho 3,4 e 5 de Morro do Chapéu e Trecho 4 de Alto do Paranaíba).

No segmento de transmissão, a entrega dos trechos de Lagoa dos Patos (T2: LT 525kV Povo Novo- Guaíba 3 C3, T3: LT 230kV Livramento 3 – Santa Maria 3 C2, T4: SE 525kV Marmeleiro – Compensador Síncrono, T5: SE 230kV Livramento 3 – Compensador Síncrono) e Vale do Itajaí (T4:LT 230kV Rio do Sul – Indaial CD, LT 230kV Indaial Gaspar 2 CD, e SE 230/138kV Indaial), totalizaram uma Receita Anual Permitida (RAP) adicional de R\$ 90 milhões.

Afluentes T

A Afluentes T é composta por 3 subestações próprias denominadas Tomba, Brumado II e Itagibá, e por ativos instalados nas Subestações de Funil, Ford, Pólo e Camaçari IV e das linhas de transmissão 230kV: Funil-Itagibá C1, Pólo-Ford C1/C2, Camaçari IV-Polo C1/C2, Governador Mangabeira-Tomba C1/C2 e Funil/Poções II C1, Brumado II - Poções II C1, Poções II - Itagibá C1. Os ativos de transmissão da Afluentes T, que integram a Rede Básica, se localizam no Estado da Bahia e totalizam potência instalada de 600 MVA, sendo 400 MVA na SE Tomba, em Feira de Santana, e 200 MVA na SE Brumado II, município do mesmo nome. As linhas de transmissão têm uma extensão total de 484,4 Km e estão localizadas no Estado da Bahia.

Narandiba S.A.

A SE Narandiba S.A. é composta por três subestações licitadas pelo Poder Concedente: a SE 230/69kV Narandiba, situada na cidade de Salvador/BA, cuja capacidade instalada foi ampliada de 200 MVA para 400 MVA, por meio da implantação de mais dois transformadores trifásico 230/69kV, 100 MVA cada, e pelas subestações, Brumado II 230/138kV, também no estado da Bahia com ampliada de 100 MVA para 200 MVA, por meio da implantação de mais um transformador trifásico 230/138 kV, 100 MVA, e Extremoz II 230/69kV, no Rio Grande do Norte com capacidade de 300 MVA.

Potiguar Sul

A Potiguar Sul foi criada após a Neoenergia lograr-se vencedora do Lote G do leilão de transmissão da ANEEL 001/2013. O Projeto consiste na construção, operação e manutenção do circuito 2 da Linha de Transmissão de 500kV com conexão nas subestações Campina Grande III, na Paraíba e Ceará-Mirim II-C2, no Rio Grande do Norte, totalizando aproximadamente 190 km de linha e passando por 25 municípios.

Sua finalidade é escoar a geração eólica proveniente do leilão de energia de reserva de fonte alternativa de 2011, localizados no Rio Grande do Norte. Este empreendimento entrou em operação comercial em 07 de novembro de 2016.

Demais ativos e projetos

No Leilão para concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 02/2019, realizado em 19 de dezembro de 2019, o Grupo Neoenergia arrematou o lote 9, localizado na Bahia, que compreende 1 linha de transmissão de 210 km de extensão e 2 subestações.

Ainda em dezembro de 2019, a Neoenergia concluiu – com antecedência de 14 meses em relação ao Prazo Contratual Aneel (fevereiro de 2021) – a construção da Subestação de Fernão Dias, referente ao lote 20 do leilão nº 05/2016 de abril de 2017 (Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.). O empreendimento, que está localizado no estado de São Paulo, realizou CAPEX 38% inferior ao investimento de R\$141 milhões estimado originalmente pela Aneel e contou com parte do financiamento proveniente da debênture verde emitida pela Neoenergia no primeiro semestre de 2019, de R\$ 1,3 bilhão em duas séries, uma de 10 anos (IPCA+4,07%) e outra de 14 anos (IPCA+4,22%).

Em janeiro de 2020, foi concluída a Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A. (SE 500/230 kV Sobral III - Compensador Estático 500 kV), localizada no estado do Ceará, com antecedência de 13 meses em relação ao Prazo Contratual Aneel (fevereiro de 2021). O empreendimento, que é referente ao Lote 27 do leilão de transmissão nº 05/2016 de abril de 2017, realizou CAPEX 33% inferior ao investimento de R\$ 117 milhões estimado originalmente pela Aneel.

Em julho de 2020, foi concluída a Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. (SE Biguaçu - Compensador Estático 525 kV), localizada no estado de Santa Catarina, com antecedência de 7 meses em relação ao Prazo Contratual Aneel (fevereiro de 2021). O empreendimento, que é referente ao Lote 22 do leilão de transmissão nº 05/2016 de abril de 2017, realizou CAPEX 27% inferior ao investimento de R\$ 121 milhões estimado originalmente pela Aneel.

Ainda em 2020, foram entregues 3 de 6 trechos de Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A (Lote 4 do Leilão de Abril/2017), de modo que o empreendimento já conta com 52% da RAP do projeto e 361 km de extensão de linha (equivalente a 63% do total das linhas do lote): LT Nova Porto Primavera - Rio Brilhante (147 km), foi entregue em julho de 2020 com 25 meses de antecedência em relação ao prazo Aneel (agosto de 2022). Em dezembro de 2020 foram entregues a LT Rio Brilhante – Campo Grande (149 km) e a LT 230 kV Nova Porto Primavera – Ivinhema (65 km), ambas com antecipação de 20 meses em relação ao prazo Aneel.

Para encerrar o ano de 2020, em 17 de dezembro de 2020, no Leilão para Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 01/2020, o Grupo Neoenergia arrematou o lote 2, localizado nos estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, que compreende 4 linhas de transmissão, totalizando 1.091 km de extensão, 1 nova subestação própria e 4 ampliações de subestação. O prazo máximo para construção das obras é de 60 meses.

Em 2021, foram entregues mais 3 trechos da Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.: a LT 230 kV Campo Grande 2 – Imbirussu C2 (57,3 km), em abril de 2021 com antecedência de 16 meses em relação ao prazo ANEEL, a LT 230 kV Dourados 2 - Rio Brilhante C1 (122 km) e a LT 230 kV Dourados - Dourados 2 C2 (48,2 km) foram entregues em agosto de 2021 com antecedência de 12 meses em relação ao prazo contratual Aneel. Também em 2021, foi concluída a Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A., localizada no estado da Paraíba e Ceará: a Subestação 500 kV Santa Luzia II entrou em operação em junho

de 2021, com antecipação de quase 21 meses em relação ao prazo contratual Aneel (março de 2023) e a LT 500 kV Santa Luzia II - Campina Grande III C1 (125 km), em julho de 2021, com antecedência de 20 meses e a LT 500 kV Santa Luzia II – Milagres II C1 (220 km), em novembro de 2021, com antecedência de 16 meses. Também em 2021, uma das funções da Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A. entrou em operação, a LT 500 kV Gilbués II – Miracema C-3 (418 km), em dezembro de 2021, com antecedência de 15 meses em relação ao prazo contratual Aneel (março de 2023).

Para encerrar 2021, em 17 de dezembro de 2021, no Leilão para Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 02/2021, o Grupo Neoenergia arrematou o lote 4, localizado no estado de Minas Gerais, composto pela Subestação 500 kV Estreito – 3 compensadores síncronos (-300/+300 Mvar), com um lance de R\$ 37,1 milhões e deságio de 58,63%, perante uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 89,7 milhões. O investimento estimado é de cerca de R\$ 661 milhões. O prazo máximo para construção é até março de 2026.

Em janeiro de 2022, entrou em operação comercial a linha de Jalapão (lote 4 do Leilão de dez/17). A linha, LT 500 kV Miracema –Gilbués II –Barreiras II, conta com 728 km de extensão, é a maior linha em operação da Neoenergia, passando pelos estados de Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia. O Lote de Jalapão conta com uma RAP anualizada total de R\$ 173 milhões e foi entregue com antecipação de 15 meses e um saving de Capex 34%, ambos em relação ao estimado pela Aneel.

Em 30 de junho de 2022, foi realizado o Leilão de Transmissão nº 1/2022 com 13 lotes licitados e deságio médio de 46,16%. A Neoenergia arrematou 2 lotes: (i) Lote 2: relativo à implantação de subestação e linhas de transmissão nos estados de Minas Gerais e São Paulo, com valor ofertado de R\$ 360 milhões (deságio de 50%), investimento estimado em R\$ 4,94 bilhões e prazo de conclusão de 60 meses; (ii) Lote 11: subestação e linhas de transmissão no estado do Mato Grosso do Sul, com valor ofertado de R\$ 38,2 milhões (deságio de 45,74%), investimento estimado em R\$ 500 milhões e prazo de conclusão de 48 meses. A homologação do leilão pela ANEEL ocorreu no dia 23 de agosto e a assinatura dos contratos de concessão no dia 3 de outubro.

Em janeiro de 2023 também entrou em operação a linha de Rio Formoso. Energizado em dezembro de 2022, com liberação de RAP em 2023, o lote foi entregue com 25% de saving de Capex frente ao sinalizado pela Aneel e antecipação de 14 meses do prazo regulatório, confirmando mais uma vez a capacidade de execução da Neoenergia.

Em setembro de 2023, ocorreu closing da operação de venda de participação societária de 50% em oito ativos de transmissão em operação (Jalapão, Santa Luzia, Dourados, Atibaia, Biguaçu, Sobral, Narandiba e Rio Formoso) para o GIC, com entrada de R\$ 1,1 bilhão de caixa, no 3T23.

Em 2025, o Capex das transmissoras foi de R\$ 3,3 bilhões, 21% abaixo do realizado em 2024, integralmente dedicado à construção das linhas e subestações dos lotes adquiridos nos leilões.

Leilão	Lote	Nome	Localização	Extensão (Km)	Subestação	RAP* (R\$ MM)	Entrada em Operação	Fim da Concessão	Status
-	-	Afluente T	BA	489	3 subestações	73	1990	Ago/27	Concluída TLT em 1990 e a última em 2016
Leilão Jun/08	E	Narandiba ¹	BA	-	1 subestação	16	Jun/11	Jan/29	Concluída em jun/11
Leilão Jun/11	G	Extremoz II	BA	-	1 subestação	5	Set/14	Mar/42	Concluída em set/14
Leilão Mar/12	D	Brumado II	RN	-	1 subestação	6	Jul/15	Ago/42	Concluída em jul/15
Leilão Jan/13	G	Poitugar Sul	RN/PB	130	-	33	Nov/16	Ago/43	Concluída em nov/16
Leilão Abr/17	4	Dourados	MS	581	1 subestação	92	Ago/21	Ago/47	Concluída em ago/21
	20	Atibaia	SP	-	1 subestação	19	Dez/19	Ago/47	Concluída em dez/19
	22	Biguaçu	SC	-	1 subestação	18	Jul/20	Ago/47	Concluída em jul/20
	27	Sobral	CE	-	1 subestação	17	Jan/20	Ago/47	Concluída em jan/20
Leilão Dez/17	6	Santa Luzia	CE/PB	345	1 subestação	79	Nov/21	Mar/48	Concluída em nov/21
	4	Jalapão	BA/TO/PI/MA	728	-	173	Jan/22	Mar/48	Concluído em jan/22
Leilão Dez/18	1	Vale do Itajaí	SC/PR	1037	5 subestações	247	Mar/24	Mar/49	Em construção
	2	Guanabara	RJ	656	2 subestações	149	Mar/24	Mar/49	Em construção
	3	Itabapoana	RJ/MG/ES	478	-	88	Mar/24	Mar/49	Em construção
	14	Lagoa dos Patos	RS/SC	769	2 subestações	154	Mar/24	Mar/49	4 trechos Concluídos, 1 trecho em Construção e 1 trecho paralisado
Leilão Dez/19	9	Rio Formoso	BA	210	2 subestações	23	Jan/23	Mar/50	Concluída em Jan/23
Leilão Dez/20	2	Morro do Chapéu	BA/MG/ES	1091	1 subestação	192	Mar/26	Mar/51	Em construção
Leilão Dez/21	2	Estreito	MG	-	1 subestação	41	Mar/26	Mar/52	Em construção
Leilão Jun/22	2	Alto Paranaíba	SP/MG	1707	1 subestação	360	set/27	set/52	Em elaboração projetos executivos, obtenção de licenças e liberação fundiária
Leilão Jun/22	11	Paraíso	MS	231	1 subestação	38	set/26	set/52	Em construção

* Afluente T veio de um processo de desverticalização da Coelba.

¹ Narandiba é formada por 3 subestações: SE Narandiba, SE Extremoz II e SE Brumado II.

² Circuito Duplo.

³ RAP aprovada (2023-24).

NOTA: Afluente T foi oriunda do processo de desverticalização da Neoenergia Coelba.

¹ Narandiba é formada por 3 subestações: SE Narandiba, SE Extremoz II e SE Brumado II.

² RAP homologada (Ciclo 2023-2024) após Despacho nº 4.675/2023.

O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. Nos últimos cinco anos, as transmissoras do grupo estiveram com disponibilidade acima do limite superior definido pelo ONS, conforme tabela acima.

LIBERALIZADOS:

Investimento por Negócio (R\$ mil)	2025	2024	2023
Liberalizado	(51.921)	(28.031)	(59.391)
Geração Termica	(23.730)	(4.803)	(39.452)
Comercialização	(28.191)	(23.229)	(19.939)

Usina Termelétrica

O Grupo Neoenergia atua no segmento de geração termelétrica por meio de Termopernambuco, planta convencional de geração de ciclo combinado de energia a gás, com capacidade instalada de 550 MW e garantia física de 38,8 MW médios, sua autorização vence em 2030.

A Termopernambuco, sagrou-se vencedora do Leilão de Reserva de Capacidade em dezembro de 2021, onde foi vendida toda sua capacidade disponível, de 498 MW, ao preço da potência R\$ 487.412,70 MW/ano, com início de fornecimento em 1º de julho de 2026, assegurando a receita fixa de potência de R\$ 207 milhões por ano. O contrato tem vigência de 15 anos.

Em 2024 a Termope assinou o termo aditivo para antecipação do Contrato de Reserva Capacidade – CRCAP, decorrente do Leilão de Reserva de Capacidade de 2021, mantendo todas as condições ofertadas no certame, mas antecipando o fornecimento para 03 de outubro de 2024.

No ano de 2025 a Termopernambuco gerou 23 GWh de energia, enquanto no ano anterior a geração foi de 87 GWh.

A Termopernambuco realizou investimentos no montante de R\$ 23,7 milhões em 2025, R\$ 18,9 milhões acima do realizado em 2024, de acordo com seu cronograma de manutenções.

RENOVÁVEIS:

Investimento por Negócio (R\$ mil)	2025	2024	2023
Renováveis	(236.912)	(165.440)	(619.737)
Hidrelétricas	(57.150)	(65.899)	(40.086)
Eólicas	(179.763)	(99.542)	(579.651)

Usinas Hidrelétricas

O Grupo Neoenergia está presente no segmento de geração hídrica, por meio de 4 usinas hidrelétricas. Em 2025, foram realizados investimentos de R\$ 57 milhões, frente ao valor de R\$ 66 milhões em 2023.

Hidrelétricas em operação	Participação Neoenergia (Direta e Indireta)	Estado	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW)	Data da Concessão	Fim da Concessão
						Autorização	
UHE Itapebi	100%	BA	Rio Jequitinhonha	462,0	202,1	28/05/1999	15/05/2039
UHE Corumbá III	70%	GO	Rio Corumbá	96,5	47	07/11/2001	22/04/2040
UHE Dardanelos - Águas da Pedra	100%	MT	Rio Aripuanã	261,0	147,2	03/07/2007	12/12/2049
Belo Monte	10%	PA	Rio Xingu	11.233,1	4571	26/08/2010	10/07/2046

UHE Belo Monte

A Neoenergia possui 10% de participação na Norte Energia, controladora da UHE Belo Monte, por meio da SPE Belo Monte Participações S.A.

O empreendimento conta com 18 UGs de 611,11 MW na Casa de Força Principal (11.000 MW) e outras 6 UGs de 38,85 MW na Casa de Força Complementar (233,1 MW). Já com 100% da sua garantia física é possível acessar 100% da receita proveniente do ACR. Em 2019 Belo Monte passou a operar em sua totalidade.

Parques Eólicos

A Companhia encerrou o 2025 com 44 parques eólicos em operação, com capacidade instalada de 1.554 MW e 2 parques solares (Complexo Solar Luzia), com capacidade instalada de 149 MWp.

O portfólio de ativos eólicos e solares de 1,7 GW possui 48% destinados ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 52% ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), alinhado com a estratégia de posicionamento na liberalização do mercado de energia brasileiro.

Os investimentos realizados nos parques eólicos somaram R\$ 180 milhões em 2025, 81% acima de 2024, em função, principalmente de manutenções corretivas em Chafariz.

Eólicas em operação	Participação Neoenergia (Direta e Indireta)	Estado	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW)	Data da Concessão	Fim da Concessão
EOL Caetité 1	100%	BA	Caetité	30,0	13,0	29/10/2012	28/10/2042
EOL Caetité 2	100%	BA	Caetité	30,0	14,7	07/02/2011	06/02/2046
EOL Caetité 3	100%	BA	Caetité	30,0	11,2	24/02/2011	23/02/2046
EOL Calango 1	100%	RN	Bodó e Santana do Mato	30,0	13,9	28/04/2011	27/04/2046
EOL Calango 3	100%	RN	Bodó, Santana do Mato e Lagoa Nova	30,0	13,9	30/05/2011	29/05/2046
EOL Rio do Fogo (ENERBRASIL)	100%	RN	Rio do Fogo	49,3	17,9	19/12/2001	18/12/2031
EOL Arizona 1	100%	RN	Rio do Fogo	28,0	12,9	04/03/2011	03/03/2046
EOL Mel 2	100%	RN	Areia Branca	20,0	8,8	28/02/2011	27/02/2046
EOL Calango 6	100%	RN	Bodó e Cerro Corá	30,0	18,5	20/11/2014	19/11/2049
EOL Santana 1	100%	RN	Bodó, Lagoa Nova e Cerro Corá	30,0	17,3	14/11/2014	13/11/2049
EOL Santana 2	100%	RN	Bodó e Lagoa Nova	24,0	13,1	14/11/2014	13/11/2049
EOL Calango 2	100%	RN	Bodó	30,0	12,8	09/05/2011	08/05/2046
EOL Calango 4	100%	RN	Bodó	30,0	13,5	19/05/2011	18/05/2046
EOL Calango 5	100%	RN	Bodó	30,0	13,7	02/06/2011	01/06/2046
EOL Canoas	100%	PB	São José do Sabugi e Junco do Seridó	31,5	17,7	04/08/2015	03/08/2050
EOL Lagoa 2	100%	PB	São José do Sabugi e Santa Luzia	31,5	15,6	04/08/2015	03/08/2050
EOL Lagoa 1	100%	PB	São José do Sabugi e Santa Luzia	31,5	16,3	04/08/2015	03/08/2050
Complexo Chafariz	100%	PB	São José do Sabugi, Santa Luzia, Areia de Baraúnas e São Mamede	471,2	232,9	Entre 21/06/2018 e 05/02/2019	Entre 20/06/2053 e 04/02/2054
Chafariz 1	100%	PB	Santa Luzia	34,7	18,2	21/06/2018	20/06/2053
Chafariz 2	100%	PB	Santa Luzia	34,7	17,4	21/06/2018	20/06/2053
Chafariz 3	100%	PB	Santa Luzia	34,7	17,8	21/06/2018	20/06/2053
Chafariz 4	100%	PB	Santa Luzia e Areia de Baraúnas	34,7	17,8	05/02/2019	04/02/2054
Chafariz 5	100%	PB	Santa Luzia	34,7	16,6	05/02/2019	04/02/2054
Chafariz 6	100%	PB	Santa Luzia	31,2	15,2	21/06/2018	20/06/2053
Chafariz 7	100%	PB	Santa Luzia	34,7	18,3	21/06/2018	20/06/2053
Lagoa 3	100%	PB	São José do Sabugi	34,7	17,2	26/06/2018	25/06/2053
Lagoa 4	100%	PB	São José do Sabugi e Santa Luzia	20,8	10,2	26/06/2018	25/06/2053
Canoas 2	100%	PB	São José do Sabugi e Santa Luzia	34,7	16,3	26/06/2018	25/06/2053
Canoas 3	100%	PB	São José do Sabugi e Santa Luzia	34,7	16,8	05/02/2019	04/02/2054
Canoas 4	100%	PB	São José do Sabugi	34,7	16,5	26/06/2018	25/06/2053
Ventos De Arapuá 1	100%	PB	Areia de Baraúnas	24,3	11,6	05/02/2019	04/02/2054
Ventos De Arapuá 2	100%	PB	Areia de Baraúnas, São Mamede e Santa Luzia	34,7	17,2	05/02/2019	04/02/2054
Ventos De Arapuá 3	100%	PB	Areia de Baraúnas e São Mamede	13,9	5,8	05/02/2019	04/02/2054
Complexo Oitis	98,81%	PI/BA	Dom Inocêncio e Casa Nova	566,5	274,1	Entre 29/11/2019 e 24/12/2019	Entre 28/11/2054 e 23/12/2054
Oitis 1	100%	PI	Dom Inocêncio	49,5	26,1	29/11/2019	28/11/2054
Oitis 2	97%	PI/BA	Dom Inocêncio	27,5	14,3	24/12/2019	23/12/2054
Oitis 3	94%	PI/BA	Dom Inocêncio	49,5	24,4	24/12/2019	23/12/2054
Oitis 4	93%	PI/BA	Dom Inocêncio	49,5	24,0	24/12/2019	23/12/2054
Oitis 5	94%	PI/BA	Dom Inocêncio	49,5	23,8	24/12/2019	23/12/2054
Oitis 6	95%	PI/BA	Dom Inocêncio	49,5	24,3	24/12/2019	23/12/2054
Oitis 7	94%	PI/BA	Dom Inocêncio	49,5	25,6	24/12/2019	23/12/2054
Oitis 8	100%	PI	Dom Inocêncio	49,5	25,5	29/11/2019	28/11/2054
Oitis 21	100%	PI/BA	Casa Nova	44,0	20,8	24/12/2019	23/12/2054
Oitis 22	100%	PI/BA	Casa Nova	49,5	22,2	24/12/2019	23/12/2054
Oitis 9	100%	PI/BA	Dom Inocêncio	49,5	21,9	24/12/2019	23/12/2054
Oitis 10	100%	PI/BA	Dom Inocêncio	49,5	21,2	24/12/2019	23/12/2054

Fotovoltaicas em operação	Participação Neoenergia (Direta e Indireta)	Estado	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW)	Data da Concessão	Fim da Concessão
LUZIA 2	100%	PB	Santa Luzia	74,7	17,3	29/05/2020	29/05/2055
LUZIA 3	100%	PB	Santa Luzia	74,7	17,3	29/05/2020	29/05/2055

Complexo eólico com capacidade instalada de 84MW, formado pelos parques eólicos Calango 6, Santana 1 e Santana 2, produto do 19º Leilão de Energia Nova (A-3) de 2014. Esses parques estão em operação comercial desde dezembro de 2016.

Lagoa 1

Complexo eólico com capacidade instalada de 94,5 MW, formado pelos parques eólicos Lagoa 1, Lagoa 2 e Canoas, produto do 20º Leilão de Energia Nova (A-5) de 2014. Os parques Lagoa 2 e Canoas entraram em operação comercial em setembro de 2017 e o parque Lagoa 1 em novembro de 2017, todos em data anterior ao compromisso firmado no mercado regulado (01 de janeiro de 2019). De 01 de outubro de 2017 até o início do contrato no ambiente regulado, toda a energia destes parques foi comercializada por contrato bilateral com a NC Energia.

Usinas Solares

A Neoenergia anunciou em dezembro de 2020 o projeto solar Luzia na Paraíba, que compreende 2 usinas solares-fotovoltaicas (UFV Luzia 2 e UFV Luzia 3), com total de 149MWp. Toda a sua energia está destinada ao ACL, sendo que 100% já está vendida em 2026.

Associação Complexo Eólico Chafariz e UFVs Luzia 2 e 3

Devido à sinergia e complementariedade com o Complexo eólico Chafariz, foi solicitada à ANEEL a associação entre as UFV Luzia 2 e 3 e as 15 usinas eólicas do Complexo Chafariz. Em setembro de 2022, a ANEEL publicou despacho aprovando a referida associação.

Devido à Associação, as UFV Luzia 2 e 3, por serem 100% complementares ao Complexo EOL Chafariz, não ensejaram a necessidade de contratação adicional de montante de uso da rede em relação ao montante já contratado pelo Complexo Eólico Chafariz, assegurando diminuição de custos no uso da rede, eficiência nas instalações e a melhoria na rentabilidade dos projetos.

Fotovoltaicas em operação	Participação Neoenergia (Direta e Indireta)	Estado	Localidade	Capacidade Instalada (MWp)	Energia Assegurada (MWm)	Data da Concessão	Fim da Concessão
LUZIA 2	100%	PB	Santa Luzia	74,65	17,3	29/05/2020	29/05/2055
LUZIA 3	100%	PB	Santa Luzia	74,65	17,3	29/05/2020	29/05/2055

Nota: O Complexo Solar Luzia entrou completamente em operação comercial em 2023.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Em junho de 2023, a Neoenergia contratou um financiamento junto ao Instituto de Crédito Oficial (ICO), da Espanha, no valor total de USD 100 milhões (BRL 475 milhões), sendo este contrato um *Super Green Loan* com a finalidade principal de aportar recursos na transmissora Neoenergia Morro do Chapéu Transmissora. O montante foi totalmente desembolsado no mês de julho de 2023. Este foi o terceiro *Super Green Loan* do Grupo Neoenergia, e o primeiro com lastro em um projeto de transmissão no Brasil.

Em 2024 a Holding Neoenergia não firmou novos contratos de financiamentos junto a bancos de desenvolvimento ou agências multilaterais.

Em 2025 a Holding Neoenergia não firmou novos contratos de financiamentos junto a bancos de desenvolvimento ou agências multilaterais.

REDES

Distribuição

As distribuidoras financiam seus investimentos através do mercado de capitais doméstico, contratos bilaterais com bancos comerciais nacionais e estrangeiros e via financiamento de bancos de desenvolvimento e agências multilaterais. As principais operações foram detalhadas nos itens 10.1. f e 10.1.g.

Transmissão

Para financiar os projetos arrematados nos Leilões de Transmissão de 2020 e 2021 foram utilizadas prioritariamente fontes de fomento e mercado de capitais. Para os projetos arrematados no Leilão de 2022, serão utilizadas fontes de fomento nacionais, e mercado de capitais. Em dezembro de 2023, a companhia possuía linhas de financiamento asseguradas junto ao BNDES, BNB, BB e BASA em montante total aproximado de R\$ 3,8 bilhões destinadas exclusivamente a seus ativos de transmissão. Outros financiamentos serão contratados, dentro do cronograma previsto para cada projeto, conforme seu estágio. Em 2022 a Neoenergia logrou o reconhecimento de empréstimo verde para três das operações de financiamento firmadas com BNDES para suas transmissoras: Neoenergia Vale do Itajaí em abril de 2022, Neoenergia Dourados e Neoenergia Santa Luzia em setembro de 2022.

A Neoenergia Itabapoana em mar/20 realizou sua primeira emissão de Debêntures via ICVM 476 e nos termos do artigo 2º da Lei 12.431, no volume total de R\$ 300 milhões com prazo de 25 anos.

As debêntures foram classificadas como verdes através do Parecer de Segunda Opinião da Sitawi com base nas diretrizes do Green Bond Principles. Os recursos obtidos através da operação foram destinados para o projeto de transmissão de energia elétrica, correspondente ao Lote 3 do Leilão nº 04/2018-ANEEL, considerado como prioritário através da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 82 de 01/04/2019.

De 2021 à 2023, as transmissoras captaram R\$ 7,6 bilhões, sendo R\$ 1,7 bilhão em Neoenergia Guanabara, R\$ 373 milhões em Neoenergia Itabapoana, R\$ 1,6 bilhões em Neoenergia Lagoa dos Patos, R\$ 2,1 bilhões em Neoenergia Vale do Itajaí, R\$ 900 milhões em Neoenergia Morro do Chapéu, 200 milhões em Paraíso, R\$ 200 milhões em Estreito e R\$ 550 milhões em Alto Paranaíba. Parte dos recursos são empréstimos pontes de curto prazo e parte já são contratos de longo prazo.

Em 2024, as transmissoras captaram R\$ 4,5 bilhões, sendo (i) R\$ 880 milhões em 4131: Neoenergia Lagoa dos Patos – R\$ 350 milhões; Neoenergia Morro do Chapéu – R\$ 500 milhões e Afluente T – R\$ 30 milhões. (ii) R\$ 2,7 bilhões em mercado de capitais: EKT9 – R\$ 2,1 bilhões; Neoenergia Atibaia – R\$ 82 milhões; Neoenergia Biguaçu – R\$ 80 milhões e Neoenergia Morro do Chapéu – R\$ 432 milhões; (iii) R\$ 972 milhões junto ao BNDES: Neoenergia Morro do Chapéu – R\$ 950 milhões e Neoenergia Itabapoana – R\$ 22 milhões. Em 2025, as transmissoras captaram R\$ 1,1 bilhão, sendo (i) R\$ 105 milhões junto ao BNB para Alto Paranaíba; (ii) R\$ 209 milhões junto ao BNDES: Neoenergia Guanabara – R\$ 93 milhões, Neoenergia Morro do Chapéu – R\$ 50 milhões, Neoenergia Vale do Itajaí – R\$ 66 milhões; (iii) R\$ 830 milhões em empréstimos pontes: Neoenergia Lagoa dos Patos – R\$ 400 milhões, Neoenergia Alto Paranaíba – R\$ 300 milhões, Neoenergia Estreito – R\$ 80 milhões, Neoenergia Paraíso – R\$ 50 milhões.

RENOVÁVEIS

Usinas Hidrelétricas

Belo Monte Participações

A Belo Monte Participações, detentora de 10% do consórcio Norte Energia, é responsável pela construção e operação da UHE Belo Monte.

A construção da usina foi concluída com a entrada em operação comercial da 18ª turbina em novembro de 2019. O projeto conta com financiamento estruturado através de 4 contratos: (i) Contrato de Financiamento Direto celebrado entre a Norte Energia S.A. e o BNDES, sendo o valor do crédito de R\$ 9,8 bilhões, no qual a Belo Monte Participações S.A. figura como interveniente; (ii) Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos com a Caixa Econômica Federal e o BTG Pactual, celebrado pela Norte Energia S.A. no valor

de R\$ 9 bilhões, no qual a Belo Monte Participações S.A. figura como interveniente; (iii) adicionalmente, a Norte Energia S.A. celebrou um Contrato de Financiamento na modalidade BNDES PSI (Programa BNDES de Sustentação do Investimento), no montante de R\$ 3,7 bilhões, sendo este crédito destinado à aquisição de máquinas e equipamentos para implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, (iv) Em 15.05.2020, a Norte Energia realizou a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única. As debêntures foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Lei de Mercado de Capitais, da Instrução CVM 476/09 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação em relação à totalidade dos papéis. A emissão contou com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários, no montante bruto total de R\$700.000.000,00. O restante do investimento foi suprido por meio de geração de caixa do próprio empreendimento e aportes de capital dos acionistas.

Geração Céu Azul

A Geração Céu Azul, sociedade de propósito específico controlada 100% pela Neoenergia, faz parte do Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu - CEBI, com participação de 70% da SPE Geração Céu Azul e 30% da Copel Geração e Transmissão. A Geração Céu Azul, contou com financiamento de R\$ 600 milhões com o BNDES, sendo R\$ 467 milhões foram desembolsados em 2018 e o restante foi desembolsado no 4º Trimestre de 2019. Em 30 de junho de 2025, a Geração Céu Azul foi integralmente transferida para a Copel Geração e Transmissão S.A., no âmbito do processo de desinvestimento desse ativo.

Parques Eólicos

Calango 6

O projeto de Calango 6 consiste na construção de 3 parques eólicos: Calango 6 (30 MW), Santana 1 (30 MW) e Santana 2 (24 MW). Os projetos foram desenvolvidos pela holding operacional Calango 6 Energia Renovável S.A., subsidiária integral da Neoenergia Renováveis S.A., detentora de 100% das ações das SPEs Santana 1 Energia Renovável S.A. e Santana 2 Energia Renovável S.A. Em 02 de dezembro de 2016, a Calango 6 celebrou um Contrato de Financiamento com o BNDES no valor de R\$ 275 milhões, sendo o valor do crédito destinado à Beneficiária para implantação das Centrais Eólicas Calango 6 Santana 1 e Santana 2. Em complementação ao crédito concedido pelo BNDES, a Calango 6 Energia Renovável S.A. também realizou a emissão de debêntures de infraestrutura no volume de R\$ 43, 5 milhões, no dia 27 de dezembro de 2016, sendo os recursos também destinados à implantação dos parques eólicos Calango 6, Santana 1 e Santana 2. O projeto conta com 3 fontes de financiamento: (i) Equity de R\$ 193 milhões; (ii) Financiamento de R\$ 275 milhões; (iii) Debêntures de infra de R\$ 43, 5 milhões.

Lagoa 1

O projeto de Lagoa 1 se trata da construção de 3 parques eólicos: Lagoa 1, Lagoa 2 e Canoas (31,5 MW cada). Os projetos serão desenvolvidos pela holding operacional Lagoa 1 Energia Renovável S.A., subsidiária integral da Neoenergia Renováveis S.A., eL detentora de 100% das ações das SPEs Lagoa 2 Energia Renovável S.A. e Canoas Energia Renovável S.A. Em 20 de outubro de 2017, a Lagoa 1 celebrou um Contrato de Financiamento com o BNDES no valor de R\$ 331 milhões, sendo o valor do crédito destinado à Beneficiária para implantação das Centrais Eólicas Lagoa 1, Lagoa 2 e Canoas. Em complementação ao crédito concedido pelo BNDES, a Lagoa 1 Energia Renovável S.A. também realizou a emissão de debêntures de infraestrutura no volume de R\$ 46 milhões, no dia 29 de setembro de 2017, sendo os recursos também destinados à implantação dos parques eólicos Lagoa, Lagoa 2 e Canoas. O projeto conta com 3 fontes de financiamento: (i) Equity de R\$ 233 milhões; (ii) Financiamento de R\$ 331 milhões; (iii) Debêntures de infra de R\$ 46 milhões.

Complexo Chafariz (Leilão A-6/2017 + ACL)

Em 20 de dezembro de 2017, a Neoenergia sagrou-se vencedora do Leilão A-6/2017 com 9 parques eólicos Canoas 2, Canoas 4, Chafariz 1, Chafariz 2, Chafariz 3, Chafariz 6, Chafariz 7, Lagoa 3 e Lagoa 4. Outros 6 parques pertencentes a este complexo (Canoas 3, Chafariz 4, Chafariz 5, Ventos de Arapuá 1, Ventos de Arapuá 2, Ventos de Arapuá 3) terão sua energia comercializada em ambiente livre. A companhia contratou linhas de financiamento junto ao BNDES e BNB para esses parques. O valor total contratado foi de R\$ 1.591 milhões.

Além dos contratos firmados diretamente pelas SPEs, o complexo eólico também foi financiado com recursos oriundos dos dois contratos firmados entre a Neoenergia Holding e o BEI, citados no início deste item.

Complexo Oitis (Leilão A-4/2019 + ACR)

Em 28 de junho de 2019, a Neoenergia sagrou-se vencedora do Leilão A-4/2019 com 2 parques eólicos Oitis 1 e Oitis 8. Outros 10 parques pertencentes a este complexo (Oitis 2, Oitis 3, Oitis 4, Oitis 5, Oitis 6, Oitis 7, Oitis 9, Oitis 10, Oitis 21, Oitis 22) terão sua energia comercializada em ambiente livre. Em 2020, os Parques Oitis 2, Oitis 3, Oitis 4, Oitis 5, Oitis 6, Oitis 7 e Oitis 8 firmaram contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R\$ 715 milhões. Esse montante foi liberado em parcelas, sendo que a última liberação ocorreu em setembro de 2023.

Além dos contratos firmados diretamente pelas SPEs, o complexo eólico também foi financiado com recursos oriundos dos dois contratos firmados entre a Neoenergia Holding e o BEI, citados no início deste item.

Usinas Solares**Luzia 2 e Luzia 3**

A Neoenergia anunciou em dezembro de 2020 o projeto solar Luzia, na Paraíba, que compreende 149MWp e 117,86 MW de capacidade instalada.

As SPEs não tiveram financiamento direto contratado por elas, mas fazem parte do lastro do financiamento via holding neoenergia através do contrato firmado junto ao BEI, citado no início deste item.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 2021, a Companhia iniciou os esforços para alienação de sua participação societária de 10% na Norte Energia S.A. ('Norte Energia' ou 'NESA'), sendo esta a proprietária da UHE Belo Monte. Durante os exercícios de 2021 e 2022, a Companhia recebeu ofertas indicativas (Non Binding Offer — NBO) e outros acordos de confidencialidade (Non Disclosure Agreement — NDA). Durante as negociações, houve uma percepção de aumento de risco, principalmente pela ausência de uma resolução definitiva por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ('IBAMA') relacionado à definição do Hidrograma de Consenso a ser aplicado para a UHE, diante disto as negociações não avançaram. A administração da Companhia segue comprometida com o processo de desinvestimento, no entanto, após reavaliação do status atual do processo de alienação, concluiu não ser altamente provável a alienação desse ativo nos próximos 12 meses. Desta forma, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, publicadas em 07 de fevereiro de 2024, a Companhia procedeu a reclassificação da participação societária na NESA para a rubrica de Investimentos em controladas, coligadas e joint ventures e restabeleceu a mensuração deste ativo pelo método de equivalência patrimonial ou seu valor recuperável, sendo o menor entre eles.

Em dezembro de 2022, a Neoenergia publicou Fato Relevante (<https://ri.neoenergia.com/resultados-e-indicadores/documentos-cvm/>) informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Neoenergia S.A.

e a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. Eletronorte, celebraram, o Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças, por meio do qual acordaram a permuta de participações acionárias. Na operação, a Neoenergia transfere em permuta à Eletronorte: (i) ações ordinárias representativas de 50,56% do capital social total e votante da Teles Pires Participações S.A.; (ii) ações ordinárias representativas de 0,9% do capital social total e votante da Companhia Hidrelétrica Teles Pires; e (iii) ações ordinárias representativas de 100% do capital social total e votante da Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A. (consorciada líder e titular de 51% do Consórcio UHE Baguari). A Eletronorte transfere em permuta à Neoenergia: (i) ações ordinárias representativas de 49% do capital social total e votante da Energética Águas da Pedra S.A. -EAPSA; (ii) ações ordinárias, ações preferenciais Classe A e ações preferenciais Classe B de emissão da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia ("Neoenergia Coelba"); (iii) ações ordinárias, ações preferenciais Classe A e ações preferenciais Classe B de emissão da Companhia Energética do Rio Grande do Norte ("Neoenergia Cosern"); e (iv) ações ordinárias de emissão da Afluente Transmissão de Energia Elétrica.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração manteve estudos e negociações visando o desinvestimento na NESA, de forma que permanece comprometida com o plano de venda desse ativo em seu planejamento de curto prazo.

Em abril de 2023, a Neoenergia comunicou em fato relevante que a Companhia e a Warrington Investment Pte. Ltd. ("Warrington") celebraram na data o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("SPA") tendo por partes a Companhia, na qualidade de vendedora, e Warrington, na qualidade de compradora, de ações representativas de 50% (cinquenta por cento) de participação societária na Neoenergia Transmissora 15 SPE S.A. ("Neoenergia Transmissão").

Em setembro de 2023, a Neoenergia concluiu a alienação, pela Companhia para a Warrington, de ações representativas de 50% (cinquenta por cento) do capital social da Neoenergia Transmissão, holding detentora de 100% (cem por cento) do capital social das 8 (oito) concessionárias de serviço público de transmissão em operação: Neoenergia Jalapão, Neoenergia Santa Luzia, Neoenergia Dourados, Neoenergia Sobral, Neoenergia Atibaia, Neoenergia Biguaçu, SE Narendiba e Neoenergia Rio Formoso, permanecendo como titular dos 50% (cinquenta por cento) remanescentes do capital social da Neoenergia Transmissão.

Além do SPA, a Companhia e a Warrington também celebraram, em abril de 2023, um acordo de desenvolvimento prevendo a participação conjunta em futuros leilões de transmissão de energia elétrica conduzidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, bem como potencial aquisição, pela Warrington, via direito de primeira oferta, de ações representativas de 50% (cinquenta por cento) de participação societária em outros ativos de transmissão de energia elétrica, em construção ou operacionais, da Companhia.

Em continuidade ao acordo celebrado entre a Companhia e a Warrington, em dezembro de 2023, a Companhia recebeu oferta indicativa não vinculante para a compra da Neoenergia Itabapoana no valor de R\$ 330 milhões (atualizado em outubro de 2024 para o valor de R\$ 270 milhões) Assim, em conformidade com as políticas contábeis da Companhia e seguindo a estratégia da Companhia, de recuperar parte de seus ativos de transmissão através da venda, em 31 de dezembro de 2023 a Administração reclassificou os saldos referentes a Neoenergia Itabapoana para a rubrica de ativo não circulante mantido para venda e passivos diretamente associados a ativo não circulante mantido para venda pelo menor valor entre o valor justo (líquido das despesas com vendas) e o valor de livros.

Em agosto de 2024, a Neoenergia realizou o leilão da oferta pública de aquisição de ações ordinárias ("ON") e de ações preferenciais Classe "A" ("PNA") e Classe "B" ("PNB"), para conversão de registro de emissor Categoria A para Categoria B da Neoenergia Cosern ("OPA de Conversão de Registro"), conforme comunicado em fato relevante de 21 de agosto de 2024. As ações restantes após o leilão foram compulsoriamente resgatadas no mês de setembro, passando a Neoenergia a deter 100% do capital da Neoenergia Cosern.

Em novembro de 2024, a Neoenergia S.A., por meio de sua subsidiária Neoenergia Renováveis S.A., firmou com a CCR S.A., por meio de suas subsidiárias Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A., Concessionária das Linhas 5 e 17 do Sistema do Metro de São Paulo S.A. e Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., o Contrato de Compra e Venda para aquisição, pela CCR, de participações acionárias, respectivamente, (a) 2,84% da Oitis 2 Energia Renovável S.A. ("Oitis 2"), (b) 6,75% da Oitis 4 Energia Renovável S.A. ("Oitis 4"), e (c) 5,25% da Oitis 6 Energia Renovável S.A. ("Oitis 6" e, em conjunto, com a Oitis 2 e Oitis 4, "SPEs") de titularidade direta da Neoenergia Renováveis além dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica com essas SPEs, na modalidade de Autoprodução. O Closing da operação ocorreu em 29 de janeiro de 2025.

Em fevereiro de 2025, a Neoenergia S.A. celebrou com a EDF Brasil Holding S.A. e STOA S.A. o Contrato de Compra e Venda para alienação da totalidade das ações do capital social da Geração Céu Azul S.A., que, por sua vez, detém uma participação de 70% no Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu), pelo valor de R\$ 1.430 milhões (Enterprise Value), sujeito a ajustes usuais nesse tipo de transação, incluindo a correção pela variação do CDI desde 30 de Junho de 2024 até a data do Closing. No dia 21 de fevereiro de 2025, a Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel"), que detém 30% do Consórcio, exerceu seu direito de preferência para a aquisição da totalidade das ações do capital social da Geração Céu Azul S.A., substituindo a EDF e STOA S.A. em todos os direitos e obrigações assumidos e nos mesmos termos do Contrato de Compra e Venda. O Closing da operação ocorreu em 30 de junho de 2025.

Em abril de 2025, a Neoenergia comunicou em fato relevante que a Companhia e o Unique Power Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada ("Unique Power"), fundo de investimentos integralmente detido pela Warrington Investment Pte. Ltd. ("Warrington"), celebraram o Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, estabelecendo a alienação pela Companhia ao Unique Power de 50% (cinquenta por cento) de novas ações a serem emitidas na Neoenergia Transmissão S.A. ("Neoenergia Transmissão"). Referidas ações serão emitidas em razão de aumento de capital, na Neoenergia Transmissão, a partir de aporte da totalidade da participação acionária detida pela Companhia na Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A. ("Itabapoana"), considerando equity value de R\$ 127,5 milhões (data base de 30 de setembro de 2024), sujeito a ajustes até a data do closing. O Closing da operação ocorreu em 07 de agosto de 2025.

Em julho de 2025, a Neoenergia S.A., por meio de sua subsidiária Neoenergia Renováveis S.A., firmou com a Ambev S.A., o Contrato de Compra e Venda para aquisição, pela Ambev, de participações acionárias, respectivamente, (a) 5,73% do capital social da Oitis 3 Energia Renovável S.A. ("Oitis 3"), (b) 5,73% do capital social da Oitis 5 Energia Renovável S.A. ("Oitis 5"), e (c) 5,73% do capital social da Oitis 7 Energia Renovável S.A., "SPEs") de titularidade direta da Neoenergia Renováveis, além dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, com essas SPEs, na modalidade de Autoprodução. O Closing da operação ocorreu em novembro de 2025.

Ainda em julho de 2025, a Neoenergia S.A., por meio de sua subsidiária Neoenergia Renováveis S.A., firmou com a Nexus Manganês S.A. ("Nexus"), o Contrato de Compra e Venda para aquisição, pela Nexus à 6,87% do capital social de Canoas 3 Energia Renovável S.A., do Complexo Eólico Chafariz, de titularidade direta da Neoenergia Renováveis, além dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, na modalidade de Autoprodução. O Closing da operação ocorreu em novembro de 2025. A conclusão das Operações está sujeita a determinadas condições precedentes usuais a este tipo de transação.

Em novembro de 2025, a Neoenergia S.A. celebrou com a EDF Brasil Hidro Participações S.A. ("Hidro Participações") o Contrato de Compra e Venda para alienação da totalidade das ações do capital social da Energética Águas da Pedra S.A. ("EAPSA"), pelo valor de R\$ 2.296 milhões (Enterprise Value), sujeito a ajustes usuais nesse tipo de transação, incluindo a correção pela variação do CDI desde 31 de dezembro de 2024 até a data do Closing. Nesta mesma data, a Neoenergia celebrou com a EDF Brasil Holding S.A. ("EDF Brasil Holding") o Acordo de Investimento, por meio do qual a Neoenergia realizará um aporte de R\$ 93,5 milhões na Hidro Participações para deter 25% do capital social dela, sendo que a EDF Brasil Holding deterá

os 75% restantes do capital social após um aporte de R\$ 280,5 milhões. Dessa forma, a Neoenergia manterá uma participação indireta de 25% na EAPSA, único investimento da Hidro Participações. A conclusão da operação está sujeita a determinadas condições precedentes usuais a este tipo de transação.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em outubro de 2025, a Neoenergia, por meio da sua subsidiária Neoenergia Renováveis S.A. ("Neoenergia Renováveis") arrematou o lote D do Leilão, que compreende 37,5% (trinta e sete e meio por cento) do capital social total da Energética Corumbá III ("Participação CELGPARG" e "ECIII"), que, por sua vez, detém uma participação de 40% (quarenta por cento) no Consórcio Empreendedor Corumbá III ("Corumbá III"), que opera a Usina Hidrelétrica Corumbá ("UHE Corumbá"). Atualmente a Neoenergia Renováveis possui participação de 25% (vinte e cinco por cento) do capital social total da ECIII e de 60% (sessenta por cento) do capital social total da Corumbá III, e passará a deter, após a consumação da operação e aquisição da Participação CELGPARG, 62,5% (sessenta e dois e meio por cento) de participação no capital social total da ECIII, e 85% (oitenta e cinco por cento) de participação no capital social total de Corumbá III. A conclusão da operação está sujeita a determinadas condições precedentes usuais a este tipo de transação.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Os investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) regulados pela ANEEL cumprem o que determina a Lei 9.991/2000, segundo a qual as empresas de distribuição devem destinar 0,50% da sua receita operacional líquida (ROL) para Programas de PDI e 0,50% em Programas de Eficiência Energética (EE). Para as empresas de Geração e de Transmissão essa obrigação de investimento corresponde a 1% da ROL. A Neoenergia possui 05 empresas de Geração: Neoenergia Renováveis, Geração Céu Azul -ativo vendido a Copel, em junho/2025, Itapebi, Termopernambuco e Águas da Pedra; e 18 empresas de Transmissão: Afluente T, Neoenergia Atibaia, Neoenergia Biguaçu, Neoenergia Dourados, Neoenergia Estreito, Neoenergia Alto Paranaíba, Neoenergia Guanabara, Neoenergia Itabapoana, Neoenergia Jalapão, Neoenergia Lagoa dos Patos, Neoenergia Morro do Chapéu, Neoenergia Paraíso, Narandiba, Potiguar Sul, Neoenergia Rio Formoso, Neoenergia Santa Luzia, Neoenergia Sobral e Neoenergia Vale do Itajaí.

A Neoenergia, além de cumprir esse dispositivo regulatório, define o tema inovação como um dos valores do Grupo, ratificando a intenção de manter seu parque tecnológico atualizado e, ao mesmo tempo, a sua pretensão de desenvolver e manter em suas empresas os conhecimentos necessários para a adequada prestação de seus serviços e a consolidação de seu posicionamento estratégico.

Os programas anuais de PDI podem ser constituídos de um ou mais projetos, cooperados entre as empresas ou não, e, no período de 2022 a 30 de setembro de 2023, foram propostos de acordo com as instruções dispostas nos Procedimentos do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (PROP&D) da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A partir de 1º de outubro de 2023, passaram a ser propostos de acordo com as instruções dispostas nos Procedimentos do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação — PROPI.

De acordo com as diretrizes do novo regulamento do Programa de PDI, os projetos são avaliados pelo nível de maturidade tecnológica (TRL, do inglês Technology Readiness Level). O TRL é uma escala que varia de TRL1 até TRL9, utilizada para avaliar o grau de desenvolvimento de uma tecnologia.

Considerando esses conceitos, estiveram em andamento **19** projetos de PDI, no período de 2023 a 2025, os quais estão listados abaixo, com níveis de maturidade tecnológica compreendidos entre TRL 1 ao TRL 5, auferidos no início do desenvolvimento de cada iniciativa, sendo, portanto, considerados projetos de pesquisa:

- PD-0453-0018/2018 - Ferramenta Multicritério para Análise de Informação e Ações para Planos de Segurança de Barragens. O projeto é cooperado entre as empresas Itapebi, EAPSA e Teles Pires. O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de um sistema inovador georreferenciado para gerenciamento inteligente do Plano de Segurança de Barragens (PSB), compreendendo acionamento de equipes, gestão da instrumentação e análises de risco dos empreendimentos e de consistência de dados em tempo real;
- PD-00047-0083/2018 - Desenvolvimento de Tecnologia para Inserção de Microrrede em Sistemas Isolados. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco e consiste em sistema centralizado de energia solar com baterias e rede de distribuição, constituindo alternativa para atendimento das obrigações regulatórias do programa Luz Para Todos (LPT) com propostas de melhorias do ponto de vista técnico e regulatório. A microrrede implantada beneficia 113 unidades consumidoras no interior do sertão da Bahia.
- PD-00047-0086/2019 - Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Elétricas Inteligentes - Módulo de Medição. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco. Pretende-se desenvolver uma Metodologia e construir laboratórios para a validação de protocolo de medição e comunicação garantindo interoperabilidade para todas as camadas do modelo OSI. Na camada de aplicação, será desenvolvido o padrão brasileiro do protocolo DLMS. Nas camadas mais baixas, propõe-se o uso dos protocolos PRIME e WI-SUN.
- PD-00040-0024/2020 - Sistema de diagnóstico, inspeção e cadastro automático de ativos elétricos utilizando VANTs. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco. O objetivo do projeto é desenvolver um VANT (Veículo aéreo não tripulado) auto-carregável com dois propósitos: inspeções em linha de distribuição e transmissão e cadastro remoto de ativos. Atualmente na área de distribuição são realizadas coletas das imagens para análise pelo operador, para que, em um segundo momento sejam analisados os defeitos via software. Os VANTs são aplicados, principalmente na coleta de imagens a longas distâncias. Existem, também, projetos de PDI vinculados a ANEEL para a realização de inspeções visuais em linhas de distribuição, no entanto nestas pesquisas, os robôs eram fixos à linha e/ou não permitiam realizar coleta de imagens em 3D.
- PD-00385-0073/2021 – Sistema Inteligente para Lavagem de Isoladores da Rede de Distribuição Lavagem de Isoladores. Este projeto consiste no desenvolvimento de sistema inteligente para a lavagem dos isoladores das redes de distribuição em função do nível de poluição. Uma metodologia para analisar as condições de poluição dos 4 tipos de isoladores mais utilizados pela concessionária e definir a necessidade de lavagem imediata também será desenvolvida. Serão realizados estudos de viabilidade visando a possibilidade de aplicação de produtos químicos específicos para o auxílio na remoção dos poluentes. O produto final contemplará: (i) Um veículo protótipo para lavagem de isoladores, sendo realizado o monitoramento de grandezas pertinentes para garantir a operação segura como corrente de fuga, com equipamento para lavagem automatizada do isolador, a ser acoplado no braço isolado; (ii) Uma unidade de equipamento portátil para aferição da necessidade de limpeza, além de aferição da efetividade da lavagem por meio da medida de corrente de fuga; (iii) Estudo de viabilidade de formulação de produto químico adequado para a remoção dos poluentes mais comuns elencados durante o projeto. A Neoenergia Elektro participa sem cooperação de outras empresas, neste projeto.
- PD-07711-0001/2021 – Proposição de Incentivos Regulatórios para Melhoria da Performance da Geração Hidrelétrica através de Soluções Digitais, com a utilização de Sensoriamento e Técnicas de Inteligência Artificial. O projeto é cooperado entre as empresas Teles Pires, Geração Céu Azul e Itapebi. O projeto tem como objetivo a proposição de instrumentos regulatórios para o incentivo da melhoria de performance da operação de usinas hidrelétricas existentes, através da avaliação, com técnicas de

inteligência artificial, dos dados fornecidos por sensores instalados nas turbinas hidráulicas. Espera-se, com os resultados do projeto, um incremento do valor da geração anual de energia e/ou capacidade de reserva.

- PD-00068-0057/2022 – Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico - Segmento Transmissão. Este projeto cooperado com a Afluente T e a Potiguar Sul, e que tem por objetivo o desenvolvimento de um protótipo de portal de informações do segmento de transmissão de energia elétrica, que irá reestruturar e integrar as bases de dados atualmente utilizadas pelo MME, EPE, ONS e ANEEL, melhorando a eficiência do processo de gestão e permitindo o acesso de informações qualificadas pela sociedade.
- PD-02290-0054/2022 – Sistema de Produção Local de Hidrogênio Verde, a partir de Energia Solar Fotovoltaica, e sua Aplicação em Demandas de Eletromobidade. O projeto é cooperado entre as empresas Termopernambuco, Itapebi, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Elektro e Neoenergia Brasília. O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de solução de produção de Hidrogênio Verde, a partir de energia solar fotovoltaica para aplicação em empilhadeira industrial e em mobilidade (abastecimento veicular).
- PD-08178-0001/2022 – Inovação Biotecnológica para Controle Populacional do Mexilhão Dourado. O projeto é cooperado entre as empresas Geração Céu Azul, Baguari I, Geração CIII e Itapebi. O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de uma metodologia para controle populacional do mexilhão dourado (*Limnoperna fortunei*), através do desenvolvimento de organismos triploides (inférteis) da espécie, a fim de gerar um declínio populacional da espécie, evitando assim a incrustação e entupimento em áreas e equipamentos da usina.
- PD-00043-0122/2022 – Desenvolvimento de sistema de Inteligência Artificial para identificação de não conformidade de ações de campo e utilização de EPIs por imagens. O objetivo do projeto é desenvolver um sistema com inteligência artificial para identificação de ações não conformidade de ações inadequadas pelas equipes de campo, tais como a não utilização ou uso inadequado de equipamentos de proteção individual (EPI), bem como a realização de procedimentos incorretos. O projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Elektro e Neoenergia Brasília.
- PD-0385-0074/2022 – Previsão para até 10 anos de temperatura máxima e sensação térmica para o planejamento energético das distribuidoras da Neoenergia. Consiste no desenvolvimento de algoritmo e aplicativo computacional para previsão da evolução da temperatura do ar e da sensação térmica, utilizando resultados de modelos numéricos do sistema climático, combinados com técnicas de machine learning, objetivando projeções mais assertivas do mercado de energia das distribuídas Neoenergia. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.
- PD-00047-0093/2022 - Soluções sustentáveis e ecoeficientes para convívio da arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*) com a rede elétrica. Tem como objetivo o desenvolvimento com aplicação inovadora de soluções sustentáveis e ecoeficientes para o convívio da arara-azul-de-lear com a rede elétrica de distribuição da Neoenergia Coelba. A arara-azul-de-lear é uma espécie endêmica da Caatinga baiana que se encontra ameaçada de extinção. Essa espécie vem sofrendo eletroplessão nas fiações, pois as aves utilizam as redes de distribuição como poleiros. É no município de Euclides da Cunha-BA que se registra o maior quantitativo de mortes da espécie, que é importante para a manutenção do equilíbrio do ecossistema local, bem como uma riqueza natural, cultural e social da região. Portanto, se faz necessária a adoção de medidas de preservação sobre a população dessa espécie, antes que o impacto se torne irreversível. Tais medidas não devem se restringir a soluções tecnológicas voltadas para a rede de distribuição, mas sim envolver aspectos culturais, sociais e educacionais da comunidade, potencializando suas chances de êxito e perenidade. A Neoenergia Coelba participa sem cooperadas neste projeto.
- PD-00047-0094/2022 - Sensor de proximidade para mitigação de acidentes causados por aproximação excessiva às fases de subestações e redes de 69 kV, em trabalhos de linha viva ao potencial. Pretende-se desenvolver um sistema de sensores (de campo elétrico, proximidade e/ou corrente de fuga) a serem instalados no caminhão de linha viva para mitigação de acidentes. Com o crescimento da demanda do

sistema elétrico e do aumento dos requisitos de desempenho do sistema, a manutenção tende a ser realizada com o sistema energizado, aumentando assim o risco das atividade de manutenção. Desse modo, as atividades de manutenção em linha viva, que antes eram realizadas em sua maioria em linhas de transmissão agora tendem a ser realizadas também em subestações, que apresentam maiores restrições de espaço de trabalho. Assim, os procedimentos devem ser melhor avaliados no sentido de mitigar riscos à vida da população ocupacional. Apenas a Neoenergia Coelba participa deste projeto.

- PD-00063-3078/2022 - Revisão e Aprimoramento das Metodologias de Definição dos Limites Regulatórios para DEC e FEC. Propõe metodologias alternativas de definição de limites coletivos de indicadores de continuidade, com aprimoramentos que resultem na definição de limites regulatórios condizentes com as distintas realidades observadas pelas distribuidoras em sua área de concessão. A Neoenergia Elektro e a Neoenergia Brasília participam deste projeto como empresa cooperada, juntamente com outras empresas do setor elétrico, sendo as representantes do Grupo Neoenergia no projeto.
- PD-05160-1902/2019 - Plataforma Integrada de Automação para Simulação Completa de Subestações Digitais com Foco em Interoperabilidade e Segurança Cibernética. Este projeto, cuja proponente é a Neoenergia Brasília, se trata do desenvolvimento de uma plataforma integrada de automação que possibilite a simulação completa de uma subestação, com a configuração das informações que trafegam nos barramentos de estação e de processo, para realização de testes de interoperabilidade entre equipamentos, integrações entre equipamentos e sistemas, testes de segurança cibernética, além de testes de lógicas de controle e proteção que compõem o sistema de automação de uma subestação.
- PD-00063-3088/2022 - Projeto-Piloto de Governança de Sandboxes Tarifários. Este projeto acompanha a execução e avalia tecnicamente os subprojetos sobre a temática tarifária, os quais tem como objetivo a experimentação de modelos não convencionais de tarifas empreendidos pelas distribuidoras por meio do programa de PDI ANEEL. A Neoenergia Brasília e a Neoenergia Coelba participam deste projeto como empresas cooperadas, juntamente com empresas de outros grupos econômicos do setor elétrico.
- PD-07284-0002/2020 - Sistemas de Fundações Mistas por Sapatas/Tirantes e Estacas Helicoidais para Estruturas de Transmissão de Energia Elétrica. O projeto, desenvolvido de forma cooperativa entre as empresas Neoenergia Brasília, Afluente T, Atibaia, Biguaçu, Dourados, Jalapão, Narandiba, Santa Luzia e Sobral, trata do desenvolvimento de modelos pilotos de novas fundações de Linhas de Transmissão, de 88 kV até 500 kV. Sendo desenvolvidos dois sistemas: um que consiste em sapata de concreto armado e tirantes ancorado no terreno; e outro que consiste de estacas helicoidais injetadas, ou não, coroadas por grelha metálica ou bloco pré-moldado.
- PD-02290-0055/2024 – Tokenização de Ativos Ambientais do Setor Elétrico e Comercialização de Certificados de Geração Elétrica Renovável. O projeto possui a Termopernambuco como única proponente, e tem como objetivo desenvolver uma plataforma blockchain para comercialização de ativos ambientais tokenizados. Compreende contratos inteligentes para operacionalização do mercado, cadastro, dashboards, interfaces com a infraestrutura I-REC services, e carteiras virtuais para compra e venda de tokens e acompanhamento do mercado.
- PD-06296-0001/2023 - Avaliação espaço-temporal de ciclo de vida na geração e armazenamento de energia elétrica no Brasil: uma abordagem socioambiental e energética. O projeto possui a EAPSA como única proponente, e tem como objetivo desenvolver uma metodologia para avaliação espaço-temporal de ciclo de vida de sistemas de geração de energia elétrica, segundo abordagem socioambiental e energética. Como produtos secundários temos: realização de estudo comparativo desses sistemas, baseado na referida metodologia e desenvolvimento de ferramenta computacional para apoiar decisões sobre expansão da geração no Brasil.

Em 2023, foram encerrados **02** projetos: **(i)** PD-00047-0083/2018 – Desenvolvimento de Tecnologia para Inserção de Microrrede em Sistemas Isolados.; **(ii)** PD-0453-0018/2018 - Ferramenta Multicritério para Análise de Informação e Ações para Planos de Segurança de Barragens.

Em 2024, foram encerrados **04** projetos: **(i)** PD-00047-0086/2019 – GODEL - Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Elétricas Inteligentes - Módulo de Medição; **(ii)** PD-00040-0024/2020 – Sistema de diagnóstico, inspeção e cadastro automático de ativos elétricos utilizando VANTs; **(iii)** PD-00063-3078/2022 - Revisão e Aprimoramento das Metodologias de Definição dos Limites Regulatórios para DEC e FEC; **(vi)** PD-00047-0094/2022 - Sensor de proximidade para mitigação de acidentes causados por aproximação excessiva às fases de subestações e redes de 69 kV, em trabalhos de linha viva ao potencial.

Em 2025, foram encerrados **05** projetos: **(i)** PD-05160-1902/2019 - Plataforma Integrada de Automação para Simulação Completa de Subestações Digitais com Foco em Interoperabilidade e Segurança Cibernética; **(ii)** PD-07284-0002/2020 - Sistemas de Fundações Mistas por Sapatas/Tirantes e Estacas Helicoidais para Estruturas de Transmissão de Energia Elétrica; **(iii)** PD-00385-0074/2022 - Previsão Climática: Previsão para até 10 anos de temperatura máxima e sensação térmica para o planejamento energético das distribuidoras da Neoenergia; **(iv)** PD-07711-0001/2021 – Proposição de Incentivos Regulatórios para Melhoria da Performance da Geração Hidrelétrica através de Soluções Digitais, com a utilização de Sensoriamento e Técnicas de Inteligência Artificial; **(v)** PD-06296-0001/2023 – Avaliação Espaço-Temporal de Ciclo de Vida na Geração e Armazenamento de Energia Elétrica no Brasil: Uma Abordagem Socioambiental e Energética.

Atualmente, estão em andamento **08** projetos na Neoenergia: **(i)** PD-00385-0073/2021 – Sistema Inteligente para Lavagem de Isoladores da Rede de Distribuição Lavagem de Isoladores; **(ii)** PD-02290-0054/2022 – Sistema de Produção Local de Hidrogênio Verde, a partir de Energia Solar Fotovoltaica, e sua Aplicação em Demandas de Resfriamento da UTE Termopernambuco e em Eletromobilidade; **(iii)** PD-08178-0001/2022 – Inovação Biotecnológica para Controle Populacional do Mexilhão Dourado; **(iv)** PD-00043-0122/2022 – Desenvolvimento de sistema de Inteligência Artificial para identificação de não conformidade de ações de campo e utilização de EPIs por imagens; **(v)** PD-00047-0093/2022 - Soluções sustentáveis e ecoeficientes para convívio da arara-azul-de-lear (Anodorhynchus leari) com a rede elétrica; **(vi)** PD-00063-3088/2022 - Projeto-Piloto de Governança de Sandboxes Tarifários; **(vii)** PD-00068-0057/2022 – Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico - Seguimento Transmissão; **(viii)** PD-02290-0055/2024 – Tokenização de Ativos Ambientais do Setor Elétrico e Comercialização de Certificados de Geração Elétrica Renovável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes totais investidos pelas empresas da Companhia em projetos de PDI, referentes aos níveis de maturidade tecnológica TRL 1 ao TRL 5, somados aos recursos destinados à gestão do Programa de PDI, corresponderam aos valores descritos na tabela abaixo:

EMPRESA	2023	2024	2025
Cosern	R\$ 2.031	R\$ 1.651	R\$ -
Pernambuco	R\$ 3.862	R\$ 3.837	R\$ 13.778
Coelba	R\$ 4.626	R\$ 5.373	R\$ 4.986
Elektro	R\$ 8.381	R\$ 2.094	R\$ 3.848
Brasília	R\$ 444	R\$ 2.187	R\$ 15.174
Itapebi	R\$ 1.579	R\$ 759	R\$ 430
Termope	R\$ 12	R\$ 977	R\$ 2.767
Renováveis	R\$ 275	R\$ 193	R\$ 288
Geração Céu Azul	R\$ 1.032	R\$ 765	R\$ 225
Afluentes T	R\$ 371	R\$ 84	R\$ 60
Narandiba	R\$ 63	R\$ 57	R\$ 88
Potiguar Sul	R\$ 185	R\$ 43	R\$ 38
Atibaia	R\$ 51	R\$ 127	R\$ 55
Biguaçu	R\$ 17	R\$ 71	R\$ 11
Dourados	R\$ 147	R\$ 392	R\$ 68
EAPSA	R\$ 350	R\$ 1.854	R\$ 1.395
Jalapão	R\$ 360	R\$ 318	R\$ 265
Santa Luzia	R\$ 61	R\$ 271	R\$ 70
Sobral	R\$ 42	R\$ 24	R\$ 63

Valores expressos em mil reais – R\$

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

No desenvolvimento de projetos na empresa, que geram novos produtos e serviços, também são incluídos os projetos do programa de PDI que pertencem a estágios mais avançados na escala de maturidade tecnológica, classificadas entre os níveis TRL 6 até TRL 9, definidos na avaliação inicial de cada iniciativa.

Dessa forma, no período de 2023 a 2025, a empresa desenvolveu os **19** projetos descritos abaixo:

- PD-00385-0071/2019 - Desenvolvimento de Equipamento para Poda de Árvores próximas a Redes de Distribuição de até 46 kV com Controle Remoto. O projeto consiste no desenvolvimento de uma ferramenta de poda acoplado em um braço hidráulico que possibilita a execução da poda de árvores próximas as redes energizadas de forma robotizada e com operação remota. O projeto tem como principal motivação a redução dos riscos envolvidos na metodologia tradicional de poda que utiliza caminhão de linha viva com o eletro-arborista operando manualmente as ferramentas de poda de dentro do cesto aéreo. O equipamento desenvolvido minimizará os riscos ao operador e queda de galhos sobre a rede. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Elektro, Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.
- PD-00385-0070/2019 - Transformação Digital da Experiência do Cliente Neoenergia. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco. Tem como objetivo transformar a experiência do cliente Neoenergia, oferecendo canais digitais mais eficientes e personalizados para melhorar o desempenho dos indicadores de serviço ao cliente e tornar mais eficiente o atendimento humano e digital. Será realizado o redesenho dos diversos perfis de clientes na era digital, além do desenvolvimento e aplicações de novas soluções digitais para atender às necessidades atuais e futuras.
- PD-00043-0119/2019 - Antenas inteligentes – Cabeça de Série. No projeto de pesquisa anterior foi desenvolvido um Sistema de Antenas Inteligente chaveado com aplicação Piloto na Subestação de Gravatá/PE, na qual se encontravam três chaves repetidoras telecomandadas localizadas em uma "região de sombra", dentro de um setor de 180°, e raio de 10 km, em relação à subestação de Gravatá. A motivação do Projeto atual é expandir o sistema de antenas inteligente, já desenvolvido e testado, para uma abrangência de 360°. Isto é, permitir a comunicação do COI com qualquer chave religadora localizada dentro de círculo

com raio de 15 km, para que possa substituir o sistema de comunicação clássico, existente, de forma a ficar permanentemente em operação, e que possa ser aplicado a qualquer subestação que utilize enlace de rádio. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

- PD-00043-0087/2019- Aplicações Ambientalmente Sustentáveis da Mobilidade Elétrica para a ilha de Fernando de Noronha. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Termopernambuco, e visa desenvolver a Mobilidade Elétrica de forma sustentável em Fernando de Noronha via soluções e modelos de negócio em atividades de turismo, serviços públicos e operações da administração da Celpe, com potencial de reprodutibilidade em outros ambientes e envolvimento de empresas e entidades locais. Também objetiva soluções tecnológicas para suporte aos veículos elétricos e otimização dos recursos renováveis com proposição de *roadmap* evolutivo.
- PD-00047-0087/2019 - Criação de Corredor Verde no Nordeste e Postos de Carregamento Urbano para Avaliação do Desempenho de Veículos Híbridos e Elétricos. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco, Termopernambuco. O projeto prevê a criação de um corredor verde no Nordeste (trecho entre Salvador-BA e Natal-RN), contendo 11 estações de recarga em rodovia (50kW) e mais 6 estações em shoppings urbanos (22kW). O projeto visa a avaliação de um novo modelo de negócio para as empresas do setor elétrico.
- PD-00385-0069/2019 - Desenvolvimento de Caminhão Elétrico para Manutenção de Redes de Distribuição de Energia. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco. O produto principal deste projeto é um Caminhão elétrico para manutenção de redes de distribuição, com desenvolvimento de um sistema para o gerenciamento das recargas de oportunidades do veículo na própria rede de baixa tensão da concessionária.
- PD-00047-0089/2019 – GODEL - Cabeça de série do qualímetro com oscilografia contínua e sistema de localização de defeitos em tempo real. Este projeto é desenvolvido pela Neoenergia Coelba, a qual pretende investir na produção e testes do medidor de qualidade da energia elétrica desenvolvido na fase experimental. Não existem atualmente métodos consagrados específicos para compressão que possibilitem o armazenamento de oscilografias de circuitos trifásicos por vários dias, ou mesmo meses, em memórias atualmente disponíveis no mercado. Assim, o desenvolvimento de tais métodos já é inovador em si. O medidor de qualidade da energia elétrica com função de oscilografia contínua não é produzido atualmente no Brasil, sendo que tal tecnologia ainda é incipiente na indústria brasileira.
- PD-00043-0121/2020 - Sistema de Medição da Resistência de Aterramento em Subestações Usando Fonte de Injeção de Corrente. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco. O objetivo do projeto é desenvolver o lote pioneiro de uma fonte de corrente projetada para medir resistência da malha de aterramento de uma SE energizada, alimentada à bateria e seguindo as normas internacionais de segurança IEC 61010-1, CAT IV e metodologias de medições NBR 15749. Equipamento será controlado a distância através de tablet numa rede Wi-Fi.
- PD-00047-0091/2021 – GODEL - Cabeça de série do concentrador de dados de medição – Multilink. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Brasília, Neoenergia Elektro e Neoenergia Pernambuco. O conceito de redes elétricas inteligentes prevê a utilização de soluções de telecomunicações e de tecnologia da informação para tornar o sistema elétrico mais eficiente, confiável e sustentável. O monitoramento dos dados gerados pelos dispositivos em campo será cada vez mais confiável e resiliente quanto maior o uso de múltiplos meios de comunicação, tais como rádios ponto a ponto, rádios mesh, modems celulares, modems via satélite e modems de fibra óptica, que venham a prover redundância na comunicação e possibilitando a escolha do melhor meio para cada caso específico. Neste contexto, o objetivo desse projeto é evoluir o desenvolvimento do Concentrador Multilink, criado originalmente no projeto PD-00047-0080/2017 que criou a solução que integra todos esses meios de comunicação em um único

equipamento. O equipamento deverá otimizar a operação, a instalação e a logística de manutenção da rede de distribuição, simplificando processos e reduzindo custos de implantação e de manutenção.

- PD-00047-0092/2022 - Cabeça de Série da Torre de Emergência Móvel para Linhas de 69 e 138kV. O objetivo do projeto é desenvolver o Cabeça de série da Torre de Emergência Móvel em plataforma veicular para estruturas em 69 e/ou 138kV (suspensão e/ou ancoragem). Além disso, desenvolvimento de protótipo de ancoras nacionais removíveis e aprimoramento de metodologia para uso de torres de emergência móveis em redes de subtransmissão. As atividades de manutenção em linhas de subtransmissão tem como dificuldade o tempo de execução em função da dimensão dos equipamentos envolvidos, além da dificuldade de acesso aos locais da ocorrência. Desta forma, a Torre permitirá maior mobilidade e agilidade em relação à operação convencional por facilitar a aproximação às linhas de subtransmissão, além da montagem e elevação ocorrer através de sistemas controlado por um operador, eximindo a atividade de montagem manual e ganhando no tempo de serviço. Este novo modelo de torre móvel ganha também em capacidade de carga e tipo de estrutura, ampliando a sua aplicabilidade. A torre móvel poderá também ser aplicada em obras de construção de novas linhas, substituindo a implantação de estruturas convencionais provisórias, reduzindo os custos com material e mão-de-obra e otimizando o tempo de trabalho. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern, Neoenergia Brasília e Neoenergia Pernambuco.
- PD-00047-0095/2023 - Alocação Otimizada de Reatores Saturados Cabeça de Série em Redes de Distribuição Multirramais para Regulação da Tensão. O produto desse é projeto vai resultar na construção e instalação otimizada de equipamentos cabeça de série do tipo Reator a Núcleo Saturado (RNS), numa rede de distribuição de 34,5 kV da Neoenergia Coelba, visando o atendimento aos padrões adequados de suprimento. O atendimento aos padrões de qualidade conduzirá à melhoria do relacionamento técnico/comercial com seus consumidores, minimizando conflitos entre as partes e eventuais consequências sobre a operação e vida útil dos componentes de rede e das unidades consumidoras.
- PD-00047-0096/2024 - Projeto de Otimização do Programa de Obras da Neoenergia. Tem por objetivo Desenvolver Solução baseada em algoritmos de otimização para planejamento e roteirização de carteira de obras de distribuição, da Neoenergia para maximização do retorno sobre capital investido, considerando também outras métricas de interesse; Permitir a geração de cenários para o planejamento anual de obras e o replanejamento da carteira ao longo do ano; Automatizar e aportar inteligência de dados ao processo de programação de obras.
- PD-00047-0097/2024 - Lote Pioneiro do Projeto Sensor Inteligente de 69kV. Tem o objetivo de desenvolver um Sistema de Monitoramento de redes elétricas de 69kV constituído de Sensores e respectivas Unidades Concentradoras e Servidores de Comunicação com software de gerenciamento, armazenamento e análise. A empresa de energia elétrica é beneficiada com um sistema de diagnóstico em tempo real de desligamentos e instabilidades na rede. O Sensor Inteligente de 69kV poderá ser comercializado no Brasil e até em mercado externo. Há a potencial aplicação para medição de perdas em circuito com clientes da categoria A3. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern, Neoenergia Brasília e Neoenergia Pernambuco.
- PD-00390-1098/2024 - Melhores Práticas para o Segmento de Distribuição em Face de Eventos Climáticos Extremos. Este projeto estuda as melhores práticas adotadas no setor elétrico ao redor do mundo para enfrentamento de eventos climáticos severos, sob a ótica da resiliência operacional e de infraestrutura. No seu escopo é feita pesquisa e proposição de indicadores de resiliência, elaboração de guia de compartilhamento de equipes, bem como o uso de tecnologias para monitoramento climático. A Neoenergia Brasília e a Neoenergia Coelba participam deste projeto como empresas cooperadas, juntamente com empresas de outros grupos econômicos do setor elétrico.
- PD-05160-1803/2018 – Subestação Subterrânea Hermética, Pressurizada, Automatizada e Isolada. Este projeto busca arquitetar, prototipar, implantar e avaliar in loco um novo modelo de subestação subterrânea totalmente automatizada e tele supervisionada. A estrutura hermética, isolada e pressurizada

permite uma redução no custo dos equipamentos instalados em seu interior, maior agilidade para implantação em campo, além de oferecer uma moderna infraestrutura de automatização e comunicação capaz de monitorar os principais parâmetros elétricos e físicos da subestação subterrânea com confiabilidade, robustez e segurança. A Neoenergia Brasília é a empresa proponente deste projeto.

- PD-00047-0098/2024 – Lote Pioneiro do qualímetro com oscilografia contínua e sistema de localização de defeitos em tempo real - GODEL PQA. Este projeto é desenvolvido pela Neoenergia Coelba e Neoenergia Brasília. O objetivo é dar robustez no medidor de qualidade da energia elétrica desenvolvido na fase cabeça de série, visando a transferência tecnológica para parceiro industrial. Não existem atualmente métodos consagrados específicos para compressão que possibilitem o armazenamento de oscilografias de circuitos trifásicos por vários dias, ou mesmo meses, em memórias atualmente disponíveis no mercado.
- PD-00047-0099/2025 – Aplicação combinada de capacitor série e reator de núcleo saturado para mitigação do colapso de tensão em redes com alta penetração de GD. Projeto desenvolvido pela Neoenergia Coelba, tem o objetivo do projeto é o desenvolvimento de um arranjo com Banco de Capacitor e reatores a núcleo saturado, para atuar em redes com problemas de regulação de tensão, colapso de tensão e desligamento de cargas, minimizando assim o risco reputacional da distribuidora e o pagamento de compensações a grandes clientes.
- PD-00047-0100/2025 – Soluções sustentáveis e ecoeficientes para convívio da arara-azul-de-lear (Anodorhynchus leari) com a rede elétrica - Fase 2. O projeto desenvolvido pela Neoenergia Coelba, visa elevar a maturidade tecnológica da solução contra eletroplessão da arara-azul-de-lear desenvolvida no PD-00047-0093/2022, com testes em ambiente controlado e operacional, e viabilizar sua industrialização. Estruturado em sete fases, o projeto inicia com testes em ambiente controlado por meio da instalação dos protótipos em cativeiro para monitorar o comportamento das aves. Na fase de design review, os dados coletados são analisados para aprimorar o protótipo e gerar conceitos para novas estruturas. O projeto detalhado formaliza desenhos técnicos, manuais de fabricação e instalação. Em seguida, a fabricação dos protótipos na manufatura aditiva. Os testes em campo será destinado para instalação dos protótipos no Raso da Catarina sob condições reais. A fase de transferência de tecnologia buscará parcerias industriais para produção em escala, e o encerramento consolidará resultados. A iniciativa integra conservação ambiental, inovação técnica e segurança do sistema elétrico.
- PD-00390-2000/2025 - Plataforma Integrada de Inteligência Climática para o Setor Elétrico de São Paulo. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro e Neoenergia Pernambuco, além da participação de outras Empresa do Setor Elétrico. Nas últimas décadas, os custos com eventos climáticos extremos aumentaram significativamente, afetando comunidades e economias, incluindo o Brasil. Nos últimos 15 anos, o país enfrentou diversas catástrofes climáticas, com intensificação em 2023/2024. Estimativas do ELAT/INPE indicam que esses eventos causam prejuízos ao setor elétrico superiores a R\$ 100 milhões anuais, podendo ultrapassar R\$ 200 milhões até 2030. Recentemente, em novembro de 2023, ventos acima de 100 km/h em São Paulo, não vistos desde 1995, geraram impactos significativos, sinalizando uma mudança nos padrões de eventos climáticos. Em outubro de 2024, uma série de eventos extremos causou falta de energia em várias cidades. Em resposta, a ANEEL incluiu "Resiliência de Redes" na Agenda Regulatória 2024/2025 e promoveu Tomadas de Subsídios e um workshop sobre o tema, destacando a necessidade de adaptação do setor elétrico a essas novas realidades climáticas. O objetivo do projeto é implantar uma Plataforma com IA que analisa dados da rede elétrica e clima, oferecendo previsibilidade de 8 horas sobre impactos aos consumidores e análise de vulnerabilidade dinâmica por regiões.

Em 2023, foram encerrados **02** projetos: **(i)** PD-00043-0119/2019 - Antenas inteligentes – Cabeça de Série; e **(ii)** PD-05160-1803/2018 - Subestação Subterrânea Hermética, Pressurizada, Automatizada e Isolada.

Em 2024 ocorreu encerramento de **08** projetos: **(i)** PD-00047-0087/2019 – Criação de corredor verde no Nordeste e postos de carregamento urbano para avaliação do desempenho de veículos híbridos e elétricos; **(ii)** PD-00043-0087/2019 – Aplicações Ambientalmente Sustentáveis da Mobilidade Elétrica para a ilha de Fernando de Noronha; **(iii)** PD-00385-0069/2019 – Desenvolvimento de Caminhão Elétrico para Manutenção de Redes de Distribuição de Energia; **(iv)** PD-00047-0089/2019 – GODEL - Cabeça de série do qualímetro com oscilografia contínua e sistema de localização de defeitos em tempo real; **(v)** PD-00043-0121/2020 - Sistema de Medição da Resistência de Aterramento em Subestações Usando Fonte de Injeção de Corrente; **(vi)** PD-00047-0094/2022 - Sensor de proximidade para mitigação de acidentes causados por aproximação excessiva às fases de subestações e redes de 69 kV, em trabalhos de linha viva ao potencial; e **(vii)** PD-00385-0070/2019 – Transformação Digital da Experiência do Cliente; **(viii)** PD-00385-0071/2019 – Desenvolvimento de Equipamento para Poda de Árvores em Redes de Distribuição de até 46 kV com controle remoto; Em 2025 ocorreu encerramento de **02** projetos: **(i)** PD-00047-0096/2024 - Projeto de Otimização do Programa de Obras da Neoenergia; e **(ii)** PD-00047-0092/2021 – Cabeça de Série da Torre de Emergência Móvel para Linhas de 69 e 138kV;

Atualmente, estão em andamento **07** projetos na Companhia: **(i)** PD-00047-0091/2021– GODEL - Cabeça de série do concentrador de dados de medição – Multilink; **(ii)** PD-00047-0095/2023- Alocação Otimizada de Reatores Saturados Cabeça de Série em Redes de Distribuição Multirramais para Regulação da Tensão; e; **(iii)** PD-00047-0097/2024 - Lote Pioneiro do Projeto Sensor Inteligente de 69kV; **(iv)** PD-00047-0098/2024 - Lote Pioneiro do qualímetro com oscilografia contínua e sistema de localização de defeitos em tempo real – GODEL PQA; **(v)** PD-00047-0099/2025 Aplicação combinada de capacitor série e reator de núcleo saturado para mitigação do colapso de tensão em redes com alta penetração de GD; **(vi)** PD-00047-0100/2025 - Soluções sustentáveis e ecoeficientes para convívio da arara-azul-de-lear (Anodorhynchus leari) com a rede elétrica – Fase 2; e **(vii)** PD-00390-1098/2024 - Melhores Práticas para o Segmento de Distribuição em Face de Eventos Climáticos Extremos.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes totais investidos pelas empresas da Companhia nos projetos de pesquisa e desenvolvimento, com os níveis de TRL 6 até TRL 9, somados aos recursos destinados à gestão do Programa de PDI, corresponderam aos seguintes valores:

EMPRESA	2023	2024	2025
Cosern	R\$ 4.982	R\$ 6.975	R\$ 126
Pernambuco	R\$ 11.457	R\$ 13.868	R\$ 70
Coelba	R\$ 16.312	R\$ 12.825	R\$ 9.246
Elektro	R\$ 15.150	R\$ 18.342	R\$ 135
Brasília	R\$ 4.558	R\$ 667	R\$ 3.453
Itapebi	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Termope	R\$ 683	R\$ 861	R\$ -
Renováveis	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Geração Céu Azul	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Afluentes T	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Narandiba	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Potiguar Sul	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Atibaia	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Biguaçu	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Dourados	R\$ -	R\$ -	R\$ -
EAPSA	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Jalapão	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Santa Luzia	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Sobral	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Valores expressos em mil reais – R\$.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Como parte de sua estratégia corporativa, em 2025 a Neoenergia monitorou um conjunto de 30 metas estratégicas, estabelecidas com horizontes definidos para 2025 e 2030. A apuração dos resultados desse ano foi considerada um marco decisivo no ciclo de sustentabilidade do Grupo Neoenergia, orientando uma revisão abrangente do conjunto de metas que norteará sua atuação até 2030.

A Neoenergia conduziu uma análise estruturada que considerou, principalmente, (i) nosso plano de investimentos; (ii) o desempenho alcançado em certas metas e (iii) foco em temas prioritários. Com base nessa avaliação, a Neoenergia reestruturou seu portfólio, passando de 30 para 20 metas estratégicas, preservando seus direcionadores, fortalecendo a governança, assegurando o alinhamento com as melhores práticas internacionais e garantindo coerência com sua dinâmica operacional.

A consolidação desse novo portfólio de metas tem como objetivo assegurar que o Grupo Neoenergia avance de forma ainda mais estruturada, priorizando indicadores que traduzam com clareza sua ambição e capacidade de gerar impacto positivo. Com metas mais focadas, metodologias aprimoradas e mecanismos de gestão fortalecidos, a Neoenergia inaugura um novo ciclo orientado pela busca permanente de eficiência, transparência e criação de valor sustentável.

Além das metas de sustentabilidade, a Neoenergia vinculou sua estratégia de negócios e sustentabilidade aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, concentrando seus esforços nos ODS nos quais sua contribuição é mais relevante: fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7); e ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). A Neoenergia segue signatária dos dez princípios do Pacto Global, desde 2007, com uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

No contexto da transição energética, a Neoenergia tem avançado em um conjunto de estratégias que materializam oportunidades ASG diretamente integradas ao seu plano de negócios. Essas estratégias abrangem a descarbonização, a expansão de soluções de energia limpa, o fortalecimento da inovação tecnológica, a eficiência energética, o desenvolvimento territorial, a atuação institucional e a modernização da infraestrutura elétrica.

A Neoenergia avança na implementação de soluções de energia renovável, armazenamento e gestão inteligente de energia, ampliando sua contribuição para a redução de emissões e a diversificação de matrizes energéticas em territórios sensíveis e de alta relevância ambiental. Essas ações reforçam a capacidade da empresa de capturar oportunidades relacionadas à transição para modelos de baixo carbono.

No âmbito climático, a Neoenergia teve suas metas de redução de emissões validadas pelo SBTi, estabelecendo compromisso de atingir emissões líquidas zero dentro de prazos alinhados à ciência. Esse alinhamento cria oportunidades relevantes de acesso a financiamentos sustentáveis, fortalece a governança climática e demonstra aderência ao Acordo de Paris. As metas aprovadas abrangem reduções robustas nos Escopos 1, 2 e 3, com transformações significativas na cadeia de valor.

A Neoenergia também ampliou sua atuação institucional ao integrar iniciativas setoriais voltadas à transição energética, à descarbonização e ao aprimoramento regulatório, contribuindo com análises técnicas e formulação de recomendações estratégicas para políticas públicas. Essa participação fortalece o posicionamento da empresa em temas estratégicos do setor elétrico e gera oportunidades futuras de investimento e inovação.

No eixo de inovação, a Neoenergia tem aprofundado pesquisas e parcerias voltadas ao desenvolvimento de novas tecnologias de baixo carbono, incluindo aplicações vinculadas ao hidrogênio verde, armazenamento de energia e digitalização de sistemas elétricos. Esses avanços ampliam o portfólio tecnológico e posicionam a companhia na fronteira da transição energética.

Em eficiência energética, a Neoenergia tem expandido iniciativas voltadas ao uso racional da energia, à modernização de instalações, à redução de perdas sistêmicas e à promoção de soluções eficientes em diferentes segmentos consumidores, contribuindo para ganhos de produtividade e mitigação de emissões.

No campo sociocultural, a Neoenergia mantém iniciativas que integram preservação do patrimônio histórico, valorização da cultura, promoção do esporte feminino e apoio a programas de inclusão, conectando eficiência energética, consumo responsável e impacto social positivo.

Por fim, em infraestrutura essencial, a Neoenergia tem ampliado oportunidades de financiamento para investimentos em modernização, automação e expansão das redes de distribuição, com foco em resiliência climática, atendimento a comunidades vulneráveis e integração eficiente de fontes renováveis ao sistema elétrico. Essas iniciativas reforçam a segurança do fornecimento, a capacidade operacional e a qualidade do serviço prestado.

Em conjunto, essas estratégias estruturam um portfólio integrado de oportunidades ASG que fortalece a competitividade da Neoenergia, amplia sua capacidade de geração de valor sustentável e posiciona a empresa de forma consistente frente às demandas da transição energética, da regulação climática global e do mercado financeiro.

O Grupo Neoenergia ao final de 2025 já tinha um total de mais de 50 títulos verdes emitidos pela Corporação no valor total aproximado de R\$ 37 bilhões, destinados ao financiamento de projetos renováveis, de transmissão, de distribuição ou ESG linked.

2.11 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Exercício de 2025

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houveram outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Exercício de 2024

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houveram outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Exercício de 2023

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houveram outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

ANEXO III

ORÇAMENTO DE CAPITAL

ORÇAMENTO DE CAPITAL - R\$ MM	2026
APLICAÇÕES DE RECURSOS	
REDES	7.267
Distribuição	7.227
Transmissão	40
RENOVÁVEIS	212
LIBERALIZADO	155
HOLDING	17
TOTAL	7.651
FONTE DE RECURSOS	
Retenção de lucros	3.431
Geração de caixa e recursos de terceiros líquidos	4.220
TOTAL	7.651

ANEXO IV

CANDIDATOS PARA MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

Conselho de Administração

Nome	David José Mesonero Molina		
Data de Nascimento	16/10/1980		
Profissão	Licenciado em Administração e Gestão de Empresas		
Passaporte	PAT 202041		
Órgão da Administração	Conselho de Administração	Cargo Eletivo Ocupado	Membro Titular
Data da Eleição	14/07/2025	Data de Posse	14/07/2025
Prazo do Mandato	Até 21/08/2027	Eleito pelo Controlador?	Sim
Nº de Mandatos	1	Percentual de Participação em Reuniões	100%
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro Titular do Comitê Financeiro		
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não se aplica.		
Experiências profissionais durante os últimos 5 anos:			
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Iberdrola Energía Internacional, S.A.U. Setor: Elétrico		
Cargo:	Membro do Comitê de Auditoria e Compliance		
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	(a) o grupo econômico do emissor		

Nome e Setor de atividade da Empresa:	Iberdrola, S.A. Setor: Elétrico
Cargo:	Diretor de Desenvolvimento Corporativo
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	(a) o grupo econômico do emissor
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Foi Diretor Geral Financeiro (Chief Financial Officer ou “CFO”) do Grupo Prisa. Antes de assumir este cargo, foi vice-diretor da Divisão de Desenvolvimento Corporativo da Iberdrola, S.A. Da mesma forma, David foi CFO da Siemens Gamesa Renewable Energy, S.A.U. – “SGRE” e membro do seu Comitê de Gestão desde a criação da SGRE, tendo conseguido obter o grau de investimento da empresa (BBB) junto às principais agências de rating e o refinanciamento de toda a sua dívida, sempre sob critérios de sustentabilidade (ESG). Também foi membro do Conselho de Administração da Iberdrola Renovables Energía, S.A.U, Iberdrola Renovables Internacional, S.A.U., Iberdrola Energía Sostenible España, S.L.U., ScottishPower Renewable Energy Limited, Neoenergia Renovables, S.A, Iberdrola Australia Limited, Windar, Adwen (ex-joint venture focada em Offshore entre Gamesa e Areva), Avangrid Renewables, LLC e os conselhos Escritórios regionais da Gamesa na Índia, México e Brasil. Antes de sua nomeação como CFO, foi Diretor Geral de Desenvolvimento Corporativo e Estratégia, liderando o processo de fusão entre a Gamesa e a Siemens Wind Power. Como resultado, foi nomeado Diretor de Integração, duplicando os objetivos de sinergia, e membro do Comitê Diretivo do programa L3AD 2020.
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou

	inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com: (i) administrador(a) do emissor; e (ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.	
Não.	
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; e (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.	
Sim, conforme informado acima.	
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	
N/A	

Nome	Denísio Augusto Liberato Delfino		
Data de Nascimento	02/02/1979		
Profissão	Graduado em Economia pela Universidade Federal de Viçosa (MG), mestre e doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas - São Paulo		
CPF	043.048.226-40		
Órgão da Administração	Conselho de Administração	Cargo Eletivo Ocupado	Membro Titular
Data da Eleição	16/09/2025	Data de Posse	16/09/2025
Prazo do Mandato	Até 21/08/2027	Eleito pelo Controlador?	Não
Nº de Mandatos	3	Percentual de Participação em Reuniões	100%
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro Titular do Comitê de Sustentabilidade		
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não se aplica.		

Experiências profissionais durante os últimos 5 anos:	
Nome e Setor de atividade da Empresa:	BB Asset Management Setor: Financeiro (Gestora de Recursos)
Cargo:	Diretor Presidente – 07/2023 a 07/2025
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não aplicável
Nome e Setor de atividade da Empresa:	PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil Setor: Financeiro (Fundo de Pensão)
Cargo:	Diretor de Investimentos – 06/2022 a 06/2023
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	(a) o grupo econômico do emissor
Nome e Setor de atividade da Empresa:	PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil Setor: Financeiro (Fundo de Pensão)
Cargo:	Diretor de Participações – 06/2000 a 05/2022
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	(a) o grupo econômico do emissor

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com: (i) administrador(a) do emissor; e (ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.	
Não.	
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; e (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.	
Sim, conforme informado acima.	
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	
N/A	

Nome	Félix Sobrino Martínez		
Data de Nascimento	03/03/1975		
Profissão	Licenciado em Direito		
Passaporte	PAG 526937		
Órgão da Administração	Conselho de Administração	Cargo Eletivo Ocupado	Membro Suplente
Data da Eleição	14/07/2025	Data de Posse	14/07/2025
Prazo do Mandato	Até 21/08/2027	Eleito pelo Controlador?	Sim
Nº de Mandatos	1	Percentual de Participação em Reuniões	0%
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica.		

Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não se aplica.
Experiências profissionais durante os últimos 5 anos:	
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Iberdrola Energía España, S.A.U. Setor: Elétrico
Cargo:	Conselheiro Dominical
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	(a) o grupo econômico do emissor
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Iberdrola S.A. Setor: Elétrico
Cargo:	
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	(a) o grupo econômico do emissor
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou

	inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com: (i) administrador(a) do emissor; e (ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.	
Não.	
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; e (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.	
Sim, conforme informado acima.	
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	
N/A	

Nome	Ana Teresa Lafuente González		
Data de Nascimento	07/12/1967		
Profissão	Engenheira Industrial com especialidade em Elétrica – pela Universidad Pontificia Comillas		
Passaporte	Passaporte Espanhol nº PA 0677835 (Estrangeira)		
Órgão da Administração	Conselho de Administração	Cargo Eletivo Ocupado	Membro Suplente
Data da Eleição	12/03/2026	Data de Posse	12/03/2026
Prazo do Mandato	Até 21/08/2027	Eleito pelo Controlador?	Sim
Nº de Mandatos	1	Percentual de Participação em Reuniões	0%
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro do Conselho de Administração da Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Cosern, Neoenergia Elektro e Neoenergia Brasília.		
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não se aplica.		

Experiências profissionais durante os últimos 5 anos:	
Nome e Setor de atividade da Empresa:	IBERDROLA Setor: Energia
Cargo:	Diretora Global de Redes – Janeiro 2024
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	(a) o grupo econômico do emissor
Nome e Setor de atividade da Empresa:	IBERDROLA Setor: Energia
Cargo:	Direção Regional Leste - Agosto 2019 – 2023
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	(a) o grupo econômico do emissor
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	N/A
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com: (i) administrador(a) do emissor; e	

(ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.
Não.
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; e (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.
Sim, conforme informado acima.
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes
N/A

Nome	Francesco Gaudio		
Data de Nascimento	12/11/1946		
Profissão	Graduado em Contabilidade		
CPF	128.804.777-00		
Órgão da Administração	Conselho Fiscal	Cargo Eletivo Ocupado	Membro Titular
Data da Eleição	30/04/2026	Data de Posse	30/04/2026
Prazo do Mandato	1 ano Até AGO 2027	Eleito pelo Controlador?	Sim
Nº de Mandatos	9	Percentual de Participação em Reuniões	100%
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica.		
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não se aplica.		
Experiências profissionais durante os últimos 5 anos:			
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia Celpe – Companhia Energética de Pernambuco		

	Cosern – Companhia Energética do Rio Grande do Norte Elektro Redes S.A.
Cargo:	Membro Titular e Presidente do Conselho Fiscal
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	(a) o grupo econômico do emissor
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	- Mesbla Serviços Financeiros S/A - Diretoria - Banco Dracma S/A. - Diretoria - Iberdrola Energia do Brasil - Diretor Administrativo e Financeiro - Neoenergia S.A. - Membro Titular do Conselho Fiscal (Presidente) - Celpe – Companhia Energética de Pernambuco - Membro Titular do Conselho Fiscal (Presidente) - Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Membro Titular do Conselho Fiscal (Presidente) - Cosern – Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Membro Titular do Conselho Fiscal (Presidente) Elektro Redes S.A. - Membro Titular do Conselho Fiscal (Presidente)
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma

Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com: (i) administrador(a) do emissor; e (ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.
Não.
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; e (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.
Sim, conforme informado acima.
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes
N/A

Nome	Eduardo Valdés Sanchez		
Data de Nascimento	30/09/1966		
Profissão	Graduado em Engenharia Industrial		
CPF	055.017.167-39		
Órgão da Administração	Conselho Fiscal	Cargo Eletivo Ocupado	Membro Titular
Data da Eleição	30/04/2026	Data de Posse	30/04/2026
Prazo do Mandato	1 ano Até AGO 2027	Eleito pelo Controlador?	Sim
Nº de Mandatos	7	Percentual de Participação em Reuniões	100%
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica.		
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não se aplica.		
Experiências profissionais durante os últimos 5 anos:			
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Grupo Inovainfo – 2013 até a presente data Setor: Varejo de Produtos Tecnológicos		

Cargo:	Sócio Fundador
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não aplicável.
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia • Celpe – Companhia Energética de Pernambuco • Cosern – Companhia Energética do Rio Grande do Norte Elektro Redes S.A.
Cargo:	Membro Titular do Conselho Fiscal
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	(a) o grupo econômico do emissor
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Grupo Inovainfo – Sócio Fundador - 2013 até a presente data AN20 Participações – Sócio Diretor - 2008 a 2017 Iansã Energia e Participações – Administrador - 2008 a 2017 • TIM, Telecom Itália - Diretor Regional Nordeste • Neoenergia S.A. - Membro Titular do Conselho Fiscal • Celpe – Companhia Energética de Pernambuco - Membro Titular do Conselho Fiscal • Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Membro Titular do Conselho Fiscal • Cosern – Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Membro Titular do Conselho Fiscal

	Elektro Redes S.A. - Membro Titular do Conselho Fiscal
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com:	
(i) administrador(a) do emissor; e	
(ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.	
Não.	
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e:	
(i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;	
(ii) controlador direto ou indireto do emissor; e	
(iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.	
Sim, conforme informado acima.	
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	
N/A	

Nome	João Guilherme Lamenza		
Data de Nascimento	17/07/1965		
Profissão	Contador		
CPF	835.606.707-30		
Órgão da Administração	Conselho Fiscal	Cargo Eletivo Ocupado	Membro Titular
Data da Eleição	30/04/2026	Data de Posse	30/04/2026
Prazo do Mandato	1 ano Até AGO 2027	Eleito pelo Controlador?	Sim
Nº de Mandatos	6	Percentual de Participação em Reuniões	100%

Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica.
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não se aplica.
Experiências profissionais durante os últimos 5 anos:	
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Ampla Serviços e Assessoria Contábil Setor: Terceirização de Serviços Contábeis, Fiscais e Trabalhistas
Cargo:	Sócio Diretor
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não aplicável.
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	• Neoenergia S.A. - Membro Titular do Conselho Fiscal • Celpe – Companhia Energética de Pernambuco - Membro Titular do Conselho Fiscal • Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Membro Titular do Conselho Fiscal • Cosern – Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Membro Titular do Conselho Fiscal Elektro Redes S.A. - Membro Titular do Conselho Fiscal
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com: (i) administrador(a) do emissor; e	

(ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.
Não.
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; e (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.
Sim, conforme informado acima.
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes
N/A

Nome	Rene Nunes dos Santos		
Data de Nascimento	27/06/1965		
Profissão	Graduado em Economia		
CPF	297.746.751-34		
Órgão da Administração	Conselho Fiscal	Cargo Eletivo Ocupado	Membro Titular
Data da Eleição	30/04/2026	Data de Posse	30/04/2026
Prazo do Mandato	1 ano Até AGO 2027	Eleito pelo Controlador?	Sim
Nº de Mandatos	1	Percentual de Participação em Reuniões	0
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica.		
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não se aplica.		
Experiências profissionais durante os últimos 5 anos:			
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Federação Nacional das AABB – FENABB Setor: Organização Sindical		
Cargo:	Membro do Conselho Deliberativo		

Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não se aplica.
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Celpe – Companhia Energética de Pernambuco - Membro Titular do Conselho Fiscal Setor: Elétrico
Cargo:	Membro Titular do Conselho Fiscal
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	(a) o grupo econômico do emissor.
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Funcionário do Banco do Brasil por 32 anos, atuou como presidente da FENABB - Federação Nacional das AABB - 2014 a 2020. Membro Suplente do Conselho Fiscal da Previ, eleito pelos associados com mandato até 31.05.2024 e, Presidente do Conselho Deliberativo da Federação Nacional das AABB -FENABB até 31.05.2024.
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com:	(i) administrador(a) do emissor; e (ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.
Não.	

Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; e (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.
Sim, conforme informado acima.
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes
N/A

Nome	Glaucia Janice Nitsche		
Data de Nascimento	09/07/1974		
Profissão	Graduada em Ciências Contábeis		
CPF	629.348.210-72		
Órgão da Administração	Conselho Fiscal	Cargo Eletivo Ocupado	Membro Suplente
Data da Eleição	30/04/2026	Data de Posse	30/04/2026
Prazo do Mandato	1 ano Até AGO 2027	Eleito pelo Controlador?	Sim
Nº de Mandatos	8	Percentual de Participação em Reuniões	0%
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica.		
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não se aplica.		
Experiências profissionais durante os últimos 5 anos:			
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Celpe – Companhia Energética de Pernambuco - Cosern – Companhia Energética do Rio Grande do Norte Elektro Redes S.A.		
Cargo:	Membro Suplente do Conselho Fiscal		

Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	(a) o grupo econômico do emissor
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Schmidt Desenvolvimento Empresarial
Cargo:	Co-founder – junho de 2018 até o momento
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não se aplica.
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Co-founder da empresa Schmidt Desenvolvimento Empresarial, é Professora de Educação Financeira e Empreendedorismo na Escola Luterana de Ensino Médio São Mateus e Palestrante na Sebrae RS. - Neoenergia S.A. - Membro Titular do Conselho Fiscal - Celpe – Companhia Energética de Pernambuco – Membro Suplente do Conselho Fiscal - Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Membro Suplente do Conselho Fiscal - Cosern – Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Membro Suplente do Conselho Fiscal Elektro Redes S.A. - Membro Suplente do Conselho Fiscal
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou

	inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com: (i) administrador(a) do emissor; e (ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.	
Não.	
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; e (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.	
Sim, conforme informado acima.	
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	
N/A	

Nome	Antônio Carlos Lopes		
Data de Nascimento	25/06/1958		
Profissão	Graduado em Ciências Contábeis		
CPF	898.205.508-82		
Órgão da Administração	Conselho Fiscal	Cargo Eletivo Ocupado	Membro Suplente
Data da Eleição	30/04/2026	Data de Posse	30/04/2026
Prazo do Mandato	1 ano Até AGO 2027	Eleito pelo Controlador?	Sim
Nº de Mandatos	4	Percentual de Participação em Reuniões	0%
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica.		
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não se aplica.		

Experiências profissionais durante os últimos 5 anos:	
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia • Celpe – Companhia Energética de Pernambuco • Cosern – Companhia Energética do Rio Grande do Norte Elektro Redes S.A.
Cargo:	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	(a) o grupo econômico do emissor
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Asscont Assessoria Contábil e Auditoria S/S (41 anos)
Cargo:	Sócio-diretor
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não aplicável.
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Sócio-diretor das empresas Asscont Assessoria Contábil e Auditoria S/S (41 anos), Asscont Consultoria e Gestão Ltda.(25 anos), Technique Search Brasil (14 anos) e Automóvel & Cia. Ltda. (19 anos). • Neoenergia S.A. - Membro Titular do Conselho Fiscal • Celpe – Companhia Energética de Pernambuco – Membro Suplente do Conselho Fiscal • Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Membro Suplente do Conselho Fiscal

	Cosern – Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Membro Suplente do Conselho Fiscal Elektro Redes S.A. - Membro Suplente do Conselho Fiscal
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com: (i) administrador(a) do emissor; e (ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.	
Não.	
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; e (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.	
Sim, conforme informado acima.	
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	
N/A	

Nome	José Antonio Lamenza		
Data de Nascimento	24/05/1961		
Profissão	Bacharel em Ciências Contábeis – Universidade Candido Mendes		
CPF	708.961.787-49		
Órgão da Administração	Conselho Fiscal	Cargo Eletivo Ocupado	Membro Suplente
Data da Eleição	30/04/2026	Data de Posse	30/04/2026
Prazo do Mandato	1 ano Até AGO 2027	Eleito pelo Controlador?	Sim

Nº de Mandatos	5	Percentual de Participação em Reuniões	0%
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica.		
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não se aplica.		
Experiências profissionais durante os últimos 5 anos:			
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia • Celpe – Companhia Energética de Pernambuco • Cosern – Companhia Energética do Rio Grande do Norte Elektro Redes S.A.		
Cargo:	Membro Suplente do Conselho Fiscal		
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	(a) o grupo econômico do emissor		
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Ampla Serviços e Assessoria Contábil Setor: Serviços Contábeis, Fiscais e Trabalhistas		
Cargo:	Sócio Diretor		
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não aplicável.		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	• Neoenergia S.A. - Membro Titular do Conselho Fiscal		

	• Celpe – Companhia Energética de Pernambuco – Membro Suplente do Conselho Fiscal • Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Membro Suplente do Conselho Fiscal • Cosern – Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Membro Suplente do Conselho Fiscal		
	Elektro Redes S.A. - Membro Suplente do Conselho Fiscal		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma		
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com: (i) administrador(a) do emissor; e (ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.			
Não.			
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; e (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Sim, conforme informado acima.			
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes			
N/A			
Nome	Karen Motta Albuquerque		
Data de Nascimento	19/05/1974		
Profissão	Graduada em Ciências Contábeis		
CPF	028.261.977-11		
Órgão da Administração	Conselho Fiscal	Cargo Eletivo Ocupado	Membro Suplente

Data da Eleição	30/04/2026	Data de Posse	30/04/2026
Prazo do Mandato	1 ano Até AGO 2027	Eleito pelo Controlador?	Sim
Nº de Mandatos	1	Percentual de Participação em Reuniões	0%
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica.		
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não se aplica.		
Experiências profissionais durante os últimos 5 anos:			
Nome e Setor de atividade da Empresa:	PPSA - Pré-Sal Petróleo S/A Setor: Petróleo		
Cargo:	Membro do Comitê de Auditoria		
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não se aplica.		
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Petrobrás Setor: Petróleo		
Cargo:	Membro do Comitê de Auditoria		
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não se aplica.		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Executiva Sênior com mais de 30 anos de experiência em posições de liderança em diferentes áreas, com resultados bem-sucedidos na condução de processos de M&A e de Aquisição de Ativos. Gestão de stakeholders, amplo histórico de resultados positivos na realização de análises		

	econômicas de projetos de Energia. Reconhecida expertise em análise de contratos e no planejamento tributário. Diretora Estatutária responsável por departamentos como Financeiro, Contábil, Fiscal, Trading, Administrativo, TI e RH, executiva com reporte para a matriz na Austrália, onde possui ações negociadas na ASX (bolsa de valores australiana). Primeira funcionária e peça-chave na transformação da empresa em fase pré operacional/exploratória para uma empresa em produção de óleo. Responsável pela negociação de contratos, M&A e handover. Integridade, ética, organização e comprometimento são fortes valores pessoais e profissionais.
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com: (i) administrador(a) do emissor; e (ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.	
Não.	
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; e (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.	
Sim, conforme informado acima.	
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	
N/A	

ANEXO V

INFORMAÇÕES SOBRE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E DO CONSELHO FISCAL (ITEM 8 DO FRE – RESOLUÇÃO CVM 80/2022)

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia aprovou em 23 de abril de 2019 nova versão de sua Política de Remuneração dos Administradores (“Política de Remuneração”), aplicável aos membros da Diretoria Estatutária da Companhia, do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento.

Os objetivos da Política de Remuneração são os de atrair e reter os profissionais com as competências e valores requeridos pela Companhia, motivá-los a atingir resultados e criar valor para os acionistas e demais *stakeholders*. Desta forma, os programas de remuneração da Companhia buscam reconhecer e recompensar os desempenhos individuais relacionados aos resultados da Companhia, em níveis competitivos aos de mercado.

A Política de Remuneração é parte do Sistema de Governança da Companhia, sendo disponibilizada, por meio do link <https://www.neoenergia.com/politicas-governanca-corporativa>.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.

Em sua estrutura organizacional, a Companhia conta com o Comitê de Remuneração e Sucessão (“Comitê de Remuneração”), órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, de caráter permanente, cuja finalidade consiste em analisar previamente e propor suas recomendações ao Conselho de Administração sobre políticas, diretrizes e metodologia de remuneração dos administradores da Companhia, tendo como base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho de Administração, as referências de mercado e índices de inflação.

Anualmente, podendo ser revisitado sempre que necessário, o Conselho de Administração avalia as recomendações do Comitê de Remuneração e define a composição da remuneração individual dos administradores, respeitando, imprescindivelmente, os limites globais aprovados previamente em Assembleia Geral.

Adicionalmente, nos termos da Política de Remuneração, o Conselho de Administração da Companhia deverá, com auxílio do Comitê de Remuneração e Sucessão: (i) definir metas de desempenho financeiras e não financeiras para o Diretor Presidente no início do exercício do seu mandato, de acordo com proposta do Comitê de Remuneração e Sucessão; (ii) definir ou delegar ao Diretor Presidente a definição de metas de desempenho financeiras e não financeiras para os demais Diretores no início do

exercício do seu mandato; (iii) realizar anualmente a avaliação formal do Diretor Presidente da Companhia; e (iv) realizar anualmente ou delegar ao Diretor Presidente a avaliação formal dos demais Diretores Estatutários da Companhia, que se refere tanto a metas acordadas quanto a outros elementos subjetivos de avaliação.

É facultada a delegação ao Diretor Presidente, a definição de metas e avaliação dos demais Diretores sendo que, neste caso, o Diretor Presidente deve implementar um processo anual e sistemático de avaliação de desempenho da Diretoria, que, assim como os resultados, devem ser compartilhados com o Conselho de Administração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A Companhia acompanha e verifica as práticas de mercado periodicamente por meio de pesquisas salariais realizadas por consultorias especializadas, visando manter sua competitividade frente às empresas de mesmo porte e do Setor de Energia. Estas pesquisas são realizadas por meio de metodologias (Job Matching / Pontuação) que comparam o nível de responsabilidade de cada função desempenhada na Companhia com posições semelhantes no Mercado Regulado.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Os níveis de remuneração dos administradores da Companhia são balizados na prática de mercado, obtida anualmente por meio de pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas, das quais são selecionados painéis específicos de empresas que reflitam uma combinação das seguintes características:

- a. porte similar ao da Companhia, em termos de faturamento; e
- b. setor de atuação da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia avalia a adequação das práticas e da política de remuneração no momento da fixação da remuneração global anual para os administradores previamente à assembleia geral ordinária que aprova o montante máximo a ser distribuído entre os órgãos da administração.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **Conselho de Administração**

Estabelecida anualmente pela Assembleia Geral, a remuneração do Conselho de Administração consubstancia-se em uma remuneração fixa, que é balizada nas práticas de mercado e visa reconhecer o valor dos Conselheiros interna e externamente. A referida remuneração é paga mensalmente, não estando prevista remuneração adicional quando da realização e/ou participação em mais de uma reunião

do Conselho de Administração dentro do mesmo mês. Para este órgão não há pacote de benefícios e pagamento de remuneração variável de curto e longo prazo.

Durante o exercício de 2025 os membros titulares do Conselho de Administração receberam apenas honorários mensais. O valor dos honorários não é o mesmo para todos os membros, pois é atribuído um honorário maior para o Presidente do Conselho de Administração e para os membros que participam concomitantemente dos Comitês. De maneira geral, os honorários foram estabelecidos de acordo com os padrões de referência no mercado, a partir de pesquisas anuais, com o objetivo de retribuição pelos serviços prestados.

- **Diretoria Estatutária**

O Comitê de Remuneração e Sucessão, assessorará o Conselho de Administração nas matérias de remuneração dos Diretores sendo responsável pelas seguintes funções, dentre outras estabelecidas em seu regimento interno: (i) propor níveis de remuneração para a Diretoria Estatutária, inclusive para remuneração variável em função dos resultados obtidos; (ii) propor a formulação e avaliação dos objetivos estratégicos da Companhia para fins de remuneração variável das Diretorias do grupo Neoenergia; (iii) planejar e recomendar ações estratégicas para sucessão dos membros da Diretoria Estatutária das companhias do grupo Neoenergia; (iv) propor políticas de seleção, avaliação, desenvolvimento e remuneração dos membros da Diretoria Estatutária das companhias do grupo Neoenergia.

A remuneração da Diretoria Estatutária é fixada pelo Conselho de Administração, observando sempre os limites globais da remuneração fixados pela Assembleia Geral.

A remuneração total da Diretoria é composta pelos seguintes elementos:

Remuneração Fixa: Visa reconhecer e refletir o valor do cargo interna e externamente, bem como o desempenho individual, experiência, formação e conhecimento do executivo. A remuneração fixa é revisada anualmente.

Remuneração Variável: Tem por objetivo premiar o atingimento de metas individuais e da Companhia alinhadas ao planejamento estratégico. É composta por um elemento variável anual (curto prazo) e outro vinculado ao desempenho da Companhia com relação a determinados parâmetros econômico-financeiros e operacionais concretos, predeterminados, quantificáveis e alinhados com os objetivos estratégicos do grupo Neoenergia (longo prazo).

Os parâmetros guardarão relação, em sua maior parte, com os aspectos econômico-financeiros e operacionais e serão concretos, predeterminados, quantificáveis e alinhados com os interesses sociais e com os objetivos estratégicos da Companhia, assim como com a criação de valor a longo prazo e de maneira sustentável para os acionistas, levando em consideração a área de atividade da alta diretoria e seu desempenho individual.

Benefícios diretos e indiretos: Conjunto de benefícios assistenciais que visam contribuir com a qualidade de vida dos membros da Diretoria, incluindo seguros de vida, previdência e veículos.

Nesse sentido, a remuneração da Diretoria Estatutária em 2025 foi composta por três elementos:

- (i) Honorário anual, divididos em 12 (doze) parcelas mensais;
- (ii) Remuneração Variável, dividida em Incentivo de Curto Prazo (ICP) e Incentivos de Longo Prazo (ILP). O Incentivo de Curto Prazo (ICP) tem seu valor resultante do alcance de metas anuais estabelecidas para a diretoria. O Incentivo de Longo Prazo (ILP) é um programa que alinha os objetivos de longo prazo da Organização com as metas dos diretores de forma sustentável,

reconhecendo o desempenho do executivo juntamente com a performance da Companhia; e

(iii) Pacote de benefícios que inclui PGBL, Seguro de Vida, Plano de Saúde e Odontológico, veículo.

- **Conselho Fiscal**

Os membros titulares do Conselho Fiscal recebem apenas honorários mensais. O valor dos honorários é estabelecido e aprovado pela Assembleia Geral anualmente, observado o limite legal equivalente à 10% da média atribuída à Diretoria Estatutária, nos termos da Lei 6.404/76. Para este órgão não há pacote de benefícios e pagamento de remuneração variável de curto e longo prazo.

- **Comitês**

No exercício de 2025 a Companhia possuiu 5 (cinco) Comitês, sendo: Comitê Financeiro, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e Sucessão, Comitê de Partes Relacionadas e Comitê de Sustentabilidade. Cada um dentro de seu escopo é responsável pelas grandes decisões administrativas do dia a dia da empresa, pelo planejamento e acompanhamento de ações estratégicas. Cada Comitê é formado por cinco membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo Conselho de Administração, com exceção do Comitê de Partes Relacionadas que é formado por três membros.

A remuneração dos membros dos Comitês de assessoramento é definida pelo Conselho de Administração. Para estes membros não há pacote de benefícios e pagamento de remuneração variável de curto e longo prazo.

Durante o exercício de 2025 os membros indicados para os Comitês receberam apenas honorários mensais, não tendo vínculo empregatício com a Companhia, de forma que seus honorários não foram superiores aos membros do Conselho de Administração. O valor dos honorários não é o mesmo para todos os membros, pois é atribuído um honorário maior para o Presidente do Comitê.

De maneira geral, os honorários foram estabelecidos de acordo com os padrões de referência no mercado, a partir de pesquisas anuais, com o objetivo de retribuição pelos serviços prestados.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

A proporção de cada elemento da remuneração total em relação aos exercícios sociais findos em 2025, 2024 e 2023 será apresentada na tabela abaixo:

Ano	Cargo	Honorários	Benefícios	Outros (encargos sociais sobre honorários)	Remuneração Variável	Outros (encargos sociais sobre bônus)	Outros Descrição de outras remunerações variáveis	Cessaçã do cargo	Total
2023	Conselho de Administração	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
2023	Diretoria Estatutária	39,7%	8,8%	0,0%	31,0%	0,0%	16,5%	4,0%	100,0%
2023	Conselho Fiscal	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%

20 24	Conselho de Administração	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
20 24	Diretoria Estatutária	39,0%	9,2%	0,0%	32,2%	0,0%	19,7%	0,0%	100,0%
20 24	Conselho Fiscal	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
20 25	Conselho de Administração	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
20 25	Diretoria Estatutária	35,6%	9,4%	0,0%	34,9%	0,0%	15,0%	5,1%	100,0%
20 25	Conselho Fiscal	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%

• Metodologia de cálculo e de reajuste

A Companhia acompanha periodicamente as práticas de mercado por meio de pesquisas salariais realizadas por consultorias especializadas, visando manter sua competitividade frente às empresas de mesmo porte e do Setor de Energia. Anualmente o Comitê de Remuneração e Sucessão apresenta as premissas da proposta global da remuneração dos administradores para o Conselho de Administração, tendo como base as referências de mercado e índices de inflação. Na assembleia geral ordinária de acionistas são estabelecidas as remunerações máximas para os administradores da empresa para o ano em curso e, na reunião do Conselho de Administração subsequente, esta remuneração é distribuída pelos órgãos da Administração.

Durante o exercício de 2025, os elementos de remuneração foram reajustados da seguinte forma:

- Honorários: reajuste aplicado em função de pesquisas sobre práticas de mercado levando em consideração a Estratégia do Negócio. Em 2025 os honorários dos Conselho de Administração e dos Diretores foram reajustados individualmente conforme os papéis e responsabilidades assumidos. Os honorários do Conselho Fiscal foram reajustados para cumprimento da legislação.
- Benefícios: PGBL e Seguro de Vida reajuste vinculado à variação dos Honorários; Plano de Saúde e Odontológico têm seu reajuste vinculado à variação de custos médicos e odontológicos e índices de sinistralidade apurados pela seguradora.
- Remuneração Variável:

O Incentivo de Curto Prazo (ICP) da Diretoria Estatutária é pago anualmente com base no atingimento dos objetivos estabelecidos no início do ano corrente e aprovado pelo Conselho de Administração, proporcionalmente ao tempo trabalhado. Os valores máximos variam entre 80% e 100% da remuneração anual, de acordo com o cargo ocupado, e cada Diretor poderá obter um resultado individual compreendido no intervalo de 0 a 1.000 pontos, sobre o qual será apurado o ICP.

A apuração é aprovada pelo Conselho de Administração, após recomendação do Comitê de Remuneração e Sucessão e prévia auditoria do Auditor Interno.

O Incentivo de Longo de Prazo (ILP) é destinado à Diretoria Estatutária da empresa. Um dos programas é pago com base em objetivos corporativos fixados para o período de avaliação determinado no Programa vigente. O beneficiário contemplado é elegível ao recebimento de um montante individual máximo (prêmio definido correspondente ao atingimento de 100% dos objetivos estabelecidos), conforme indicação do Conselho de Administração, desde que sejam cumpridas as condições gerais previstas no Regulamento do Programa. Após o período de definição dos objetivos corporativos de longo prazo, eles são apurados e, com base no percentual alcançado, paga-se o ILP, em três parcelas iguais, sucessivas e anuais. A apuração é aprovada pelo Conselho de Administração, após recomendação do Comitê de Remuneração e Sucessão e prévia auditoria do Auditor Interno.

O Programa de Retenção 2022-2025 consiste em um bônus pago em 4 parcelas (dez/22, jun/23, jun/24, jun/25) e sujeito à manutenção do contrato de trabalho até dez/25. Os pagamentos referentes as parcelas de dezembro/2022, junho/2023, junho/2024 e junho/2025 já foram realizados em forma de bônus. O Programa visa incentivar a dedicação exclusiva e integral dos beneficiários com conhecimento diferenciado acerca das operações da Companhia.

A alteração das premissas de cada Programa está vinculada à aprovação do Conselho de Administração, levando em consideração práticas de Mercado e Estratégia no Negócio.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

O elemento da remuneração que possui correlação com indicadores de desempenho é a Remuneração Variável, que é influenciada pela composição de vários indicadores auferidos em cada exercício social. Entre os principais indicadores estão: Lucro Líquido, EBITDA, Crescimento, redução de Despesas Operacionais, imagem da Organização, otimizar Plano de Investimento, melhorar o Índice de Qualidade do Serviço, Fortalecimento do capital intelectual, compromisso com empregos em comunidades aumentando o número de mulheres em posições relevantes entre outros.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A prática de remuneração da Companhia prevê apenas honorários mensais fixos para os membros do Conselho de Administração, dos Comitês e do Conselho Fiscal em decorrência de sua função deliberativa e de controle. Por outro lado, a composição da remuneração da Diretoria Estatutária visa refletir a responsabilidade de cada cargo, sempre mantendo a competitividade com o mercado. A Companhia busca incentivar a melhoria contínua da gestão, a atração e a retenção de seus Diretores, tendo como principais estratégias: (a) garantir uma remuneração fixa e um pacote de benefícios competitivos com as práticas do mercado e (b) complementar o pacote de remuneração com elementos variáveis de curto e longo prazo, os quais estão atrelados ao desempenho da Companhia e aos desempenhos individuais.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existem membros titulares não remunerados na Diretoria Estatutária, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, conforme tabela 8.2. Os membros suplentes não percebem honorários mensais, sendo elegíveis ao pagamento somente na ausência do membro titular.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Desde o exercício 2025, os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia não perceberam qualquer remuneração que seja suportada por quaisquer subsidiárias, controladas ou controladores (diretos ou indiretos) da Neoenergia S.A. em função do cargo que ocupam na Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

A Companhia não possui qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor, portanto, o item não é aplicável.

8.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros *	23,00	8,00	10,00	41,00
Nº de membros remunerados	13,00	8,00	5,00	26,00
Remuneração fixa anual				0,00
Salário ou pró-labore	13.412.500,00	24.759.938,97	1.024.892,91	39.197.331,88
Benefícios direto e indireto	0,00	5.193.125,38	0,00	5.193.125,38
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (encargos sociais sobre honorários)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável				0,00
Bônus	0,00	27.308.396,97	0,00	27.308.396,97
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (encargos sociais sobre bônus)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em a��es (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (encargos sociais sobre a��es)		0,00		0,00
Observa��es	Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remunera��o	13.412.500,00	57.261.461,32	1.024.892,91	71.698.854,23

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros *	22,92	8,17	10,00	41,08
Nº de membros remunerados	12,92	8,17	5,00	26,08
Remuneração fixa anual				0,00
Salário ou pró-labore	13.200.000,10	17.706.211,61	1.007.952,11	31.914.163,82
Benefícios direto e indireto	0,00	4.660.143,17	0,00	4.660.143,17
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (encargos sociais sobre honorários)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				0,00
Bônus	0,00	17.373.113,46	0,00	17.373.113,46
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros (encargos sociais sobre bônus)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	2.559.938,58	0,00	2.559.938,58
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	7.463.411,17	0,00	7.463.411,17
Outros (encargos sociais sobre ações)		0,00		0,00
Observações	Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	13.200.000,10	49.762.817,99	1.007.952,11	63.970.770,21

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	23,00	10,00	10,00	43,00

Nº de membros remunerados	13,00	10,00	5,00	28,00
Remuneração fixa anual				0,00
Salário ou pró-labore	12.349.999,89	19.681.146,18	901.489,08	32.932.635,15
Benefícios direto e indireto	0,00	4.644.783,72	0,00	4.644.783,72
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (encargos sociais sobre honorários)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Valores referentes a encargos totais	Valores referentes a encargos totais	Valores referentes a encargos totais	0,00
Remuneração variável				0,00
Bônus	0,00	16.249.230,33	0,00	16.249.230,33
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (encargos sociais sobre bônus)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00

Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	9.924.639,62	0,00	9.924.639,62
Outros (encargos sociais sobre ações)		0,00		0,00
Observações	Em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P 2024, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P 2024, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P 2024, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	12.349.999,89	50.499.799,85	901.489,08	63.751.288,83

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	23,00	10,67	10,00	43,67
Nº de membros remunerados	13,00	10,67	5,00	28,67
Remuneração fixa anual				0,00
Salário ou pró-labore	12.558.333,34	19.104.954,43	817.727,12	32.481.014,89
Benefícios direto e indireto	0,00	4.249.903,39	0,00	4.249.903,39

Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (encargos sociais sobre honorários)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Valores referentes a encargos totais	Valores referentes a encargos totais	Valores referentes a encargos totais	0,00
Remuneração variável				0,00
Bônus	0,00	14.911.390,14	0,00	14.911.390,14
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (encargos sociais sobre bônus)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	1.907.044,52	0,00	1.907.044,52
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	7.936.958,32	0,00	7.936.958,32
Outros (encargos sociais sobre ações)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observações	Em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP 2024, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP 2024, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP 2024, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	12.558.333,34	48.110.250,81	817.727,12	61.486.311,26

8.3. Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas honorários mensais, não sendo elegíveis à Remuneração Variável.

A quantidade de membros foi apurada pela média anual do número de membros remunerados apurado mensalmente, conforme instrução do Ofício Circular Anual CVM/SEP.

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente – 2026				
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. número total de membros	23,00	8,00	10,00	41,00
c. número de membros remunerados	13,00	8,00	5,00	26,00
d. em relação ao bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	30.263.961	-	30.263.961

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	27.308.397	-	27.308.397
e. em relação à participação no resultado:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável realizada no exercício social corrente - 2025				
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. número total de membros	22,92	8,17	10,00	41,08
c. número de membros remunerados	12,92	8,17	5,00	26,08
d. em relação ao bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	19.725.670	-	19.725.670
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as	-	17.423.711	-	17.423.711

metas fossem atingidas				
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	17.373.113	-	17.373.113
e. em relação à participação no resultado:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável realizada para o exercício social corrente - 2024				
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. número total de membros	23,00	10,00	10,00	43,00
c. número de membros remunerados	13,00	10,00	5,00	28,00
d. em relação ao bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	27.398.878	-	27.398.878

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	23.608.512	-	23.608.512
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	16.249.230	-	16.249.230
e. em relação à participação no resultado:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente - 2023				
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. número total de membros	23,00	10,67	10,00	43,67
c. número de membros remunerados	13,00	10,67	5,00	28,67
d. em relação ao bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	32.212.646	-	32.212.645,96
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	36.400.147	-	36.400.147,02

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	14.911.390	-	14.911.390,14
e. em relação à participação no resultado:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

8.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

a. termos e condições gerais

O ILP é um mecanismo de remuneração e de retenção dos administradores, executivos e gestores das empresas pertencentes à Companhia. O Programa aprovado tem uma vigência de seis anos divididos da seguinte forma: (1) Período de avaliação do nível de desempenho dos Objetivos: 1º de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2022; e (2) Período de liquidação: pagamento anual em 3 parcelas nos exercícios 2023 a 2025.

b. data de aprovação e órgão responsável

Em 16 de março e 20 de abril de 2020, o Conselho de Administração e a Assembleia Geral Extraordinária, respectivamente, aprovaram a implantação de um Programa de Incentivo de Longo Prazo ("ILP"), baseado em ações.

c. número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações líquidas a ser entregues a todos os Beneficiários do Programa 2020-2022 (controladora e controladas) será de 3.650.000 (três milhões, seiscentos e cinquenta mil), equivalente a 0,3% da capitalização e equivalente a R\$ 91MM líquidos, excluídos os impostos, encargos sociais e previdenciários.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Não se aplica.

e. condições de aquisição de ações

O Programa 2020-2022 está vinculado ao desempenho da Companhia em relação aos seguintes objetivos, projetando um cenário desafiador para uma empresa com crescimento rentável, sólida financeiramente e comprometida com o desenvolvimento sustentável, conforme apresentado abaixo:

Peso	Objetivo
30%	Crescimento médio anual acumulado (CAGR) do Benefício líquido para o período 2020-2022 baseado no fechamento 2019
20%	Evolução comparada do Retorno total para o acionista (TSR) em relação comparável
20%	Manutenção da solidez financeira da Sociedade: Dívida Líquida / EBITDA
30%	Objetivos de desenvolvimento sustentável

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de aquisição das ações será o preço de mercado nas suas respectivas datas de compra.

Adicionalmente, em 15 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a recompra de até 2.555.000 (dois milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil) ações, via contratação de instrumento financeiro (*Equity Swap*), para proteger a Companhia da volatilidade do preço de suas ações (NEOE3), quando este evento poderia impactar negativamente os fluxos de caixa futuros assumidos no âmbito de seu Programa de Incentivo de Longo Prazo

O preço médio de referência às ações do *Equity swap*, a época, é de R\$ 16,20.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O Conselho de Administração ou o Diretor Presidente (respeitando-se a competência a eles atribuída) poderá, com base no desenvolvimento profissional e no nível de responsabilidade do Beneficiário durante o Período de Avaliação, vis-à-vis a criação de valor para a Companhia, aumentar ou reduzir o número máximo de ações líquidas do incentivo para o prazo restante do Período de Avaliação.

h. forma de liquidação

Pela entrega das ações em 3 (três) parcelas anuais, ao longo do período de liquidação.

i. restrições à transferência das ações

As ações não serão entregues, caso os pressupostos para a sua outorga não sejam cumpridos (metas não atingidas e/ou saída antecipada do beneficiário).

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Poderá ser declarado o vencimento antecipado parcial do Programa caso: (i) Companhia participe de qualquer reorganização societária com empresas não pertencentes a seu grupo econômico (ii) em caso de dissolução e/ou liquidação da Companhia; ou (iii) em caso de alteração de controle acionário, assim considerada a aquisição por pessoa física ou jurídica, considerados individualmente ou em conjunto com outras pessoas vinculadas a acordo de voto, de participação societária na Companhia superior a 50% do capital social ou participação inferior que permita ao adquirente a eleição da maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia poderá, mediante parecer do Comitê de Remuneração e Sucessão, modificar as condições deste Programa, consideradas necessárias ou convenientes, para adaptar/atender as condições legais e fiscais ou de qualquer outra natureza que podem vir a afetar os Beneficiários do Programa 2020-2022 ou a Companhia.

Nas hipóteses acima, as alterações ao Programa e seus efeitos serão comunicados aos participantes.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A manutenção da qualidade de beneficiário dos Planos de Incentivo depende, dentre outras coisas, da manutenção de vínculo empregatício com a Companhia. A perda da qualidade de beneficiário do Plano a qualquer momento de sua vigência privará o beneficiário do direito de receber qualquer valor oriundo desse incentivo, exceto nas situações abaixo:

- A incapacidade temporária por doença ou acidente reconhecidos pela seguridade social;
- Caso o Beneficiário, ao completar 65 (sessenta e cinco) anos, se aposente e tenha seu vínculo de trabalho com a Companhia encerrado, este será automaticamente excluído do Programa 2020-2022, mas continuará fazendo jus à outorga do incentivo e aos pagamentos do incentivo a que teria direito caso tivesse continuado ativo.

Não há programa ativo na Companhia para o exercício social corrente.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações, portanto, este item 8.5 não é aplicável.

8.6 - Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. data de outorga**
- e. quantidade de opções outorgadas**
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis**
- g. prazo máximo para exercício das opções**
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções**
- i. valor justo das opções na data da outorga**
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga**

A Companhia não possui remuneração baseada em opções de compra de ações, portanto, este item 8.6 não é aplicável para os últimos 3 exercícios sociais e previsão para o exercício social corrente.

8.7 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. em relação às opções ainda não exercíveis**
 - i. quantidade**
 - ii. data em que se tornarão exercíveis**
 - iii. prazo máximo para exercício das opções**
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações**
 - v. preço médio ponderado de exercício**
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social**
- e. em relação às opções exercíveis**
 - i. quantidade**

- ii. prazo máximo para exercício das opções
- iii. prazo de restrição à transferência das ações
- iv. preço médio ponderado de exercício
- v. valor justo das opções no último dia do exercício social
- f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

A Companhia não possui remuneração baseada em opções de compra de ações, portanto, este item 8.7 não é aplicável.

8.8 - Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de exercício
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

A Companhia não possui remuneração baseada em opções de compra de ações, portanto, este item 8.8 não é aplicável.

8.9 - Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários em 2026	Diretoria estatutária
b. número total de membros	8,00
c. número de membros remunerados	8,00
d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários (nº de ações)	0

Remuneração baseada em ações entregues aos beneficiários 2025	Diretoria estatutária
b. número total de membros	8,17
c. número de membros remunerados	8,17
d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários (número de ações)	802.824

Remuneração baseada em ações entregues aos beneficiários 2024	Diretoria estatutária
b. número total de membros	10,00
c. número de membros remunerados	10,00
d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários (número de ações)	1.028.886

Remuneração baseada em ações entregues aos beneficiários 2023	Diretoria estatutária
b. número total de membros	10,67
c. número de membros remunerados	10,67
d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários (número de ações)	1.125.349

8.10 - Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações a serem outorgadas 2026	Diretoria estatutária
b. número total de membros	8,00
c. número de membros remunerados	8,00
d. data de outorga	-
e. quantidade de ações outorgadas	0
f. prazo máximo para entrega das ações	-
g. prazo de restrição à transferência das ações	N/A
h. valor justo das ações na data da outorga	0
i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ -

Remuneração baseada em ações outorgadas 2025	Diretoria estatutária
b. número total de membros	8,17
c. número de membros remunerados	8,17
d. data de outorga	01/12/2020
e. quantidade de ações outorgadas	1.003.530
f. prazo máximo para entrega das ações	31/03/2025
g. prazo de restrição à transferência das ações	N/A
h. valor justo das ações na data da outorga	18,36
i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 18.424.811

Remuneração baseada em ações outorgadas 2024	Diretoria estatutária
b. número total de membros	10,00

c. número de membros remunerados	10,00
d. data de outorga	01/12/2020
e. quantidade de ações outorgadas	1.286.108
f. prazo máximo para entrega das ações	31/03/2025
g. prazo de restrição à transferência das ações	N/A
h. valor justo das ações na data da outorga	18,36
i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 23.612.943

Remuneração baseada em ações outorgadas 2023	Diretoria estatutária
b. número total de membros	10,67
c. número de membros remunerados	10,67
d. data de outorga	01/12/2020
e. quantidade de ações outorgadas	1.406.686
f. prazo máximo para entrega das ações	30/06/2025
g. prazo de restrição à transferência das ações	N/A
h. valor justo das ações na data da outorga	18,36
i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 25.826.755

8.11 - Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de aquisição
- f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas

g. multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas

Remuneração baseada em ações a serem entregues aos beneficiários 2026	Diretoria estatutária
b. número total de membros	8,00
c. número de membros remunerados	8,00
d. número de ações	0
e. preço médio ponderado de aquisição	0.00
f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00
g. multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ -

Remuneração baseada em ações entregues aos beneficiários 2025	Diretoria estatutária
b. número total de membros	8,17
c. número de membros remunerados	8,17
d. número de ações	267.608
e. preço médio ponderado de aquisição	15,34
f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	20,22
g. multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ 1.305.927,04

Remuneração baseada em ações entregues aos beneficiários 2024	Diretoria estatutária
b. número total de membros	10,00

c. número de membros remunerados	10,00
d. número de ações	342.962
e. preço médio ponderado de aquisição	15,34
f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	20,98
g. multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ 1.934.306,43

Remuneração baseada em ações entregues aos beneficiários 2023	Diretoria estatutária
b. número total de membros	10,67
c. número de membros remunerados	10,67
d. número de ações	375.117
e. preço médio ponderado de aquisição	15,34
f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	15,34
g. multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ -

8.12 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

Fluxo de caixa descontado. O modelo de precificação leva em consideração o valor de mercado das ações da Neoenergia S.A na data de outorga do programa, menos o valor presente dos dividendos projetados pela administração durante o período do programa.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

- Preço de mercado das ações na data de outorga: R\$18,36.
- Valor presente médio dos dividendos esperados: R\$ 2,27.
- Taxa de juros: 8,59% a.a.
- Valor de referência das ações na data de outorga: R\$16,09.

No caso de que a liquidação em ações do ILP signifique a diminuição do *free float* abaixo de 15%, a liquidação poderá ser através do valor equivalente em reais considerando o preço da ação no momento.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não se aplica.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Não se aplica.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Empresa*	Classe	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Total
Neoenergia	ON	716.520	0	427.282	1.143.802
Neoenergia Coelba	ON	0	0	0	0
Neoenergia Coelba	PNA	0	28.032	0	28.032
Neoenergia Coelba	PNB	0	0	0	0
Neoenergia Elektro	ON	0	0	0	0
Neoenergia Elektro	PN	0	0	0	0
Afluentes T	ON	0	0	0	0

*Companhia

Empresa*	Classe	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Total
Neoenergia	ON	0	0	0	0
Neoenergia Coelba	ON	249.680	3.800	61.800	315.280
Neoenergia Elektro	ON	249.666	0	115.800	365.466
Afluentes T	ON	249.666	0	139.040	388.706

*Controladora

8.14 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

a. Órgão	Diretoria Estatutária
b. Número de membros	8,17
c. Número de membros remunerados	8,17 membros com apólices vigentes na Companhia em 31/12/2025
d. Nome do plano	Bradesco Vida e Previdência
e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-
f. Condições para se aposentar antecipadamente	- Ter no mínimo 50 anos de idade;
	- Ter no mínimo um ano de contribuição no plano.
f. Condições para se aposentar antecipadamente	Sempre que a renda mensal resultante do saldo da conta de provisão total do participante no PGBL, no momento da concessão do benefício, resultar em valor inferior ao de uma unidade de referência, reajustada, o saldo existente será pago de uma única vez cancelando o vínculo do participante com o plano.
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 6.500.104,89 (31/12/2023) R\$ 8.776.315,74 (31/12/2024) R\$ 11.684.205,74 (31/12/2025)
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social,	R\$ 2.351.700,33 (31/12/2023)

descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 2.968.350,00 (31/12/2024) R\$ 2.907.890,00 (31/12/2025)
i. Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não há. Apenas no caso de desligamento, no qual fica assegurado ao participante do plano o resgate total do saldo da conta de provisão do participante – parte Instituidora.

8.15 - Remuneração individual maior, menor e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Órgão da Administração	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Exercício social encerrado em									
Nº de membros *	22,92	23,00	23,00	8,17	10,00	10,67	10,00	10,00	10,00
Nº de membros remunerados	12,92	13,00	13,00	8,17	10,00	10,67	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneração (Reais)	2.000.000	2.000.000	2.000.000	12.046.589	11.024.316	10.563.791	201.350	181.410	197.673
Valor da menor remuneração (Reais)	750.000	825.000	733.333	1.892.253	3.098.356	3.252.369	201.350	181.410	197.673
Valor médio da remuneração (Reais)	1.021.935	950.000	966.026	6.093.406	5.049.980	4.510.336	201.590	180.298	163.545

Observação:

Diretoria Estatutária	
31/12/2025	A Companhia é responsável por 100% da remuneração dos diretores estatutários, conforme item 8.1 d. O valor da maior remuneração anual individual foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros remunerados do órgão.

31/12/2024	A Companhia é responsável por 100% da remuneração dos diretores estatutários, conforme item 8.1 d. O valor da maior remuneração anual individual foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros remunerados do órgão.
31/12/2023	A Companhia é responsável por 100% da remuneração dos diretores estatutários, conforme item 8.1 d. O valor da maior remuneração anual individual foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros remunerados do órgão.

Conselho de Administração	
31/12/2025	O número total de membros do Conselho de Administração inclui titulares e suplentes. O número de membros remunerados do Conselho de Administração inclui os membros titulares ou suplentes em exercício, desde que não tenham renunciado à remuneração. A quantidade de membros foi apurada através de média anual do número de membros remunerados apurado mensalmente, conforme instrução OFÍCIO-CIRCULAR ANUAL CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros remunerados do órgão.
31/12/2024	O número total de membros do Conselho de Administração inclui titulares e suplentes. O número de membros remunerados do Conselho de Administração inclui os membros titulares ou suplentes em exercício, desde que não tenham renunciado à remuneração. A quantidade de membros foi apurada através de média anual do número de membros remunerados apurado mensalmente, conforme instrução OFÍCIO-CIRCULAR ANUAL CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.

Conselho de Administração	
	O valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros remunerados do órgão.
31/12/2023	O número total de membros do Conselho de Administração inclui titulares e suplentes. O número de membros remunerados do Conselho de Administração inclui os membros titulares ou suplentes em exercício, desde que não tenham renunciado à remuneração. A quantidade de membros foi apurada através de média anual do número de membros remunerados apurado mensalmente, conforme instrução OFÍCIO-CIRCULAR ANUAL CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros remunerados do órgão.

Conselho fiscal	
31/12/2025	O número total de membros do Conselho Fiscal inclui titulares e suplentes. O número de membros remunerados do Conselho Fiscal inclui os membros titulares ou suplentes em exercício, desde que não tenham renunciado à remuneração. A quantidade de membros foi apurada através de média anual do número de membros remunerados apurado mensalmente, conforme instrução OFÍCIO-CIRCULAR ANUAL CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros remunerados do órgão.

31/12/2024	O número total de membros do Conselho Fiscal inclui titulares e suplentes. O número de membros remunerados do Conselho Fiscal inclui os membros titulares ou suplentes em exercício, desde que não tenham renunciado à remuneração. A quantidade de membros foi apurada através de média anual do número de membros remunerados apurado mensalmente, conforme instrução OFÍCIO-CIRCULAR ANUAL CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros remunerados do órgão.
31/12/2023	O número total de membros do Conselho Fiscal inclui titulares e suplentes. O número de membros remunerados do Conselho Fiscal inclui os membros titulares ou suplentes em exercício, desde que não tenham renunciado à remuneração. A quantidade de membros foi apurada através de média anual do número de membros remunerados apurado mensalmente, conforme instrução OFÍCIO-CIRCULAR ANUAL CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros remunerados do órgão.

8.16 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

De acordo com o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão pactuado entre a Companhia e os Diretores Estatutários, no caso de encerramento contratual (pelas contratantes), os diretores têm direito a uma indenização calculada com base nos seus honorários fixos mensais, bem como, a uma cobertura de plano médico/odontológico por até 12 (doze) meses após a rescisão contratual. De forma extraordinária, os diretores podem ser elegíveis a condições de saída, desde que aprovadas pelo Conselho de Administração, após recomendação do Comitê de Remuneração e Sucessão.

A Companhia oferece aos administradores que compõem a Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia, em virtude dos mesmos assumirem responsabilidades legalmente atribuídas ao cargo, um documento onde diz que a Companhia tomará todas as providências e assumirá todos os custos necessários para defendê-los em quaisquer procedimentos, incluindo mas não se limitando a investigações, reclamações, inquéritos, ou processos judiciais ou extrajudiciais, de

qualquer natureza, até decisão final com trânsito em julgado, independentemente do local ou jurisdição, órgão, fórum ou instância em que sejam iniciados e terminados, bem como se responsabiliza por assumir os débitos ou reembolsá-los de quaisquer valores decorrentes de tais procedimentos, que tenham por objeto atos relacionados com os deveres e responsabilidades exclusivas do exercício do seu cargo na Companhia e que resultem em diminuição do patrimônio.

Não obstante o acima exposto, o mesmo documento diz que a Companhia não o defenderá tampouco se responsabilizará pelos resultados ou custos de qualquer dos procedimentos previstos acima que seja, direta ou indiretamente, resultante de atos praticados pelo administrador (i) em desacordo com as leis ou com o Estatuto Social da Companhia, ou (ii) visando interesses próprios ou de terceiros em detrimento dos interesses da Companhia.

Além do compromisso acima, a Companhia também contrata apólice de seguro para os administradores que compõem a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração e Fiscal da Companhia, conforme descrito no item 7.7, com Limite Segurado de R\$ 150.000.000 (cento e cinquenta milhões) prêmio de 1.553.352,49 (Um milhão, quinhentos e cinquenta e três mil, trezentos e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos), e cobertura similar garantindo o pagamento da indenização e dos custos de defesa que tenham como objeto os atos relacionados com os deveres e responsabilidades exclusivas do exercício do seu cargo.

8.17 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão da Administração/ Exercício social	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
2026	77%	0%	80%
2025	77%	0%	80%
2024	77%	0%	80%
2023	77%	0%	80%

8.18 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve pagamento nos últimos 3 exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente de remuneração para membros da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Exercício social 2026 – remunerações previstas em função do exercício do cargo no emissor

2026	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2026 – demais remunerações previstas, especificando a que título foram atribuídas

2026	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	0	0	813.326	813.326
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2025 – remunerações recebidas em função do exercício do cargo no emissor

2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2025 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	0	0	762.075	762.075
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2024 – remunerações recebidas em função do exercício do cargo no emissor

2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2024 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	0	0	730.588	730.588
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2023 – remunerações recebidas em função do exercício do cargo no emissor

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2023 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	0	0	673.105	673.105
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

8.20 - Outras informações relevantes

Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal considerando os encargos sociais.

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais com encargos sociais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	23,00	8,00	10,00	41,00
Nº de membros remunerados	13,00	8,00	5,00	26,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	13.412.500,00	24.759.938,97	1.024.892,91	39.197.331,88
Benefícios direto e indireto	0,00	5.193.125,38	0,00	5.193.125,38
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (encargos sociais sobre honorários)	2.682.500,00	4.951.987,79	204.978,58	7.839.466,38
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável				
Bônus	0,00	27.308.396,97	0,00	27.308.396,97
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (encargos sociais sobre bônus)	0,00	5.461.679,39	0,00	5.461.679,39
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (encargos sociais sobre ações)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observações	Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	16.095.000,00	67.675.128,51	1.229.871,49	85.000.000,00

ANEXO VI

QUADRO COMPARATIVO DO ESTATUTO SOCIAL E JUSTIFICATIVAS E COMENTÁRIOS ACERCA DAS ALTERAÇÕES

ESTATUTO SOCIAL VIGENTE	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	REDAÇÃO ALTERADA	COMENTÁRIOS E JUSTIFICATIVAS
PREÂMBULO (...) O interesse social da Companhia é orientado à criação de valor sustentável para todos os seus acionistas, levando em consideração e compreendendo os demais grupos de interesse relacionados à atividade empresarial e à realidade institucional do grupo Neoenergia, em particular mediante a contribuição para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aprovados pela Organização das Nações Unidas - ONU. (...)	PREÂMBULO (...) O interesse social da Companhia é orientado à criação de valor sustentável para todos os seus acionistas, levando em consideração e compreendendo os demais grupos de interesse relacionados à atividade empresarial e à realidade institucional do grupo Neoenergia, em particular mediante a contribuição para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aprovados pela Organização das Nações Unidas - ONU. (...)	PREÂMBULO (...) O interesse social da Companhia é orientado à criação de valor sustentável para todos os seus acionistas, levando em consideração e compreendendo os demais grupos de interesse relacionados à atividade empresarial e à realidade institucional do grupo Neoenergia. (...)	Ajuste de melhoria redacional em linha com os ajustes implementados na última reforma do Sistema de Governança e Sustentabilidade.
Artigo 1º - A NEOENERGIA S.A. é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, bem como por seu Sistema de Governança e Sustentabilidade estabelecido pelos órgãos	Artigo 1º - A NEOENERGIA S.A. é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, bem como por seu Sistema de Governança e Sustentabilidade estabelecido pelos órgãos	Artigo 1º - A NEOENERGIA S.A. é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, bem como por seu Sistema de Governança e Sustentabilidade estabelecido pelos órgãos	Ajuste em razão da extinção do Acordo de Acionistas da Companhia.

ESTATUTO SOCIAL VIGENTE	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	REDAÇÃO ALTERADA	COMENTÁRIOS E JUSTIFICATIVAS
da administração no exercício de sua autonomia societária, respeitando, ainda, o estabelecido no acordo de acionistas vigente.	da administração no exercício de sua autonomia societária, respeitando, ainda, o estabelecido no acordo de acionistas vigente.	da administração no exercício de sua autonomia societária.	
Artigo 11 - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples de votos dos acionistas presentes à reunião, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 e do acordo de acionistas vigente e arquivado na sede social da Companhia, nos termos art. 118 da Lei nº 6.404/76.	Artigo 11 - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples de votos dos acionistas presentes à reunião, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 e do acordo de acionistas vigente e arquivado na sede social da Companhia, nos termos art. 118 da Lei nº 6.404/76.	Artigo 11 - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples de votos dos acionistas presentes à reunião, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76.	Ajuste em razão da extinção do Acordo de Acionistas da Companhia.
Artigo 15 - O Conselho de Administração e a Diretoria desenvolvem suas funções e competências com unidade de propósito, e de forma convergente em benefício da Companhia, com independência de critério e fidelidade ao interesse social, de acordo com o Propósito e Valores do Grupo Neoenergia e seu Código de Ética, observando em suas atuações o disposto na legislação vigente, no	Artigo 15 - O Conselho de Administração e a Diretoria desenvolvem suas funções e competências com unidade de propósito, e de forma convergente em benefício da Companhia, com independência de critério e fidelidade ao interesse social, de acordo com o Propósito e Valores do Grupo Neoenergia e seu Código de Ética de Conduta de Administradores, Profissionais e Fornecedores, observando em suas atuações o disposto	Artigo 15 - O Conselho de Administração e a Diretoria desenvolvem suas funções e competências com unidade de propósito, e de forma convergente em benefício da Companhia, com independência de critério e fidelidade ao interesse social, de acordo com o Propósito e Valores do Grupo Neoenergia e seu Código de Conduta de Administradores, Profissionais e Fornecedores, observando em suas atuações o	Ajuste de atualização em razão da última reforma do Sistema de Governança e Sustentabilidade.

ESTATUTO SOCIAL VIGENTE	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	REDAÇÃO ALTERADA	COMENTÁRIOS E JUSTIFICATIVAS
Sistema de Governança e Sustentabilidade da Companhia e, particularmente em relação ao Conselho de Administração, nas normas de organização interna de funcionamento que o Conselho de Administração estabeleça em razão da sua faculdade de auto-organização.	na legislação vigente, no Sistema de Governança e Sustentabilidade da Companhia e, particularmente em relação ao Conselho de Administração, nas normas de organização interna de funcionamento que o Conselho de Administração estabeleça em razão da sua faculdade de auto-organização.	disposto na legislação vigente, no Sistema de Governança e Sustentabilidade da Companhia e, particularmente em relação ao Conselho de Administração, nas normas de organização interna de funcionamento que o Conselho de Administração estabeleça em razão da sua faculdade de auto-organização.	
Artigo 16 (...) Parágrafo 3º - Observado o disposto no acordo de acionistas vigente e arquivado na sede social da Companhia, nos casos de vacância dos membros do Conselho de Administração, poderá o conselheiro suplente substituir o conselheiro titular até a eleição do seu substituto, ou poderá seu substituto ser nomeado pelos conselheiros até a primeira Assembleia Geral subsequente. Em ambos os casos, o substituto somente ocupará o cargo pelo período restante do mandato do substituído.	Artigo 16 (...) Parágrafo 3º - Observado o disposto no acordo de acionistas vigente e arquivado na sede social da Companhia, Nos casos de vacância dos membros do Conselho de Administração, poderá o conselheiro suplente substituir o conselheiro titular até a eleição do seu substituto, ou poderá seu substituto ser nomeado pelos conselheiros até a primeira Assembleia Geral subsequente. Em ambos os casos, o substituto somente ocupará o cargo pelo período restante do mandato do substituído.	Artigo 16 (...) Parágrafo 3º - Nos casos de vacância dos membros do Conselho de Administração, poderá o conselheiro suplente substituir o conselheiro titular até a eleição do seu substituto, ou poderá seu substituto ser nomeado pelos conselheiros até a primeira Assembleia Geral subsequente. Em ambos os casos, o substituto somente ocupará o cargo pelo período restante do mandato do substituído.	Ajuste em razão da extinção do Acordo de Acionistas da Companhia.

ESTATUTO SOCIAL VIGENTE	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	REDAÇÃO ALTERADA	COMENTÁRIOS E JUSTIFICATIVAS
Artigo 16 (...) Parágrafo 6º - Ao indicar um membro para integrar o Conselho de Administração, cada acionista deverá, assim como o respectivo indicado, apresentar aos demais acionistas, previamente à eleição, declaração atestando que foram devidamente observados na indicação todos os requisitos legais aplicáveis e os atinentes ao acordo de acionistas e ao Sistema de Governança Corporativa da Companhia, juntamente com as comprovações cabíveis.	Artigo 16 (...) Parágrafo 6º - Ao indicar um membro para integrar o Conselho de Administração, cada acionista deverá, assim como o respectivo indicado, apresentar aos demais acionistas, previamente à eleição, declaração atestando que foram devidamente observados na indicação todos os requisitos legais aplicáveis e os atinentes ao acordo de acionistas e ao Sistema de Governança Corporativa da Companhia, juntamente com as comprovações cabíveis.	Artigo 16 (...) Parágrafo 6º - Ao indicar um membro para integrar o Conselho de Administração, cada acionista deverá, assim como o respectivo indicado, apresentar aos demais acionistas, previamente à eleição, declaração atestando que foram devidamente observados na indicação todos os requisitos legais aplicáveis e os atinentes ao Sistema de Governança Corporativa da Companhia, juntamente com as comprovações cabíveis.	Ajuste em razão da extinção do Acordo de Acionistas da Companhia.
Artigo 17 (...) Parágrafo 1º - As reuniões serão convocadas por meio de correio eletrônico ou por qualquer outro meio eletrônico que permita a comprovação da referida convocação, enviado a cada Conselheiro com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis da reunião em primeira convocação e de 5 (cinco) dias corridos, em segunda convocação. O aviso conterà breve descrição das matérias da ordem do	Artigo 17 (...) Parágrafo 1º - As reuniões serão convocadas por meio de correio eletrônico ou por qualquer outro meio eletrônico que permita a comprovação da referida convocação, enviado a cada Conselheiro com antecedência mínima de 7 (sete) 5 (cinco) dias úteis corridos da reunião em primeira convocação e de 5 (cinco) dias corridos, em segunda convocação. O aviso conterà breve descrição das matérias da	Artigo 17 (...) Parágrafo 1º - As reuniões serão convocadas por meio de correio eletrônico ou por qualquer outro meio eletrônico que permita a comprovação da referida convocação, enviado a cada Conselheiro com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos da reunião em primeira convocação e de 5 (cinco) dias corridos, em segunda convocação. O aviso conterà breve descrição das matérias da ordem do	Ajuste de melhoria para conferir maior flexibilidade à administração da Companhia e permitir uma melhor organização prévia às reuniões do Conselho.

ESTATUTO SOCIAL VIGENTE	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	REDAÇÃO ALTERADA	COMENTÁRIOS E JUSTIFICATIVAS
dia e será considerado dispensado se o Conselheiro presente não o reclamar até o início da reunião.	ordem do dia e será considerado dispensado se o Conselheiro presente não o reclamar até o início da reunião.	dia e será considerado dispensado se o Conselheiro presente não o reclamar até o início da reunião.	
Artigo 18 - Compete ao Conselho de Administração:	Artigo 18 - Compete ao Conselho de Administração:	N/A	Ajustes nos incisos abaixo do Artigo 18 propostos para (i) reforçar e/ou assegurar a competência do Conselho sobre determinadas matérias, considerando especialmente a extinção do Acordo de Acionistas e as alçadas de competência ali previstas, (ii) atualização de valores, de modo a atender ao disposto no Artigo 39 do Estatuto Social, e (iii) ajustes de melhoria redacional. A Administração entende que não são esperados efeitos jurídicos e econômicos relevantes das alterações ora propostas.
Artigo 18 (...) II - aprovar a contratação de novos empréstimos ou a rolagem de dívidas em valores superiores a R\$ 333.000.000,00 (trezentos e trinta e três milhões de reais);	Artigo 18 (...) II - aprovar a contratação de novos empréstimos, financiamentos ou quaisquer outras operações financeiras da Companhia, incluindo derivativos e a emissão de notas promissórias para distribuição pública ou a	Artigo 18 (...) II - aprovar a contratação de empréstimos, financiamentos ou quaisquer outras operações financeiras da Companhia, incluindo derivativos e a emissão de notas promissórias para distribuição pública, bem	Ajustes de melhoria de redação e harmonização com a competência da Diretoria do artigo 25, inciso "IX", bem como de atualização de valores em atendimento ao Artigo 39 do Estatuto Social.

ESTATUTO SOCIAL VIGENTE	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	REDAÇÃO ALTERADA	COMENTÁRIOS E JUSTIFICATIVAS
	rolagem de dívidas, bem como a concessão de mútuos pela Companhia em favor de suas Controladas, em valores superiores a R\$ 333.000.000,00 (trezentos e trinta e três milhões de reais) 347.000.000,00 (trezentos e quarenta e sete milhões de reais).	como a concessão de mútuos pela Companhia em favor de suas Controladas, em valores superiores a R\$ 347.000.000,00 (trezentos e quarenta e sete milhões de reais).	
Artigo 18 (...) III - propor ou deliberar sobre a emissão de qualquer título e valor mobiliário autorizado pela legislação e autorizar a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, de debêntures conversíveis em ações, desde que dentro do limite de capital autorizado, quando houver, e de notas promissórias para distribuição pública, com valor acima de R\$ 333.000.000,00 (trezentos e trinta e três milhões de reais);	Artigo 18 (...) III - propor ou deliberar sobre a emissão de qualquer título e valor mobiliário autorizado pela legislação e autorizar a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, de debêntures conversíveis em ações, desde que dentro do limite de capital autorizado, quando houver, e de notas promissórias para distribuição pública, com valor acima de R\$ 333.000.000,00 (trezentos e trinta e três milhões de reais) 347.000.000,00 (trezentos e quarenta e sete milhões de reais);	Artigo 18 (...) III - propor ou deliberar sobre a emissão de qualquer título e valor mobiliário autorizado pela legislação e autorizar a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, de debêntures conversíveis em ações, desde que dentro do limite de capital autorizado, quando houver, e de notas promissórias para distribuição pública, com valor acima de R\$ 347.000.000,00 (trezentos e quarenta e sete milhões de reais);	Atualização de valores em atendimento ao Artigo 39 do Estatuto Social.
Artigo 18 (...) IV - aprovar a prestação de garantias em favor de suas Controladas e coligadas, (a) com valor superior a R\$ 832.000.000,00	Artigo 18 (...) IV - aprovar a prestação de garantias pela Companhia em favor de suas Controladas e coligadas , (a) com valor superior a R\$	Artigo 18 (...) IV - aprovar a prestação de garantias pela Companhia em favor de suas Controladas, (a) com valor superior a R\$	Ajuste de melhoria redacional e atualização de valores em atendimento ao Artigo 39 do Estatuto Social.

ESTATUTO SOCIAL VIGENTE	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	REDAÇÃO ALTERADA	COMENTÁRIOS E JUSTIFICATIVAS
(oitocentos e trinta e dois milhões de reais), para operações de empréstimos, debêntures ou operações financeiras, incluindo derivativos da Companhia ou (b) com valor superior a R\$ 83.000.000,00 (oitenta e três milhões de reais) para as demais operações; bem como prestação de garantias em favor dos demais terceiros relativas a obrigações com valores superiores a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);	832.000.000,00 (oitocentos e trinta e dois milhões de reais) 867.000.000,00 (oitocentos e sessenta e sete milhões de reais), para operações de empréstimos, financiamentos, debêntures ou quaisquer outras operações financeiras, incluindo cartas de fiança, seguro garantia e derivativos da Companhia ou (b) com valor superior a R\$ 83.000.000,00 (oitenta e três milhões de reais) 87.000.000,00 (oitenta e sete milhões de reais) para as demais operações; bem como prestação de garantias em favor dos demais terceiros relativas a obrigações com valores superiores a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);	867.000.000,00 (oitocentos e sessenta e sete milhões de reais), para operações de empréstimos, financiamentos, debêntures ou quaisquer outras operações financeiras, incluindo cartas de fiança, seguro garantia e derivativos ou (b) com valor superior a R\$ 87.000.000,00 (oitenta e sete milhões de reais) para as demais operações; bem como prestação de garantias em favor dos demais terceiros relativas a obrigações com valores superiores a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);	
Artigo 18 (...) VI - aprovar a aquisição de bens do ativo não circulante em valor igual ou superior a R\$ 49.000.000,00 (quarenta e nove milhões de reais) ou alienação de bens do ativo não circulante em valor igual ou superior a R\$ 29.261.727,43 (vinte e nove milhões, duzentos e sessenta e um mil,	Artigo 18 (...) VI - aprovar a aquisição de bens ou direitos a serem registrados no de ativo não circulante em valor igual ou superior a R\$ 49.000.000,00 (quarenta e nove milhões de reais) 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de reais) ou alienação, cessão ou oneração de bens ou direitos do ativo não circulante em valor igual ou	Artigo 18 (...) VI - aprovar a aquisição de bens ou direitos a serem registrados no ativo não circulante em valor igual ou superior a R\$ 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de reais) ou alienação, cessão ou oneração de bens ou direitos do ativo não circulante em valor igual ou superior a R\$	Ajuste de melhoria redacional e atualização de valores em atendimento ao Artigo 39 do Estatuto Social.

ESTATUTO SOCIAL VIGENTE	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	REDAÇÃO ALTERADA	COMENTÁRIOS E JUSTIFICATIVAS
setecentos e vinte e sete reais e quarenta e três centavos);	superior a R\$ 29.261.727,43 (vinte e nove milhões, duzentos e sessenta e um mil, setecentos e vinte e sete reais e quarenta e três centavos) 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais);	31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais);	
Artigo 18 (...) XIV - deliberar sobre aumento do capital social e emissão de bônus de subscrição, mediante subscrição pública ou particular, até o limite do capital autorizado, quando houver, estabelecendo as condições de emissão, o preço e o prazo de integralização, quando for o caso, bem como redução ou exclusão do direito de preferência, nos termos do artigo 6º, Parágrafo 2º, deste Estatuto;	Artigo 18 (...) XIV - deliberar sobre (a) aumento do capital social e emissão de bônus de subscrição da Companhia, mediante subscrição pública ou particular, até o limite do capital autorizado, quando houver, estabelecendo as condições de emissão, o preço e o prazo de integralização, quando for o caso, bem como redução ou exclusão do direito de preferência, nos termos do artigo 6º, Parágrafo 2º, deste Estatuto, (b) aumento ou redução de capital, alteração do limite de capital autorizado, criação, emissão ou outorga de ações ou direitos de subscrição, ou ainda a outorga de opções ou direitos de subscrição ou conversão de qualquer instrumento em ações, emissão de bônus de subscrição ou de partes	Artigo 18 (...) XIV - deliberar sobre (a) aumento do capital social e emissão de bônus de subscrição da Companhia, mediante subscrição pública ou particular, até o limite do capital autorizado, quando houver, estabelecendo as condições de emissão, o preço e o prazo de integralização, quando for o caso, bem como redução ou exclusão do direito de preferência, nos termos do artigo 6º, Parágrafo 2º, deste Estatuto, (b) aumento ou redução de capital, alteração do limite de capital autorizado, criação, emissão ou outorga de ações ou direitos de subscrição, ou ainda a outorga de opções ou direitos de subscrição ou conversão de qualquer instrumento em ações, emissão de bônus de	Matéria acrescentada para atribuir e/ou assegurar a competência do Conselho sobre o assunto, considerando especialmente a extinção do Acordo de Acionistas.

ESTATUTO SOCIAL VIGENTE	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	REDAÇÃO ALTERADA	COMENTÁRIOS E JUSTIFICATIVAS
	beneficiárias, grupamentos ou desdobramentos de ações de suas Controladas; e (c) mudança de categoria de registro da Companhia ou de suas Controladas perante a Comissão de Valores Mobiliários;	subscrição ou de partes beneficiárias, grupamentos ou desdobramentos de ações de suas Controladas; e (c) mudança de categoria de registro da Companhia ou de suas Controladas perante a Comissão de Valores Mobiliários;	
[Não previsto]	(...) XXIV – deliberar sobre a entrada em novos negócios ou segmentos de atuação que não estejam contemplados no objeto social da Companhia ou que alterem o perfil de risco da Companhia, bem como operações e reorganizações societárias, incluindo aquisição, alienação ou permuta de participações societárias, fusão, incorporação, cisão, incorporação de ações, constituição de joint ventures, consórcios ou sociedade em conta de participação, em qualquer dos casos, envolvendo a Companhia e/ou suas Controladas, e cujo valor total, por operação ou conjunto de operações correlatas, exceder o montante de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), ou, independentemente do	(...) XXIV – deliberar sobre a entrada em novos negócios ou segmentos de atuação que não estejam contemplados no objeto social da Companhia ou que alterem o perfil de risco da Companhia, bem como operações e reorganizações societárias, incluindo aquisição, alienação ou permuta de participações societárias, fusão, incorporação, cisão, incorporação de ações, constituição de joint ventures, consórcios ou sociedade em conta de participação, em qualquer dos casos, envolvendo a Companhia e/ou suas Controladas, e cujo valor total, por operação ou conjunto de operações correlatas, exceder o montante de R\$ 1.000.000.000,00 (um	Matéria acrescentada para atribuir e/ou assegurar a competência do Conselho sobre o assunto, considerando especialmente a extinção do Acordo de Acionistas.

ESTATUTO SOCIAL VIGENTE	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	REDAÇÃO ALTERADA	COMENTÁRIOS E JUSTIFICATIVAS
	valor, se não tiverem qualquer relação com o setor elétrico;	valor, se não tiverem qualquer relação com o setor elétrico;	
[Não previsto]	XXV – aprovar investimentos ou desinvestimentos em valores superiores a R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), bem como investimentos que não tenham qualquer relação com o setor elétrico, independentemente do valor;	XXV – aprovar investimentos ou desinvestimentos em valores superiores a R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), bem como investimentos que não tenham qualquer relação com o setor elétrico, independentemente do valor;	Matéria acrescentada para atribuir e/ou assegurar a competência do Conselho sobre o assunto, considerando especialmente a extinção do Acordo de Acionistas.
Artigo 22 (...) Parágrafo 2º - Em suas ausências ou impedimentos temporários, os diretores serão substituídos de acordo com a indicação da Diretoria. O Diretor Presidente será substituído em sua ausência pelo Diretor Presidente Adjunto, se houver, e na ausência de ambos, por outro Diretor a ser designado pelos demais membros da Diretoria, observado o disposto no artigo 23, parágrafo único.	Artigo 22 (...) Parágrafo 2º - Em suas ausências ou impedimentos temporários, os diretores serão substituídos de acordo com a indicação da Diretoria. O Diretor Presidente será substituído em sua ausência pelo Diretor —Presidente Adjunto Diretor Vice-Presidente , se houver, e na ausência de ambos, por outro Diretor a ser designado pelos demais membros da Diretoria, observado o disposto no artigo 23, parágrafo único.	Artigo 22 (...) Parágrafo 2º - Em suas ausências ou impedimentos temporários, os diretores serão substituídos de acordo com a indicação da Diretoria. O Diretor Presidente será substituído em sua ausência pelo Diretor Vice-Presidente, se houver, e na ausência de ambos, por outro Diretor a ser designado pelos demais membros da Diretoria, observado o disposto no artigo 23, parágrafo único.	Ajuste formal de atualização.
Artigo 24 (...) Parágrafo 2º - Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada por um único	Artigo 24 (...) Parágrafo 2º - Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada por um único	Artigo 24 (...) Parágrafo 2º - Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada por um único	Ajuste de melhoria redacional.

ESTATUTO SOCIAL VIGENTE	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	REDAÇÃO ALTERADA	COMENTÁRIOS E JUSTIFICATIVAS
Diretor ou um único procurador nos casos de:	Diretor ou um único procurador nos casos de:	Diretor ou um único procurador nos casos de:	
I - endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito, em nome da Companhia, em instituições financeiras;	I - endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito, em nome da Companhia, em instituições financeiras;	I - endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito, em nome da Companhia, em instituições financeiras;	
II - representação judicial da Companhia; e	II - representação judicial ou administrativa da Companhia; e	II - representação judicial ou administrativa da Companhia;	
III - atos de administração perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias ou outras entidades governamentais.	III - atos de administração perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias ou outras entidades governamentais ;	III - atos de administração perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias ou outras entidades governamentais ;	
	IV - atos de rotina operacional e administrativa perante instituições financeiras e/ou privadas; e	IV - atos de rotina operacional e administrativa perante instituições financeiras e/ou privadas; e	
	V - atos que não envolvam a assunção de obrigações ou a renúncia de direitos.	V - atos que não envolvam a assunção de obrigações ou a renúncia de direitos.	
Artigo 24 (...) Parágrafo 3º – As procurações da Companhia serão assinadas por 2 (dois) Diretores e serão precisas quanto aos poderes delegados. O prazo do mandato não poderá	Artigo 24 (...) Parágrafo 3º – As procurações da Companhia serão assinadas por 2 (dois) Diretores e serão precisas quanto aos poderes delegados. O prazo do mandato não poderá ultrapassar 1 (um) ano,	Artigo 24 (...) Parágrafo 3º – As procurações da Companhia serão assinadas por 2 (dois) Diretores e serão precisas quanto aos poderes delegados. O prazo do mandato não poderá	Ajuste de melhoria redacional.

ESTATUTO SOCIAL VIGENTE	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	REDAÇÃO ALTERADA	COMENTÁRIOS E JUSTIFICATIVAS
ultrapassar 1 (um) ano, exceção feita às: (i) procurações outorgadas às instituições financeiras no âmbito de financiamento de longo prazo da Companhia e suas Controladas e coligadas, quando esta figurar como garantidora, que poderão ter validade compatível com as operações contratadas; e (ii) procurações <i>ad judicia</i> , outorgadas a advogados que representarão a Companhia em processos administrativos e judiciais.	exceção feita às: (i) procurações outorgadas às instituições financeiras no âmbito de financiamento de longo prazo da Companhia e suas Controladas, quando esta figurar como garantidora, que poderão ter validade compatível com as operações contratadas; e (ii) procurações <i>ad judicia et extra</i> , outorgadas a advogados que representarão a Companhia em processos administrativos e judiciais.	ultrapassar 1 (um) ano, exceção feita às: (i) procurações outorgadas às instituições financeiras no âmbito de financiamento de longo prazo da Companhia e suas Controladas, quando esta figurar como garantidora, que poderão ter validade compatível com as operações contratadas; e (ii) procurações <i>ad judicia et extra</i> , outorgadas a advogados que representarão a Companhia em processos administrativos e judiciais.	
Artigo 25 - Compete à Diretoria, como órgão Colegiado:	Artigo 25 - Compete à Diretoria, como órgão Colegiado:	N/A	Ajustes nos incisos abaixo propostos para (i) refletir / espelhar conforme oportuno os ajustes propostos nas alçadas do Conselho (Artigo 18), (ii) atualização de valores, de modo a atender ao disposto no Artigo 39 do Estatuto Social, e (iii) ajustes de melhoria redacional. A Administração entende que não são esperados efeitos jurídicos e econômicos relevantes das alterações ora propostas.
Artigo 25 (...) VI - aprovar as normas de	Artigo 25 (...) VI aprovar as normas de pessoal e	N/A	Exclusão para fins de simplificação,

ESTATUTO SOCIAL VIGENTE	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	REDAÇÃO ALTERADA	COMENTÁRIOS E JUSTIFICATIVAS
pessoal e quaisquer outras normas internas da Companhia, em consonância com a política geral aprovada pelo Conselho de Administração;	quaisquer outras normas internas da Companhia, em consonância com a política geral aprovada pelo Conselho de Administração;		considerando sua previsão em norma interna de limites e alçadas da Diretoria.
Artigo 25 (...) IX - aprovar a contratação de novos empréstimos ou a rolagem de dívidas em até R\$ 333.000.000,00 (trezentos e trinta e três milhões de reais), ou aprovar a contratação de dívida que resulte que o endividamento total consolidado da Companhia seja de até 15% (quinze por cento) do seu patrimônio líquido;	Artigo 25 (...) VIII IX - aprovar a contratação de novos empréstimos, financiamentos ou quaisquer outras operações financeiras da Companhia, incluindo derivativos e a emissão de notas promissórias para distribuição pública ou a rolagem de dívidas, bem como a concessão de mútuos pela Companhia em favor de suas Controladas, em valores até R\$ 333.000.000,00 (trezentos e trinta e três milhões de reais) 347.000.000,00 (trezentos e quarenta e sete milhões de reais), ou aprovar a contratação de dívida que resulte que o endividamento total consolidado da Companhia seja de até 15% (quinze por cento) do seu patrimônio líquido;	Artigo 25 (...) VIII - aprovar a contratação de empréstimos, financiamentos ou quaisquer outras operações financeiras da Companhia, incluindo derivativos e a emissão de notas promissórias para distribuição pública, bem como a concessão de mútuos pela Companhia em favor de suas Controladas, em valores até R\$ 347.000.000,00 (trezentos e quarenta e sete milhões de reais);	Ajuste de melhoria de redação, contemplando parte da redação do antigo inciso X abaixo (excluído) e harmonização com a alçada do Conselho, bem como atualização de valores em atendimento ao Artigo 39 do Estatuto Social.
Artigo 25 (...) X - aprovar a contratação de empréstimos e operações	Artigo 25 (...) X - aprovar a contratação de empréstimos e operações	N/A	Exclusão devido à sua consolidação no item IX acima.

ESTATUTO SOCIAL VIGENTE	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	REDAÇÃO ALTERADA	COMENTÁRIOS E JUSTIFICATIVAS
financeiras pela Companhia, incluindo derivativos e a emissão de notas promissórias para distribuição pública, com valor máximo de exposição de até R\$ 333.000.000,00 (trezentos e trinta e três milhões de reais);	financeiras pela Companhia, incluindo derivativos e a emissão de notas promissórias para distribuição pública, com valor máximo de exposição de até R\$ 333.000.000,00 (trezentos e trinta e três milhões de reais);		
Artigo 25 (...) XII - aprovar a aquisição de bens do ativo não circulante em valor inferior a R\$ 49.000.000,00 (quarenta e nove milhões de reais), exceto no caso de investimentos que não tenham qualquer relação com o setor elétrico, ou alienação de bens do ativo não circulante em valor inferior a R\$ 29.261.727,43 (vinte e nove milhões, duzentos e sessenta e um mil, setecentos e vinte e sete reais e quarenta e três centavos); e	Artigo 25 (...) XI X - aprovar a aquisição de bens ou direitos a serem registrados no de ativo não circulante em valor inferior a R\$ 49.000.000,00 (quarenta e nove milhões de reais) 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de reais) , exceto no caso de investimentos que não tenham qualquer relação com o setor elétrico, ou alienação, cessão ou oneração de bens ou direitos do ativo não circulante em valor inferior a R\$ 29.261.727,43 (vinte e nove milhões, duzentos e sessenta e um mil, setecentos e vinte e sete reais e quarenta e três centavos) 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais); e	Artigo 25 (...) X - aprovar a aquisição de bens ou direitos a serem registrados no ativo não circulante em valor inferior a R\$ 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de reais), ou alienação, cessão ou oneração de bens ou direitos do ativo não circulante em valor inferior a R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais);	Ajuste de melhoria redacional e atualização de valores em atendimento ao Artigo 39 do Estatuto Social.
Artigo 25 (...) XIII - aprovar a prestação de	Artigo 25 (...) XI XIII XI - aprovar a prestação de	Artigo 25 (...) XI - aprovar a prestação de	Ajuste de melhoria redacional e atualização de

ESTATUTO SOCIAL VIGENTE	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	REDAÇÃO ALTERADA	COMENTÁRIOS E JUSTIFICATIVAS
garantias em favor de suas Controladas e coligadas, (a) com valor de até R\$ 832.000.000,00 (oitocentos e trinta e dois milhões de reais), para operações de empréstimos, debêntures ou operações financeiras, incluindo derivativos da Companhia, ou (b) com valor de até R\$ 83.000.000,00 (oitenta e três milhões de reais) para as demais operações; bem como prestação de garantias em favor dos demais terceiros relativas a obrigações com valor de até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).	garantias pela Companhia em favor de suas Controladas e coligadas, (a) com valor de até R\$ 832.000.000,00 (oitocentos e trinta e dois milhões de reais) 867.000.000,00 (oitocentos e sessenta e sete milhões de reais), para operações de empréstimos, financiamentos, debêntures ou quaisquer outras operações financeiras, incluindo cartas de fiança, seguro garantia e derivativos da Companhia, ou (b) com valor de até R\$ 83.000.000,00 (oitenta e três milhões de reais) 87.000.000,00 (oitenta e sete milhões de reais) para as demais operações; bem como prestação de garantias em favor dos demais terceiros relativas a obrigações com valor de até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);	garantias pela Companhia em favor de suas Controladas, (a) com valor de até R\$ 867.000.000,00 (oitocentos e sessenta e sete milhões de reais), para operações de empréstimos, financiamentos, debêntures ou quaisquer outras operações financeiras, incluindo cartas de fiança, seguro garantia e derivativos, ou (b) com valor de até R\$ 87.000.000,00 (oitenta e sete milhões de reais) para as demais operações; bem como prestação de garantias em favor dos demais terceiros relativas a obrigações com valor de até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);	valores em atendimento ao Artigo 39 do Estatuto Social.
[Não previsto]	Artigo 25 (...) XII – deliberar sobre a entrada em novos negócios ou segmentos de atuação que não estejam contemplados no objeto social da Companhia ou que alterem o perfil de risco da Companhia, bem como operações e reorganizações	Artigo 25 (...) XII – deliberar sobre a entrada em novos negócios ou segmentos de atuação que não estejam contemplados no objeto social da Companhia ou que alterem o perfil de risco da Companhia, bem como operações e reorganizações	Espelhamento para a Diretoria da nova competência do Conselho de Administração (art. 18, item XXIV).

ESTATUTO SOCIAL VIGENTE	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	REDAÇÃO ALTERADA	COMENTÁRIOS E JUSTIFICATIVAS
	societárias, incluindo aquisição, alienação ou permuta de participações societárias, fusão, incorporação, cisão, incorporação de ações, constituição de joint ventures, consórcios ou sociedade em conta de participação, em qualquer dos casos, envolvendo a Companhia e/ou suas Controladas, cujo valor total, por operação ou conjunto de operações correlatas, for de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) e desde que tenham relação com o setor elétrico; e	societárias, incluindo aquisição, alienação ou permuta de participações societárias, fusão, incorporação, cisão, incorporação de ações, constituição de joint ventures, consórcios ou sociedade em conta de participação, em qualquer dos casos, envolvendo a Companhia e/ou suas Controladas, cujo valor total, por operação ou conjunto de operações correlatas, for de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) e desde que tenham relação com o setor elétrico; e	
[Não previsto]	Artigo 25 (...) XIII – aprovar investimentos ou desinvestimentos relacionados em valores de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), desde que relacionados com o setor elétrico.	Artigo 25 (...) XIII – aprovar investimentos ou desinvestimentos relacionados em valores de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), desde que relacionados com o setor elétrico.	Espelhamento para a Diretoria da nova competência do Conselho de Administração (art. 18, item XXV).
Artigo 37 – A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cumprindo-lhe fazer com que a instituição financeira depositária os anote no extrato da conta	Artigo 37 – A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cumprindo-lhe fazer com que a instituição financeira depositária os anote no extrato da conta de depósito	N/A	Ajuste de simplificação em razão da estrutura acionária atual da Companhia.

ESTATUTO SOCIAL VIGENTE	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	REDAÇÃO ALTERADA	COMENTÁRIOS E JUSTIFICATIVAS
de depósito fornecido ao acionista. Quaisquer votos proferidos em deliberações sociais da Companhia em desacordo com acordos de acionistas arquivados na forma deste artigo serão nulos e não deverão ser computados pelo presidente do órgão no qual a deliberação em questão esteja sendo tomada.	fornecido ao acionista. Quaisquer votos proferidos em deliberações sociais da Companhia em desacordo com acordos de acionistas arquivados na forma deste artigo serão nulos e não deverão ser computados pelo presidente do órgão no qual a deliberação em questão esteja sendo tomada.		

ANEXO VII

CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

NEOENERGIA S.A.

COMPANHIA ABERTA | CVM nº 01553-9

CNPJ/MF nº 01.083.200/0001-18 | NIRE 33.300.266.003

ESTATUTO SOCIAL

PREÂMBULO

O presente Preâmbulo é parte integrante do Estatuto Social da Neoenergia S.A. (a “Companhia”), orientando seu conteúdo e servindo como base para a sua interpretação e aplicação.

A Companhia é sociedade controladora do grupo Neoenergia composto por empresas sob o seu controle comum (doravante denominado o “grupo Neoenergia”), sendo integrante de um grupo empresarial de dimensão internacional que tem como controladora a *holding* espanhola de capital aberto Iberdrola S.A. (o “grupo Iberdrola” e a “Iberdrola”, respectivamente), cuja estrutura societária descentralizada garante uma clara segregação de funções e responsabilidades, a partir de um modelo de negócio orientado a maximizar o valor do conjunto dos negócios.

Sobre estas bases, a Companhia se consubstancia como sociedade *holding* de capital aberto no Brasil, assumindo a função de coordenação estratégica em relação às empresas que controla direta ou indiretamente (“Controladas”), respeitando a necessária autonomia societária das Controladas no tocante à administração ordinária e gestão efetiva dos negócios que constituem seus objetos sociais e a consequente responsabilidade pelo seu controle ordinário.

No exercício das suas atividades, a Companhia estabelece as políticas e demais normas corporativas internas correspondentes, desenvolvendo e implementando as políticas, estratégias e diretrizes gerais de gestão, no interesse de todas e de cada uma das sociedades integrantes do grupo Neoenergia, sem prejuízo à absoluta autonomia de atuação de seus órgãos da administração enquanto sociedade de capital aberto gerida sob os mais altos padrões de governança corporativa. A Companhia contribui com a integração ao modelo de negócio de suas Controladas e, conforme aplicável, de suas coligadas, sempre respeitando as normativas aplicáveis e a autonomia de gestão de cada sociedade.

Este Preâmbulo tem por objeto, ainda, tornar expresso o compromisso da Companhia com o Propósito (continuar construindo, a cada dia e de forma colaborativa, um modelo de energia elétrica mais saudável e acessível) e Valores (energia sustentável, força integradora e impulso dinamizador) do grupo Neoenergia, bem como no Código de Ética do grupo Neoenergia, que, como base de seu ideário corporativo e princípios éticos, presidem a atividade constitutiva do objeto social da Companhia e orientam sua estratégia e projeto empresarial, refletindo-se, ainda, nas Políticas integrantes do Sistema de Governança e Sustentabilidade da Companhia. A Companhia expressa ainda seu compromisso com os princípios de inovação e transformação digitais, orientados à criação de valor de forma sustentável.

O interesse social da Companhia é orientado à criação de valor sustentável para todos os seus acionistas, levando em consideração e compreendendo os demais grupos de interesse relacionados à atividade empresarial e à realidade institucional do grupo Neoenergia.

Neste sentido, a Companhia continuará colaborando com o Instituto Neoenergia no impulsionamento e execução das atividades relacionadas com as políticas de desenvolvimento sustentável no Brasil.

O desempenho da Companhia nos âmbitos social, ambiental e de sustentabilidade, bem como o dividendo social gerado, compõem a Informação Não Financeira da Companhia. Dentro do âmbito de sua atuação, a Companhia promoverá a divulgação pública de sua Informação Não Financeira e do dividendo social gerado, especialmente entre os grupos de interesse.

A página *Web* e demais ferramentas de comunicação da Companhia deverão refletir seus compromissos de transparência, confiança e credibilidade junto aos grupos de interesse e à sociedade em geral.

O Estatuto Social, do qual este Preâmbulo é parte integrante, rege, no que aplicável, a atuação dos órgãos da administração e colaboradores da Companhia, que têm o dever de cumpri-lo e o direito de exigir o seu cumprimento.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 1º - A NEOENERGIA S.A. é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, bem como por seu Sistema de Governança e Sustentabilidade estabelecido pelos órgãos da administração no exercício de sua autonomia societária.

Artigo 2º- A Companhia tem sua sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, 78, 3º andar, podendo, para melhor desempenho de suas atividades, criar sucursais, filiais, agências, escritórios de representação ou qualquer outro tipo de estabelecimento correlato no País ou no exterior.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia minoritária ou controladora, qualquer que seja o respectivo objeto social; intermediação e assessoria de negócios, no País ou no exterior; importação de bens e serviços; realização de estudos e projetos comerciais, industriais e de serviços, bem como sua implantação.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 20.919.982.151,71 (vinte bilhões, novecentos e dezenove milhões, novecentos e oitenta e dois mil, cento e cinquenta e um reais e setenta e um centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.213.797.248 (um bilhão, duzentos e treze milhões, setecentas e noventa e sete mil, duzentas e quarenta e oito) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Artigo 6º - Até o limite do capital autorizado, quando previsto neste Estatuto, o capital social poderá ser aumentado por deliberação do Conselho de Administração e, acima desse limite, por deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração estabelecerá as condições de emissão e subscrição de ações da Companhia, inclusive preço, forma e prazo de integralização, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no País e/ou no exterior, até o limite do capital autorizado, quando previsto neste Estatuto.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração poderá autorizar, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"), a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o artigo 171, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76.

Artigo 7º - O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária é atribuído um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Artigo 8º - As ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares perante instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Parágrafo Único - Observados os limites máximos fixados pela CVM, o custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações.

Artigo 9º - A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim ou na chamada requerida pelo órgão da administração, constituirá, de pleno direito o acionista remisso em mora, de acordo com os artigos 106 e 107 da Lei nº 6.404/76, sujeitando-se ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços ao Mercado ("IGP-M"), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("FGV"), ou seu substituto, na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, *pro rata temporis* e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada.

CAPÍTULO III

DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 10 – As condições para a realização da Assembleia Geral, a forma de sua convocação e funcionamento, o número necessário de acionistas presentes, a maneira de suas deliberações e seus atos preliminares são os prescritos em Lei e neste Estatuto, podendo ser estabelecido um regimento interno da Assembleia Geral que conterá regras específicas sobre o seu funcionamento.

Parágrafo Único – Todos os documentos a serem analisados ou discutidos em Assembleia Geral serão disponibilizados aos acionistas na sede social da Companhia, a partir da data da publicação do primeiro edital de convocação, sem prejuízo de sua divulgação por meio da página da CVM na rede mundial de computadores.

Artigo 11 - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples de votos dos acionistas presentes à reunião, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 e do acordo de acionistas vigente e arquivado na sede social da Companhia, nos termos art. 118 da Lei nº 6.404/76.

Artigo 12 - A Assembleia Geral dos acionistas, convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses de cada ano após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

Artigo 13 - A Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração. No caso de ausência do Presidente do Conselho de Administração, o Presidente da Assembleia Geral será escolhido pela maioria dos votos dos acionistas presentes. Será secretariada pelo Secretário do Conselho de Administração, ou, em caso de sua ausência, por uma pessoa convidada pelo Presidente da Assembleia.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 14 - A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria, na forma da lei e conforme o previsto neste Estatuto.

Parágrafo 1º - A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal, conforme o caso, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 36, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, sendo dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo 2º - O prazo de gestão dos Conselheiros e Diretores se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria e a participação no lucro da Companhia, observados, neste caso, os limites globais. O Conselho de Administração distribuirá a remuneração fixada entre seus membros e a Diretoria.

Parágrafo 4º - Os administradores da Companhia deverão aderir às Políticas de Divulgação de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo e de Negociação com Valores Mobiliários de Emissão da Companhia e de suas Controladas, mediante assinatura do respectivo termo de adesão.

SEÇÃO I

PRINCÍPIOS GERAIS DE ATUAÇÃO

Artigo 15 - O Conselho de Administração e a Diretoria desenvolvem suas funções e competências com unidade de propósito, e de forma convergente em benefício da Companhia, com independência de critério e fidelidade ao interesse social, de acordo com o Propósito e Valores do Grupo Neoenergia e seu Código de

Conduta de Administradores, Profissionais e Fornecedores, observando em suas atuações o disposto na legislação vigente, no Sistema de Governança e Sustentabilidade da Companhia e, particularmente em relação ao Conselho de Administração, nas normas de organização interna de funcionamento que o Conselho de Administração estabeleça em razão da sua faculdade de auto-organização.

SEÇÃO II

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 16 - O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 15 (quinze) membros, que poderão ter seus respectivos suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. O Presidente do Conselho de Administração será escolhido dentre os conselheiros, por maioria simples em reunião do Conselho de Administração. Da mesma forma, será designado o Secretário do Conselho, que poderá ser conselheiro ou não.

Parágrafo 1º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado” e “B3”, respectivamente), devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo 2º - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 3º - Nos casos de vacância dos membros do Conselho de Administração, poderá o conselheiro suplente substituir o conselheiro titular até a eleição do seu substituto, ou poderá seu substituto ser nomeado pelos conselheiros até a primeira Assembleia Geral subsequente. Em ambos os casos, o substituto somente ocupará o cargo pelo período restante do mandato do substituído.

Parágrafo 4º - O Presidente do Conselho de Administração será substituído em suas faltas e impedimentos por seu suplente eleito. Não obstante, a presidência do Conselho de Administração será exercida por um Conselheiro eleito pelos membros restantes, por maioria simples.

Parágrafo 5º - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo 6º - Ao indicar um membro para integrar o Conselho de Administração, cada acionista deverá, assim como o respectivo indicado, apresentar aos demais acionistas, previamente à eleição, declaração atestando que foram devidamente observados na indicação todos os requisitos legais aplicáveis e os atinentes ao Sistema de Governança Corporativa da Companhia, juntamente com as comprovações cabíveis.

Artigo 17 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 8 (oito vezes) ao ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou, na sua falta, pelo conselheiro eleito em sua substituição para exercer a presidência do Conselho, ou, ainda, por 1/3 (um terço) dos Conselheiros, em requerimento conjunto.

Parágrafo 1º - As reuniões serão convocadas por meio de correio eletrônico ou por qualquer outro meio eletrônico que permita a comprovação da referida convocação, enviado a cada Conselheiro com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos da reunião em primeira convocação e de 5 (cinco) dias corridos, em segunda convocação. O aviso conterà breve descrição das matérias da ordem do dia e será considerado dispensado se o Conselheiro presente não o reclamar até o início da reunião.

Parágrafo 2º - Independentemente das formalidades prescritas no parágrafo anterior, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

Parágrafo 3º - O Conselho de Administração, à critério do seu Presidente, poderá reunir-se por sistemas multiconferência ou quaisquer outros que permitam, em tempo real, o reconhecimento e identificação dos participantes à distância, a permanente comunicação entre eles, independentemente do lugar em que se encontrem, a sua manifestação e o exercício de seu voto. Serão adotados procedimentos que assegurem a plena garantia da identidade dos participantes, o dever de sigilo e a proteção do interesse social, de forma a preservar o acesso à informação transmitida e gerada durante a reunião, preservar as deliberações produzidas e os compromissos adotados. Para isso, os Conselheiros devem observar os protocolos de segurança e privacidade estabelecidos pela Companhia. Os participantes, qualquer que seja o lugar em que se encontrem, serão considerados, para todos os efeitos relativos ao Conselho de Administração, como participantes de uma mesma e única reunião, que será considerada realizada na sede social.

Parágrafo 4º - O quórum de instalação das reuniões do Conselho de Administração será o da maioria dos seus membros em primeira convocação e de qualquer número, em segunda convocação. As deliberações deverão ser tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes à reunião, sendo permitida a antecipação de voto e a participação remota, nos termos do regimento interno do Conselho de Administração.

Parágrafo 5º - As deliberações do Conselho de Administração devem ser registradas no livro de “Atas das Reuniões do Conselho de Administração”.

Parágrafo 6º - O regimento interno do Conselho de Administração conterá todas as disposições necessárias acerca das regras de composição e funcionamento do Conselho de Administração.

Artigo 18 - Compete ao Conselho de Administração:

I - aprovar o orçamento anual e quaisquer variações posteriores que somadas sejam superiores a 5% (cinco por cento) das despesas gerenciáveis ou dos investimentos previstos no orçamento aprovado;

II - aprovar a contratação de empréstimos, financiamentos ou quaisquer outras operações financeiras da Companhia, incluindo derivativos e a emissão de notas promissórias para distribuição pública, bem como a concessão de mútuos pela Companhia em favor de suas Controladas, em valores superiores a R\$ 347.000.000,00 (trezentos e quarenta e sete milhões de reais);

III – propor ou deliberar sobre a emissão de qualquer título e valor mobiliário autorizado pela legislação e autorizar a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, de debêntures conversíveis em ações, desde que dentro do limite de capital autorizado, quando houver, e de notas promissórias para distribuição pública, com valor acima de R\$ 347.000.000,00 (trezentos e quarenta e sete milhões de reais);

IV - aprovar a prestação de garantias pela Companhia em favor de suas Controladas, (a) com valor superior a R\$ 867.000.000,00 (oitocentos e sessenta e sete milhões de reais), para operações de empréstimos, financiamentos, debêntures ou quaisquer outras operações financeiras, incluindo cartas de fiança, seguro garantia e derivativos ou (b) com valor superior a R\$ 87.000.000,00 (oitenta e sete milhões de reais) para as demais operações; bem como prestação de garantias em favor dos demais terceiros relativas a obrigações com valores superiores a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

V - aquisição de ativos, de qualquer natureza ou incursão em despesas não previstas no orçamento, em valor superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

VI - aprovar a aquisição de bens ou direitos a serem registrados no ativo não circulante em valor igual ou superior a R\$ 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de reais) ou alienação, cessão ou oneração de bens ou direitos do ativo não circulante em valor igual ou superior a R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais);

- VII** – aprovar a definição e qualquer alteração dos planos de negócios e estratégico da Companhia;
- VIII** - selecionar e/ou destituir, sempre dentre firmas de capacidade reconhecida internacionalmente, os auditores externos da Companhia, sendo tal contratação obrigatória para a Companhia;
- IX** - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, suas sucursais, filiais, agências, escritórios de representação ou qualquer outro tipo de estabelecimento correlato no País e no exterior;
- X** - eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições;
- XI** - fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- XII** - deliberar sobre a convocação de Assembleias Gerais;
- XIII** - manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- XIV** - deliberar sobre (a) aumento do capital social e emissão de bônus de subscrição da Companhia, mediante subscrição pública ou particular, até o limite do capital autorizado, quando houver, estabelecendo as condições de emissão, o preço e o prazo de integralização, quando for o caso, bem como redução ou exclusão do direito de preferência, nos termos do artigo 6º, Parágrafo 2º, deste Estatuto, (b) aumento ou redução de capital, alteração do limite de capital autorizado, criação, emissão ou outorga de ações ou direitos de subscrição, ou ainda a outorga de opções ou direitos de subscrição ou conversão de qualquer instrumento em ações, emissão de bônus de subscrição ou de partes beneficiárias, grupamentos ou desdobramentos de ações de suas Controladas; e (c) mudança de categoria de registro da Companhia ou de suas Controladas perante a Comissão de Valores Mobiliários;
- XV** – aprovar a renúncia a direitos da Companhia e constituição de ônus reais sobre bens do ativo;
- XVI** - deliberar sobre pagamento de juros sobre capital próprio e distribuição de dividendos intermediários e propor à Assembleia Geral a destinação dos lucros líquidos do exercício;
- XVII** - deliberar sobre aquisição das próprias ações;
- XVIII** - manifestar-se sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;

XIX – estabelecer critérios e normas para empréstimos, financiamentos e contratos em geral;

XX - autorizar a negociação, celebração ou alteração de contrato de qualquer espécie ou valor entre a Companhia e seus acionistas, diretamente ou por meio de sociedades interpostas ou, ainda, sociedades de que participem, direta ou indiretamente;

XXI - estabelecer a política geral de pessoal da Companhia e os critérios relativos à remuneração, direitos e vantagens dos empregados, fixando as respectivas despesas;

XXII - autorizar a instalação e extinção de filiais, sucursais, agências, escritórios de representação, ou qualquer outro tipo de estabelecimento correlato no País e no exterior;

XXIII - propor à Assembleia Geral alterações deste Estatuto;

XXIV – deliberar sobre a entrada em novos negócios ou segmentos de atuação que não estejam contemplados no objeto social da Companhia ou que alterem o perfil de risco da Companhia, bem como operações e reorganizações societárias, incluindo aquisição, alienação ou permuta de participações societárias, fusão, incorporação, cisão, incorporação de ações, constituição de joint ventures, consórcios ou sociedade em conta de participação, em qualquer dos casos, envolvendo a Companhia e/ou suas Controladas, e cujo valor total, por operação ou conjunto de operações correlatas, exceder o montante de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), ou, independentemente do valor, se não tiverem qualquer relação com o setor elétrico;

XXV - aprovar investimentos ou desinvestimentos em valores superiores a R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), bem como investimentos que não tenham qualquer relação com o setor elétrico, independentemente do valor;

XXVI – autorizar a alteração dos métodos de contabilidade e das práticas contábeis da Companhia e de suas Controladas, salvo quando tais alterações decorrerem de lei;

XXVII - aprovar as políticas e outras normas integrantes do Sistema de Governança Corporativa da Companhia; e

XXVIII - deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto.

Artigo 19 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração, além de suas atribuições como conselheiro e daquelas previstas no regimento interno do Conselho de Administração, o seguinte:

I - convocar as Assembleias Gerais, quando o Conselho de Administração deliberar realizá-las, bem como instalá-las e presidi-las;

II - comunicar à Diretoria e à Assembleia Geral, quando for o caso, as deliberações tomadas pelo Conselho de Administração; e

III - receber as notificações encaminhadas ao Conselho de Administração.

SEÇÃO III

COMITÊS AUXILIARES DE ACESSORAMENTO

Artigo 20 – O Conselho de Administração será assessorado em suas atividades pelos seguintes comitês técnicos estatutários, com funcionamento permanente, na forma do artigo 160 da Lei nº 6.404/76: Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e Sucessão, Comitê Financeiro e Comitê de Partes Relacionadas.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração poderá criar quantos comitês auxiliares de assessoramento entender necessários, com as funções de consultoria, assessoramento e elaboração de relatórios ou propostas requeridas pelo próprio Conselho de Administração (“Comitês”).

Parágrafo 2º – A composição e as normas de funcionamento, competências e, quando aplicável, remuneração dos Comitês, respeitando o previsto neste Estatuto, serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia, nos próprios regimentos internos dos Comitês.

Parágrafo 3º - Os Comitês deverão exercer, no que couber, as mesmas atribuições com relação às sociedades de que a Companhia participe. No caso de já existirem comitês de assessoramento em tais sociedades em que a Companhia participe, e sem prejuízo do disposto neste Parágrafo 3º, tais comitês deverão ser preservados e sua atual competência mantida.

Parágrafo 4º - As matérias analisadas por cada um dos Comitês serão objeto de relatórios e propostas, que não vincularão as deliberações do Conselho de Administração da Companhia.

Artigo 21 – O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo ao menos 1 (um) conselheiro independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Parágrafo 1º - O mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características referidas no *caput*.

Parágrafo 2º - As atividades do coordenador do Comitê de Auditoria estão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - Caberão ao Comitê de Auditoria as competências atribuídas no seu regimento interno, que entre outras matérias lhe conferirá competência para:

I - opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

II - avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

III - acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

IV - avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

V - avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas; e

VI - possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

SEÇÃO IV

DIRETORIA

Artigo 22 - A Diretoria é o órgão executivo da administração. A Diretoria será composta por, pelo menos, 5 (cinco) e, no máximo, 12 (doze) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores e os demais diretores sem denominação específica. Os Diretores terão suas atribuições fixadas pelo Conselho de Administração, observado o disposto neste Estatuto.

Parágrafo 1º - Os membros da Diretoria serão eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

Parágrafo 2º - Em suas ausências ou impedimentos temporários, os diretores serão substituídos de acordo com a indicação da Diretoria. O Diretor Presidente será substituído em sua ausência pelo Diretor Vice-Presidente, se houver, e na ausência de ambos, por outro Diretor a ser designado pelos demais membros da Diretoria, observado o disposto no artigo 23, parágrafo único.

Parágrafo 3º - Em caso de vacância dos cargos de Diretor Presidente ou Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores, o Conselho de Administração será imediatamente convocado para eleição de substituto. Em caso de vacância de qualquer outro diretor, o órgão continuará em funcionamento com os demais diretores, devendo o Conselho de Administração ser convocado para eleição do substituto.

Parágrafo 4º - Os Diretores, dentro das respectivas atribuições, terão amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais para prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionem com o objeto social, ressalvadas as hipóteses previstas neste Estatuto, de operações que somente possam ser realizadas mediante prévia deliberação do Conselho de Administração ou da Diretoria, obedecidas as condições previstas no artigo 24 deste Estatuto, observada a vedação da constituição de qualquer espécie de garantia à Companhia por seus Diretores.

Parágrafo 5º - O Diretor Executivo de Finanças deverá desempenhar, adicionalmente, as funções de Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

Artigo 23 - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses da Companhia o exigirem, convocada por qualquer Diretor.

Parágrafo Único - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos diretores presentes à reunião de Diretoria e registradas no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria".

Artigo 24 - A representação ativa e passiva da Companhia será exercida pelos Diretores.

Parágrafo 1º - A Companhia somente poderá assumir obrigações mediante a assinatura de dois Diretores; ou de um Diretor e um procurador; ou, ainda, de dois procuradores.

Parágrafo 2º - Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada por um único Diretor ou um único procurador nos casos de:

I - endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito, em nome da Companhia, em instituições financeiras;

II - representação judicial ou administrativa da Companhia; e

III - atos de administração perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias ou outras entidades governamentais;

IV - atos de rotina operacional e administrativa perante instituições financeiras e/ou privadas; e

V - atos que não envolvam a assunção de obrigações ou a renúncia de direitos.

Parágrafo 3º – As procurações da Companhia serão assinadas por 2 (dois) Diretores e serão precisas quanto aos poderes delegados. O prazo do mandato não poderá ultrapassar 1 (um) ano, exceção feita às: (i) procurações outorgadas às instituições financeiras no âmbito de financiamento de longo prazo da Companhia e suas Controladas e coligadas, quando esta figurar como garantidora, que poderão ter validade compatível com as operações contratadas; e (ii) procurações *ad judicium et extra*, outorgadas a advogados que representarão a Companhia em processos administrativos e judiciais.

Artigo 25 - Compete à Diretoria, como órgão Colegiado:

I - propor o orçamento anual da Companhia;

II - opinar sobre os documentos mencionados no artigo 26, inciso I, alínea (j), deste Estatuto;

III - propor a instalação e a extinção de filiais, sucursais, agências, escritórios de representação ou outro qualquer tipo de estabelecimento correlato no País ou no exterior;

IV - decidir sobre assuntos que lhe forem submetidos pelos Diretores;

V - cumprir e fazer cumprir a política e a orientação geral dos negócios da Companhia estabelecidos pelo Conselho de Administração;

VI - autorizar a aquisição, alienação, disposição e oneração de bens móveis e imóveis, excetuados valores mobiliários, podendo estabelecer e delegar poderes, sem prejuízo da competência específica do Conselho de Administração prevista no inciso VI do Artigo 18 deste Estatuto e do disposto no inciso XII abaixo;

VII - autorizar a celebração de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a Companhia, podendo estabelecer normas e delegar poderes;

VIII - aprovar a contratação de empréstimos, financiamentos ou quaisquer outras operações financeiras da Companhia, incluindo derivativos e a emissão de notas promissórias para distribuição pública, bem como a concessão de mútuos pela Companhia em favor de suas Controladas, em valores até R\$ 347.000.000,00 (trezentos e quarenta e sete milhões de reais);

IX - elaborar, em cada exercício, os relatórios da administração, as demonstrações financeiras e a proposta sobre a destinação dos lucros da Companhia a serem submetidas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral;

X - aprovar a aquisição de bens ou direitos a serem registrados no ativo não circulante em valor inferior a R\$ 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de reais), ou alienação, cessão ou oneração de bens ou direitos do ativo não circulante em valor inferior a R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais); e

XI - aprovar a prestação de garantias pela Companhia em favor de suas Controladas, (a) com valor de até R\$ 867.000.000,00 (oitocentos e sessenta e sete milhões de reais), para operações de empréstimos, financiamentos, debêntures ou quaisquer outras operações financeiras, incluindo cartas de fiança, seguro garantia e derivativos, ou (b) com valor de até R\$ 87.000.000,00 (oitenta e sete milhões de reais) para as demais operações; bem como prestação de garantias em favor dos demais terceiros relativas a obrigações com valor de até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

XII - deliberar sobre a entrada em novos negócios ou segmentos de atuação que não estejam contemplados no objeto social da Companhia ou que alterem o perfil de risco da Companhia, bem como operações e reorganizações societárias, incluindo aquisição, alienação ou permuta de participações societárias, fusão, incorporação, cisão, incorporação de ações, constituição de joint ventures, consórcios ou sociedade em conta de participação, em qualquer dos casos, envolvendo a Companhia e/ou suas Controladas, cujo valor total, por operação ou conjunto de operações correlatas, for de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) e desde que tenham relação com o setor elétrico; e

XIII - aprovar investimentos ou desinvestimentos relacionados em valores de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), desde que relacionados com o setor elétrico.

Artigo 26 – Compete:

I. ao Diretor Presidente:

- a.** exercer a direção executiva da Companhia, cumprindo-lhe para tanto coordenar e orientar as atividades dos Diretores, diligenciando para que sejam fielmente cumpridas as deliberações e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração;
- b.** convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- c.** manter o Conselho de Administração informado das atividades da Companhia;
- d.** representar a Companhia em juízo ou fora dele, perante as empresas participadas e/ou Controladas, os acionistas, os poderes constituídos e o público em geral;
- e.** supervisionar a elaboração do orçamento anual da Companhia e apresentar a respectiva proposta à apreciação do Conselho de Administração;
- f.** incentivar a aplicação das políticas corporativas e diretrizes gerais de gestão do grupo Neoenergia, no âmbito de atuação da Companhia, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- g.** aplicar a estratégia e políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, no âmbito de sua atuação e conforme as diretrizes básicas de gestão do grupo Neoenergia;
- h.** zelar para que as Controladas e, na medida do aplicável, as coligadas tomem conhecimento das recomendações sobre práticas tecnológicas e operacionais e, por sua vez, apliquem e desenvolvam a estratégia de inovação e transformação digital para favorecer sinergias que contribuam para a maximização do valor conjunto dos negócios, impulsionando, em particular, a estratégia de inovação e transformação digital;
- i.** supervisionar as atividades das áreas que lhe estiverem diretamente subordinadas;

j. elaborar, juntamente com os demais diretores, o relatório anual da Companhia, a proposta da Diretoria sobre a destinação dos lucros líquidos do exercício bem como as demonstrações financeiras, depois de cumpridas as formalidades previstas neste Estatuto, e fazer a apresentação dessa matéria ao Conselho de Administração;

k. fazer publicar o relatório anual da Companhia; e

l. estabelecer as relações institucionais necessárias no âmbito de atuação da Companhia.

II. ao Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores:

a. na qualidade de Diretor de Relações com Investidores, conduzir o relacionamento da Companhia com investidores, ficando responsável pela prestação de informações ao público investidor e à CVM; e

b. outras atribuições que lhe sejam determinadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 27 - Compete a cada Diretor coordenar, planejar e executar as atividades da Companhia, com vistas à realização do seu objeto social, na sua área de atuação.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 28 - O Conselho Fiscal funcionará em caráter permanente.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) até 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos eleitos pela Assembleia Geral para um mandato a ser exercido até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, permitida a reeleição.

Artigo 29 - Ao Conselho Fiscal compete exercer as atribuições previstas na legislação em vigor.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO SOCIAL, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DA DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS

Artigo 30 - O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras, sendo levantados balanços semestrais em 30 de junho de cada ano.

Artigo 31 - Observado o disposto nos artigos 189 e 190 da Lei nº 6.404/76, do resultado do exercício será destacada parcela a ser atribuída aos administradores, a título de participação nos lucros sociais.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral aprovará o montante da participação e a forma de rateio entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

Artigo 32 – Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício que remanescer após as seguintes deduções, realizadas nesta ordem:

I – 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;

II – importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das reservas formadas em exercícios anteriores; e

III – 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas.

Parágrafo Único – Sempre que o montante dos dividendos mínimos obrigatórios ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Artigo 33 - Os acionistas têm direito a receber os dividendos obrigatórios de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma prevista no artigo anterior, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Artigo 34 – O valor dos juros pago ou creditado a título de juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo 9º, Parágrafo 7º da Lei nº 9.249/95 e da legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado aos dividendos obrigatórios, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais.

Parágrafo Único – Por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser declarados dividendos intermediários à conta de lucro apurado em balanço semestral ou em balanço correspondente a períodos menores, ou ainda, à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, conforme dispõe o artigo 204 da Lei nº 6.404/76.

CAPÍTULO VII

DA ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 35 – A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

CAPÍTULO VIII

DIVERGÊNCIAS E ARBITRAGEM

Artigo 36 – A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, e, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei do Mercado de Valores Mobiliários), na Lei nº 6.404/76, neste Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação do Novo Mercado.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 37 – Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado, sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Único - As disposições contidas no parágrafo 1º do artigo 14, exclusivamente no que se refere à cláusula compromissória, nos parágrafos 1º, 2º e 5º do artigo 16, no artigo 21 e seus parágrafos, no Capítulo VII, no Capítulo VIII e no *caput* deste artigo 38, todas elas regras referentes ao Regulamento do Novo Mercado constantes deste Estatuto, somente terão eficácia a partir da publicação do anúncio de início da oferta pública

inicial de ações de emissão da Companhia e enquanto as ações da Companhia permanecerem listadas no Novo Mercado.

Artigo 39 – Os valores constantes deste Estatuto serão atualizados anualmente, no dia 1º de janeiro de cada ano, na Assembleia Geral Ordinária, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA no período anterior, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou, à falta deste, de outro índice publicado pelo mesmo instituto comparativamente aplicável ao setor elétrico brasileiro.

* * *